



Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Os Estudantes do Porto e a Resistência ao Estado Novo



Aluno: João Carlos Vilela da Cruz Moreira

Curso: Mestrado em História e Educação

Orientador: Prof. Dr. Luís Antunes Grosso Correia

Porto

2010

Agradecimentos

Este trabalho teria sido inexecutável sem a colaboração de um grupo de pessoas a quem o autor gostaria de deixar, antes de começar, um sincero obrigado.

Agradeço em primeiro lugar ao Centro de Documentação 25 de Abril, onde pude aceder à massa documental que sustentou o essencial desta tese, e onde a cortesia e disponibilidade dos que lá trabalham foi absolutamente inexecutável.

Agradeço também aos Arquivos Centrais da Universidade do Porto pelo acesso que me asseguraram às actas de reuniões do Senado Universitário, que permitiram enriquecer o trabalho que desenvolvi.

Agradeço ainda ao CITCEM pela participação na aquisição de reproduções dos documentos encontrados no Centro de Documentação 25 de Abril, que ficarão na FLUP e poderão auxiliar futuras investigações que se realizem nesta área.

Fora dos agradecimentos institucionais, três pessoas merecem também que lhes enderece uma palavra de reconhecimento e estima pela importância que tiveram neste trabalho.

Em primeiro lugar, devo referir-me à Dra. Luísa Marroni, agradecendo-lhe a gentileza com que se fez minha «cicerone» nas idas a Coimbra para efeitos investigativos.

Fico também muito grato ao Prof. Alexandre Alves Costa, que me abriu a porta de sua casa e respondeu com inestimável cortesia a um questionário que lhe fiz. Agradeço-lhe também ter, durante uma vida inteira, recolhido a documentação sem a qual nunca o meu trabalho teria sido possível.

Por último, mas certamente não em último, um sincero agradecimento ao meu orientador, Prof. Dr. Luís Grosso Correia, pelas idas a Coimbra e pelo auxílio irrepreensível.

Introdução

1 – Temática da Tese

O objecto deste trabalho, a resistência dos estudantes do Porto ao Estado Novo no período que medeia entre 1968 e 1974, período do marcelismo e da crise académica de 1969, da reverberação entre nós do Maio de '68 e das várias e profundas crises porque passou o mundo sob a pressão da juventude, mormente da juventude estudantil, seria um trabalho de difícil inclusão dentro da tripartição entre História Económica, História Cultural e História Política que, tradicionalmente, foi feita no curso de História da FLUP até há muito pouco tempo. Este é evidentemente um trabalho sobre um movimento político, ou não vincássemos, no próprio título da tese, que falaremos da *resistência* ao Estado Novo, mesmo sendo certo que o termo «resistir» implica o desejo de manter determinada coisa ou circunstância em face de uma afecção exterior, quando a real intenção do estudantado era, em rigor, subverter a sociedade em que vivia. Usamos o termo *resistência*, esclarecemo-lo desde já, por ser essa uma expressão consagrada quando se fala da luta pela dissolução do regime de Salazar e Caetano, e porque, em rigor, resistir é também dizer não: é não admitir determinada estruturação social e política, determinadas práticas, um determinado *status quo*: pode resistir-se a determinada acção não porque se queira, de modo conservador, que tudo se cristalice e fique perenemente do modo que circunstancialmente está – a *resistência* dá-se também quando se está perante um determinado tipo de alteração ou de prática que é inconforme com o projecto que os agentes sociais resistentes têm para a sua sociedade. Nessas circunstâncias vão opor-se, vão evidentemente resistir às investidas do projecto social inconforme com o seu – e, quando para isso surja a oportunidade, investirão para a reconfiguração da sociedade a que pertencem de acordo com os seus princípios, a sua ideologia, os seus planos para a forma que a sociedade deve ter.

Fomos claros em reiterar, ao longo do excursus anterior, o termo *sociedade*. Porque, e é fulcral ter isto em consideração, a *resistência* dos estudantes do Porto, se dissemos ser «ao Estado Novo» em bom rigor não era só a ele. Verificaremos nas conclusões a este trabalho que, ao tempo, o estudantado portuense não dissociava verdadeiramente o regime político do Estado Novo do entorno social que o construíra e que o sustinha, bem como à sua panóplia de aparelhos persecutórios, repressivos, e doutrinares. Mas bem sabemos que o Estado Novo não é uma forma de sociedade que vigorou em

Portugal – é o nome de um *regime político*. Seria escolástico tentar perceber onde termina o regime político e se inicia a forma de sociedade, mas realmente não era apenas ao dispositivo institucional, repressivo, ideológico, em suma, não era apenas à forma de governo e aos canais pelos quais o poder político se exercia brutalmente sobre a população que os estudantes do Porto opunham a sua resistência – era a bem mais do que isso, era a uma forma de sociedade, era à forma de sociedade em que viviam. Era uma oposição que abrangia a estrutura económica do seu país, capitalista e, ao seu ver, injusta. Era uma oposição que prosseguia uma reforma radical da educação, dada como veículo ideológico da classe dominante, a burguesia, e uma reconversão curricular, programática, pedagógica, e ideológica do sistema de ensino, de modo que este servisse o extremo oposto da escala social, as classes populares, anuladas por mil e um ardis do sistema de ensino desde muito cedo, arredadas do acesso à instrução, privadas do acúmulo de capital cultural. E era também uma oposição a valores axiais do próprio funcionamento da sociedade, a características que se enraizavam no mais fundo da mentalidade colectiva e que ao seu ver tinham um carácter serôdio e decadente, que cumpria dismantelar e substituir por novos valores: era uma luta pelo fim do paternalismo votado aos jovens, pelo fim da concepção do jovem como um ser humano intelectualmente despossuído, ou cujas asserções, reivindicações ou críticas, estavam à partida minadas na sua procedência pela inexperiência do sujeito da enunciação, pelo seu desconhecimento sobre «o funcionamento do mundo», pela sua falta de «prática» e de contacto com a vida real, que o proscreviam *apriori* de poder dar qualquer contributo válido para a sua sociedade ao nível da reflexão, e portanto tornavam as suas exigências pueris e eventualmente perniciosas se tomadas a sério. Era uma luta contra a subalternização social da mulher, que ficará claramente expressa quando, em certos documentos, se usarem ostensivamente figuras femininas em posição de destaque, como forma de patentear a sua igualdade de circunstâncias em termos de aptidão para a luta e de capacidade para contribuir para o desenvolvimento da sociedade em que se inscreviam. E era ainda uma luta contra velhos hábitos e preconceitos nacionais, de cunho racista e colonialista: uma luta contra a guerra colonial e a crença no direito de Portugal a dominar territórios em África, uma luta pelo direito dos povos africanos à auto-determinação, uma luta contra um motivo de orgulho nacional que, desde pelo menos *circa* 80 anos antes, influía decisivamente na psique colectiva, tendo sido inegavelmente a causa directa da agonia final da monarquia, e fruto de incensamento como grande império nacional, grande extensão ultramarina da nação portuguesa, ao

longo de todo a Primeira República e de todo o regime fascista. O combate contra estas realidades, contra o paternalismo, a sociedade patriarcal, o racismo, o colonialismo, estará lateralmente, sobretudo no último caso, inscrito numa luta política: mas é sobretudo, consideramos, um caso de luta pela reconfiguração da sociedade, nos seus vários aspectos, do sistema económico à mentalidade, passando, claro está, pelo regime político. Daí que, voltando ao início desta Introdução, seja difícil dizer se esta tese se inscreve no âmbito da História Económica, da História Cultural, ou da História Política.

A justificação para esta hibridez e falta de transparência nas fronteiras delimitativas do campo em que inscrever o trabalho está no seu próprio objecto de estudo – a grande revolta da juventude sessentista, de que daremos conta de um pequeno episódio, é marcada, por toda a parte, pela revolta contra *um tipo de mundo*: por razões sócio-históricas que abordaremos detidamente no capítulo 1, esta é a época em que a juventude se subleva contra uma estrutura social, um *tipo de mundo*, que no seu entender não lhe assegurava um lugar condigno – que, a falar concretamente, não lhe garantia um lugar, de que tipo fosse, na hierarquia social, que engendrara o seu grupo, mas que também o pusera numa situação de limbo, numa situação em que não era claro, afinal, qual o estatuto dos membros daquele grupo, quais as suas funções, acima de tudo qual o momento em que os membros do grupo, transitório por definição e desprestigiante em muitos aspectos, acediam ao estádio seguinte, o da idade adulta e correlativa assunção de todos os direitos e prerrogativas circunscritos aos socialmente considerados detentores da total maturação física e psíquica, dos chegados à «idade da razão», ao momento em que se deixaria de ser alguém a ser tido em menor conta do que os restantes membros da comunidade, e se passaria pelo contrário a ser visto como um par, como alguém em pé de igualdade com os restantes elementos, alguém encerrando, ao menos do ponto de vista étário, todas as condições para o acesso a uma ampla gama de liberdades e direitos denegados às crianças e aos jovens, por via legal ou fáctica. Sem que nos adiantemos muito, a época que encaramos é um tempo de revolta do jovem contra a indefinição do seu estatuto, por um lado, e, por outro, um tempo de adopção pelo jovem de uma postura reivindicativa que busca criar o tipo de mundo que lhe seria conveniente, avançando reivindicações de alterações sociais radicais que denotam uma coisa importante, e cuja raiz tentaremos entrever em sede de conclusões: os jovens tinham, *e não era suposto que tivessem*, ideias novas sobre o funcionamento da sociedade. Procuravam implementar um novo modelo social, quando era sua função estarem a aprender a aceitar de modo complacente e indiscutível o modelo social que

lhes seria legado – quando era função da sociedade a que pertenciam tê-los adestrado suficientemente para que não a perigassem, para que não a questionassem, para que não lutassem pela sua subversão. O objecto de estudo deste trabalho é portanto uma circunstância paradoxal: uma revolta de um grupo contra um sistema social, um tipo de mundo, que se previa que aceitasse, que estava a ser educado para que aceitasse, que, em rigor, estava integrado no maior e mais sofisticado sistema *de sempre* para o inculcar dessa aceitação. Como se operou esse paradoxo, que condições sócio-históricas o tornaram possível no mundo do pós-guerra, será, repitamo-lo, dito no capítulo 1. Que repercussões teve esse fenómeno na cidade do Porto, e maximamente entre os estudantes da Universidade do Porto, será o objecto de todo este trabalho.

2 – *Quadro Teórico e Metodológico*

Como foi dito, definir com clareza o âmbito deste trabalho, se cultural, político, económico, ou educativo, é um exercício complexo e difícil. Poderíamos inscrevê-lo, por ser cómodo e simples, no campo da História Social, que como sabemos de acordo com uma história passada na própria Faculdade de Letras da Universidade do Porto, «é tudo». Mas ao fazê-lo estaríamos a levar a cabo, muito provavelmente, a mais rigorosa definição do âmbito em que podemos inscrever este objecto de estudo: é ele o âmbito da História Social porquanto falaremos aqui de uma mutação social, de uma época de ebulição, crise, e alteração profunda, talvez mesmo estrutural, das sociedades ocidentais, aos mais diversos níveis, mesmo níveis até então inquestionados e que hoje, de tão próximos, nos parecem ter sido «obviamente» sempre assim: práticas alimentares, consumos culturais, relações familiares, relações entre géneros, o estatuto de matérias como a sexualidade, o consumo de estupefacientes, a vida nocturna, a disciplina e a autoridade, tudo isso foi revolvido e conceptualmente reconfigurado nos anos 60. A sociedade nunca mais encararia estas matérias do mesmo modo daí por diante, e isso deveu-se à acção da juventude em demanda pela renovação do tipo de mundo onde lhe fora dado viver, demanda que, como vemos, veio a ser profícua e a influir na tessitura social com uma profundidade não despicienda e de um modo que ainda hoje sentimos.

Sem que adiantemos excessivamente o que será dito, detalhadamente, no capítulo seguinte, podemos avançar que a juventude se torna um grupo perigoso e subversor do *status quo* precisa e curiosamente em razão dos dispositivos que o *status quo* engendrara para a tornar hegemônica, conformada com as regras da sociedade em que vivia, tendo relativamente a elas uma relação a que chamaríamos *naturalizada*, ou seja, uma relação que toma essas regras não como o fruto da acção humana num determinado contexto histórico com condicionalismos de vária ordem, mas como, por assim dizer, um conjunto de regras inscritos na natureza das coisas, a-histórico, cuja existência não deriva de uma qualquer construção humana, mas antes tem uma origem metafísica, ou de um qualquer outro tipo – mas que, e isto é fulcral, jamais é posta em causa: é o ponto de referência para o jovem sobre o que é «a» normalidade. Esse esforço de naturalização existe em todas as sociedades, mas atingiu um grau de massificação e de sofisticação técnico-científica inaudito na época contemporânea, com a criação da escola. E com essa massificação, com o convívio quotidiano entre um grupo etariamente homogêneo, destinado aos meus objectivos, com aspirações comuns e que, dado que o processo educativo o fazia passar mais tempo *inter pares* do que em convivência com outros grupos etários, desenvolveu consciência grupal, gerou relativamente a si uma noção de distinção em relação aos grupos circunstantes e, inerentemente, tomou os restantes grupos como gente exterior à sua, que cumpriria manter distante e perante a qual a pertença ao grupo deveria ser evidenciada.

As consequências deste processo ao nível do funcionamento social são múltiplas e profundas. Desde logo, o facto de essa diferenciação ser feita indissociavelmente da escola leva a que os jovens disponham, nesta época, de um capital cultural vincadamente superior ao dos seus antepassados, o que, bem o vemos, era elemento gerador de expectativas quanto à sua colocação no mercado de trabalho, e veio a ser certamente uma razão de sentimento de injustiça quando adultos com menor preparação se alcandoravam a posições para as quais os jovens estavam aptos mas que lhes não eram franqueadas por motivos etários. Por outro lado, esse sim mais relevante para a investigação a que vimos procedendo, ensina a sociologia que as situações em que um grupo se considera numa posição distinta e coexistente com outros grupos sociais, procede à expressão pública dessa sua singularidade, ao patenteamento simbólico da sua pertença, à ilustração, com fins simultaneamente distanciadores e hierarquizadores (Bourdieu, 1996, p. 18-19). As práticas sociais, aquilo a que Pierre Bourdieu chamou *habitus*, demarcam quem está acima, ao lado, e em baixo na pirâmide social. Mas não

são apenas isso. A tese de Bourdieu inscreve-se no conspecto das perspectivas sociográficas denunciadas por Roger Chartier como circunscritivas da divisão social à divisão entre classes (Chartier, 1992, p. 53). Os jovens, é uma banalidade dizê-lo, não são uma classe: o seu estatuto social não é definido pelo acesso ao capital económico, ou ao capital global, misto de capital económico e capital cultural, como pretende Bourdieu. A juventude é um período no percurso biológico do ser humano, e um período trans-classista: mas isso não significa positivamente que os jovens não constituam um grupo com *habiti* próprios, com as suas práticas sociais, os seus gostos, o seu sociolecto, os seus espaços de convivialidade, uma miríade de elementos distintivos que os tornam, não sendo uma classe, um grupo social que no contacto com os restantes sente uma relação de *exterioridade mútua* em nada diferente daquela que Bourdieu assinala para as classes sociais. Imaginemos o que seria a entrada, a altas horas da madrugada, de um octogenário num espaço nocturno onde genericamente todos os frequentadores são jovens: isso causaria evidentemente um profundo desconforto a todos os presentes – aquele indivíduo não era suposto estar ali naquele momento, não era suposto ter aquela prática social, simplesmente porque não pertence ao grupo. E para o caso, é absolutamente irrelevante a classe social a que pertence o homem e a que pertencessem os jovens frequentadores do espaço: Chartier explica este fenómeno recordando que há outras formas além da classe que vincam diferenciações sociais, e que são tão hierarquizadoras e separadoras como a própria classe: o género, a região de origem, a religião, a tradição educativa, a afinidade de costumes, são exemplos desse tipo de hierarquização e separação, e, como vemos, a classe pouco ou nada influi nestes elementos de diferenciação. E de par com eles, vai também o grupo etário: não há como negar que, nascido na elite económica ou na classe operária, um jovem tem práticas sociais diferentes das dos seus pais, distintivas do seu carácter de jovem, *habiti* de pleno direito, mas cuja origem não é a classe social (Chartier, 1992, p. 53).

O que é importante para o caso, mais do que a discussão sobre que factores sociais constroem o *habitus* no grupo, ou sobre que grupos sociais têm essas práticas distintivas, é a compreensão de que essas práticas sociais não estão em pé de igualdade dentro das sociedades. Bourdieu faz notar que, por exemplo, as práticas sociais distintivas das classes dominadas são consideradas, inclusivamente por estas, como práticas sociais qualitativamente inferiores às dos grupos dominantes: os hábitos alimentares, os consumos culturais, os gostos desportivos, etc., da classe dominada, são tidos por esta, através de um mecanismo a que Bourdieu chama *violência simbólica*,

como menos dignos, menos perfeitos, menos importante do que a sua contraparte nas classes dominantes (Bourdieu, 1996, p. 23). Dá-se este fenómeno por força da imposição através do aparelho escolar, através de um processo que esmiuçaremos abaixo, da cultura da classe dominante como *a* cultura, diríamos mesmo *a Alta Cultura*, relegando-se as práticas das classes dominadas para o estatuto de subcultura ou contracultura (Bourdieu, 1994, p. 11). No entanto, refere Chartier, a inversa também é válida: Chartier tem uma visão ligeiramente diferente da questão das práticas sociais distintivas, quando comparamos os seus escritos com os de Bourdieu. Quanto a ele, na sociedade, as *representações*, isto é, as interpretações grupais de determinados objectos culturais (que podem ser textos ou costumes ou quaisquer outros objectos do género) feitas por conjuntos de indivíduos com determinadas afinidades sociais passíveis de serem inseridas nas categorias que acima referimos (ou noutras), estão em constante luta umas contra as outras, e uma luta que é sempre de hierarquização (Chartier, 1992, p. 57). Não se nega a evidência de que o acesso por parte das classes dominantes aos mecanismos de conformação do pensamento, aos chamados aparelhos ideológicos de Estado, entre os quais a escola assume um papel particularmente destacado, lhe confere um «poder de fogo» muito superior ao do das restantes classes e grupos sociais na hora de travar esta «luta» hierarquizadora, redundando esse poderio no estatuir dos seus hábitos em práticas sociais *melhores* que as dos restantes. É absolutamente certo. Mas isso não significa que estes outros grupos se limitem a aceitar, sem discussão, o carácter subalterno das suas práticas sociais e das suas representações: pelo contrário, esses grupos demonstrar-se-ão predispostos a lutar pelo alcandorar das suas representações na hierarquia, pela conferência de maior dignidade social àquela que é a sua visão do mundo e a sua interpretação dos objectos culturais. As chamadas *interpretive communities*, no âmbito das quais é conferido sentido ao objecto cultural pelo grupo, desenvolvem ora representantes orgânicos ora estruturas institucionais que defenderão a posição do grupo perante as restantes, tentarão conferir-lhe dignidade, e subjugar as restantes, hierarquicamente, tanto quanto possível (Chartier, 1992, p. 55) – é suposto que a representação, pelo trabalho destes grupos em luta pela sua ascensão na hierarquia, venha a constituir-se em «máquina de fabricar respeito e submissão» entre os que contactam com ela, que criem a interiorização de uma forma de coacção profundamente subtil, simbólica: a coacção que leva o receptor de determinada mensagem, de determinada interpretação sobre os objectos culturais, a conferir-lhe

maior ou menor validade, maior ou menor elevação, conforme esta venha de um grupo no topo ou no fundo da hierarquia (Chartier, 1992, p. 59-60).

Destas posições nascem problemas teóricos e metateóricos de importância não despreciable. Cumpriria entender, desde logo, que grupos sociais podem ou não desenvolver representações próprias (uma família? Os habitantes de uma rua? Qual a dimensão mínima?), e qual o efectivo limite do alcance dos aparelhos ideológicos do Estado no confisco do direito a hierarquizar essas representações, esses *habiti*, para retomarmos a expressão de Pierre Bourdieu, numa escala descendente à medida que se vão afastando das suas próprias práticas sociais ilustrativas da pertença a dada classe ou grupo. Mas o fundamental para este caso é a percepção de que a despeito da existência de poderosos mecanismos de subjugação da vontade, de conformação do pensável e de subjugação dos discursos divergentes relativamente ao discurso do grupo dominante numa escala hierárquica – apesar de tudo isto existem formas de as representações inscritas num plano inferior da escala se rebelarem contra a representação dominante, e se lhe oporem com a intenção de virem a ser dominantes. Os anos 60 são precisamente isto: o tempo em que um tipo de mundo até então inexistente, proposto (como todas as falhas e insuficiências que seriam de esperar) pelos jovens, se opôs ao tipo de mundo vigente, constituindo a proposta um *corpus* de representações de uma série de objectos culturais que chocava com as representações dominantes, com o tipo de concepção ideológica desses objectos detida e veiculada pelas classes dominantes. Este desejo de mudança holística da sociedade do seu tempo é fundamental para compreender a cosmovisão da juventude sessentista: e será fundamental para compreender este trabalho.

Do ponto de vista metodológico, acompanhamos irrestritamente as afirmações, a esse propósito, de Paul Veyne: «a História não tem método: se não, peçam que vos mostrem esse método. Não, ela não explica nada, se a palavra explicar tem um sentido» (Veyne, 2008, p. 7). O labor historiográfico consiste, genericamente, na elaboração de uma estrutura narrativa que torne plausível o ter sucedido determinado acontecimento. A História é puramente ideográfica: não há modo de se criar uma regra universal e perene sobre, por exemplo, as revoluções, ou os motins urbanos, ou as guerras, ou os processos de emigração e colonização. Compreende-se certamente se for dito que um processo do mesmo tipo só é possível, mesmo em ciências como a Física e a Química, pela abstracção de variáveis que podem sofrer a interferência de outras, imprevistas, na

observação da lei num caso concreto da sua aplicação. Todavia, o grau de abstracção da História é tão escasso, e os fenómenos com que lida são tão prechos de variáveis conflituantes e interferentes que qualquer explicação mais detida, mais abstracta, mais universalizante, lhe está por definição vedada. Isto tem consequências de primeira grandeza na definição do seu método: método *de* quê? Método *para* quê? O que pretendemos perscrutar com o trabalho histórico? A observação em Física, ou em Química, prossegue o fim de desvendar as leis, ou no mínimo as regularidades naturais dos fenómenos sob alçada científica dessa área. A História tem como única certeza a de que nunca encontrará regularidades, e se o fizer estará já a sair do seu campo e a tornar-se uma outra Ciência. Sendo assim, o seu método, na esmagadora maioria dos casos, paradoxalmente é um método alheio – aquilo que a História faz é servir-se de conhecimentos e técnicas de outras ciências, circunstantes, para com esse material técnico-metodológico emprestar uma maior solidez às suas descobertas. Voltando a Veyne, também nós consideramos que «a palavra explicação é tomada tanto num sentido forte, onde explicar quer dizer “consignar um facto ao seu princípio ou a uma teoria mais geral” (...) como quando dizemos “deixem-me explicar o que se passou e vós ireis compreender”» (Veyne, 2008, p. 102). E a História empreende por definição, no seu labor científico, o segundo caminho. Isso, evidentemente, não lhe tira qualquer sorte de «estatuto» enquanto disciplina científica: cumpre contudo ter presente que antes de tudo labora com o único e com o irrepitível, e não com a abstracção de regularidades, de «leis», ou de princípios gerais sobre o funcionamento do mundo social.

Isto, evidentemente, não significa que a História não disponha da utensilagem de outras ciências, até mesmo para recompor, com base nela, estas explicações fracas de que nos fala Veyne. Determinados acontecimentos, mesmo se únicos e irrepitíveis, só são discerníveis se tomarmos consciência da circularidade, regularidade, ou seja que forma for de padronização enforme e se entreveja na estruturação social. Se é correcto dizer-se que em boa parte dos casos se fala, com a recomposição destes padrões, de «verdades que fazem de tal forma parte do nosso saber quotidiano que quase não é necessário mencioná-las» (Veyne, 2008, p. 103), não é menos verdade que determinadas «verdades quotidianas» são tão próximas e evidentes que nos escapam: sendo, por isso, necessário determo-nos espantadamente perante o real, sobretudo daquele que mais vezes passou por nós, e extrair dele a informação nova que sempre lá esteve mas à qual nunca demos atenção.

O principal material empírico de que vamos lançar mão neste trabalho são panfletos produzidos pelos estudantes do Porto durante esta época. No ponto seguinte, quando falarmos as fontes que sustentaram este trabalho, teremos ocasião de nos pronunciarmos mais detidamente sobre esta documentação. Por ora, cumpre afirmar uma abstracção a propósito dela, abstracção que, sendo evidente, não é despicienda – esses panfletos são elementos *informativos*. E todo o elemento informativo encerra mensagens cuja descodificação pode ser feita de um modo absolutamente directo, à vista desarmada, ou munido de uma utensilagem teórica sobre o fenómeno comunicacional e o seu substrato psicológico, que nos permita um verdadeiro esforço de «desocultação» do discurso, pela inferência do que o emissor pretendeu dizer, ou do que efectivamente se lê sob a suas palavras, mesmo que essa não seja, explicitamente, a sua intenção (Bardin, 1979, p. 9). Lançámos, para isso, mão da obra de Laurence Bardin, e da sua técnica de análise de conteúdos.

Ainda no campo da metodologia de análise, quando e onde isso foi necessário ou possível procedemos a um esforço de História Comparada. E também aqui seguimos a perspectiva de Paul Veyne: a comparação entre acontecimentos históricos coevos e similares, o destacar dos seus pontos comuns, o ilustrar dos pontos de divergência, do seu grau e da sua natureza, cumpre por um lado a função de elucidar o autor sobre aspectos integrantes de fenómenos daquele tipo que poderão escapar-lhe quando trata da sua realidade específica e, num outro sentido, poderão ter um carácter didáctico para o seu leitor (Veyne, 2008, p. 139). A história comparada, é ainda Veyne quem no-lo diz, permite aceder a interpretações sobre os acontecimentos históricos por nos conceder material «retrodictivo» de determinado período ou acontecimento análogo ao perscrutado pelo investigador, por pôr o investigador diante de hipóteses explicativas de fenómenos comensuráveis com os seus, da mesma substância, dados esses que podem servir-lhe de pista interpretativa para compreender os fenómenos postos diante de si. A História Comparada é portanto parte integrante da fase tradicional do trabalho de investigação histórica a que se chama heurística, a recolha do *corpus* documental junto do qual poderão ser suscitadas respostas a determinadas questões de partida. Também a historiografia produzida sobre acontecimentos análogos pode prover-nos indicações ou sugestões com aplicabilidade plena no âmbito do trabalho que elaboramos. Cumpre, por isso, «não ter antolhos», e manter perenemente a predisposição para o exercício de comparação, através do exercício de suprimento de lacunas da documentação primária recolhida no contexto a analisar, e, de par com ele, o esforço de utilizar o trabalho

historiográfico como um elemento ancilar na produção de hipóteses explicativas dos fenómenos perante os quais a documentação nos coloque.

3 – Fontes

São sobretudo dois os tipos de fonte a que recorreremos para produzir este trabalho. A sua proveniência é, por assim dizer, os dois lados da barricada dentro da Universidade do Porto: por um lado, documentação produzida pelo professorado; do outro, documentos cuja confecção é devida aos estudantes, mormente aos estudantes envolvidos nas tendências associativas ligadas à resistência ao Estado Novo.

Os documentos de proveniência universitária permitem-nos discernir a posição das autoridades que mais directamente, no âmbito da disciplina académica, asseguravam o enquadramento e o bom comportamento dos estudantes. Verificaremos que também com base neles foi possível traçar, com grande rigor, a cronologia dos principais actos de resistência violenta às autoridades académicas, e latamente ao sistema sócio-político que enquadrava o estudantado.

Verificámos, como exemplo de documentação académica que potencialmente conteria informação sobre a nossa temática, as *Actas das Sessões do Senado da Universidade do Porto*, e buscámos coligir o máximo possível de informação ínsita nas actas de reuniões dos Conselhos Escolares das várias faculdades. Findo o mestrado, só foi possível aceder às actas de sessões do Senado, nos Arquivos Centrais da Universidade do Porto, e às actas dos conselhos escolares de Medicina e Letras. Quis a sorte que Medicina fosse um dos pólos de maior actividade da resistência estudantil, um dos lugares onde o movimento associativo foi mais efervescente, mas é óbvio que a inacessibilidade a documentação análoga em outras instituições faz dos dados que abaixo exporemos, necessariamente, dados parciais, lacunares, aos quais falta uma sustentação numa base documental maior, que lhes desse mais consistência, corpo, diversidade de perspectivas. É altamente provável que vários actos de resistência praticados à época não estejam inseridos neste trabalho, por não termos podido aceder, nem directa nem indirectamente, a qualquer referência a eles. Salientemos a propósito o caso da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, ao tempo autonomizada da Universidade, a cuja documentação da época não pudemos aceder por falta de resposta dos serviços, e relativamente à qual não é possível recolher-se informação relevante a partir das Actas do Senado, porquanto pura e simplesmente esse assunto não dizia respeito à Universidade do Porto. Isto significa uma perda significativa, por nos privar

de uma perspectiva sobre a massa geral dos acontecimentos cuja linha de mira se inscreve se cruza, no interior da Escola Superior, com um dos lugares de maior ebulição estudantil, comparável à acima citada para Medicina. É portanto evidente que não termos acedido a todos os documentos de todos os conselhos escolares foi prejudicial: mas não deixemos de registar que esta documentação está impregnada de dificuldades na hora de trabalhar com ela. Refira-se um exemplo: nas actas do Conselho Escolar da Faculdade de Letras não vemos, até Março de 1974, qualquer referência a acções de indisciplina académica. E, todavia, em sede do Senado Universitário, várias vezes surgem queixas dos representantes dessa faculdade, e, concomitantemente, circulavam vários documentos produzidos pelos estudantes cujo teor era indiscutivelmente subversivo, sem que isso suscitasse qualquer referência em acta. O que isto indicia é que havia certamente uma política de não-inclusão de determinados temas nas actas do Conselho Escolar de Letras. Fosse por decisão no sentido de as reportar directamente aos órgãos centrais da Universidade, fosse por um qualquer cuidado de sistematicamente ocultar essa parte das reuniões na produção das actas, facto é que esses elementos não constam do registo. E isto deve pôr-nos evidentemente de sobreaviso sobre o tipo de informação que vamos encontrar, e o seu aspecto lacunar, fabricado, sobre a quota-parte de mentira que sempre, inevitavelmente, se encontra num determinado documento, e que tanto maior se torna quando haja planos visando a maquinação da informação deles constante. A julgar por este dado, recolhido das actas de um órgão escolar, não devemos dar total crédito e confiança ao que virmos nesses documentos, e sobretudo não devemos considerar que tudo o que lá está é real. Por outro lado, a minúcia das descrições dos acontecimentos de resistência e a forma como são tecidas, nos outros dois casos, considerações absolutamente aterradoras sobre assuntos que vão desde o ensino de massas até à conscrição dos jovens, denota que em alguns órgãos da Universidade não se assistia a este trabalho de maquinação: bem pelo contrário, aquilo que vemos é a exposição, em sede de reuniões fechadas de pares profissionais cuja ascensão na carreira muito tivera de ideológico, de perspectivas sobre o mundo que chegarão a ultrapassar, pela Direita, o próprio regime marcelista. Assim, as actas são, no final de contas, um tipo de documento que simultaneamente nos cerra o acesso a determinado tipo de informação, aquela que eventualmente possa ter sido sonegada pelos produtores (mesmo se, reforçemo-lo, essa denegação possa ter sido feita não tanto com vista à ocultação de dados, mas por pura decisão expediente de remeter automaticamente a indisciplina à Reitoria), e que, por outro lado, nos franqueia o acesso

a um tipo de informação, com uma exactidão e um desassombro ideológico, como dificilmente poderíamos obter se confrontássemos os intervenientes hoje. É do equilíbrio entre estes dois elementos, paradoxais mas comensuráveis, que se fará o uso da acta como fonte deste trabalho.

O segundo tipo de fonte de que lançámos mão foi os panfletos distribuídos pelos estudantes portuenses, recolhidos no Centro de Documentação 25 de Abril e na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Também esta fonte¹ nos oferece pelo menos duas dificuldades complexas: em primeiro lugar, constitui-se numa fonte que fabrica a ilusão de ser elucidativa sobre o pensamento dos estudantes portuenses acerca de variadíssimas matérias, e cumpre ter presente que dar por adquirido este postulado é uma atitude temerária. Este tipo de documentação visa ser publicado, e é óbvio que um trabalho destinado a distribuição pública e à leitura pelo número mais abrangente de pessoas, deve ser produzido de um modo que, tanto quanto possível, transija com o *status quo* em matéria de discurso corrente sobre determinado assunto, ou que, nas questões mais delicadas, não se pronuncie, sofisme a sua posição, ou minta abertamente. Nada prova que os estudantes desse então não o tenham feito em nenhuma circunstância: e é com essa cautela metodológica que sempre se fará a apreciação dos panfletos postos a circular pelo estudantado, nas suas várias tendências associativas.

Um segundo aspecto problemático do tratamento deste tipo de fonte é perceber a sua taxa de sucesso. O panfleto é um escrito produzido para distribuição em larga escala – tanto quanto possível – com vista a conduzir os seus leitores a uma determinada tomada de posição. Um panfleto apelando à participação numa acção de sublevação estudantil pretende, obviamente, angariar participantes para essa manifestação – mas podemos estar certos de que, havendo três tendências associativas a apelar à participação numa acção, o documento que usamos foi bem sucedido na colecta de participantes? E, de um modo geral: podemos saber que panfletos foram efectivamente lidos? Por que pessoas? Quais os mais frutuozos? Que critérios levavam um estudante de então a ler um dado documento ou a não se interessar por ele?

É evidente que não podemos reconstituir, com a base documental de que dispomos, esses aspectos do movimento associativo. Não sabemos, nem podemos arriscar dizer,

¹ Que em rigor é um condensado de uma miríade de fonte passíveis de individualização tipológica. Nesta rubrica incluímos textos de discussão e jornais das tendências, as moções produzidas em sede de reuniões de alunos, cursos, ou entre associações (respectivamente RGAs, RGCs, e RIAs), etc. Cremos contudo ter desenvolvido um trabalho procedente incluindo todos estes documentos no âmbito dos «panfletos» por serem, ao fim e ao cabo, destinados todos eles à publicação e distribuição.

que documentos da massa analisada foram lidos em larga escala, ou se aqueles que usámos a título exemplificativo em dadas passagens do trabalho foram de facto importantes naquele contexto. O critério, nessas circunstâncias, será o da plausibilidade ou o do a-propósito: se é crível que determinado panfleto tenha tido certo efeito, falaremos dele; se for a-propositado referir o que diz um outro, a despeito de uma sua importância pública que ignoramos, trataremos de fazer essa referência.

Capítulo 1 – Do Nascimento da Juventude à Rebeldia Portuense

I – A Construção Social da Juventude

Numa obra sobre as questões psicossociológicas subjacentes à transição da juventude para a idade adulta, James Coleman afirma que as sociedades são assoladas ciclicamente por invasões de bárbaros (Coleman, 1974, p. 45). A intenção desta metáfora é patentear que, regularmente, emergem nas sociedades, entram por elas adentro, ameaças potenciais ao *status quo*, elementos tendencialmente subversores do quadro de valores, crenças, e atitudes da sua sociedade. Esses elementos subversores são os jovens: e os perigos de efectivação da sua acção subversiva serão tanto maiores quanto mais largo for o fosso cronológico, contextual, latamente histórico entre as gerações.

A forma de que imemorialmente se lançou mão para «civilizar» esta «horda bárbara» é a sociabilização, ou, se quisermos, a *educação*. Voltando a Coleman, é ele quem faz notar a diferença, de resto progressivamente maior à medida que a História tem avançado, entre o homem cabalmente desenvolvido do ponto de vista físico, e o *adulto*. Estoutro conceito é de origem social, sendo a dimensão biológica relativamente lateral na sua concepção (Coleman, 1974, p. 97): as sociedades humanas consideram adulto não aquele que pode gerar filhos e está apto fisicamente para trabalhar e prover o seu sustento – concebe-se uma divisão clara entre quem deve ser sustentado e quem deve sustentar, sendo os segundos o grupo humano que desenvolveu por completo a sua maturação emocional, vocacional, e psicológica (Coleman, 1974, p. 98). O grupo que fica aquém dessa maturação completa é o dos chamados *adolescentes* (termo que significa literalmente «em processo de transformação em adultos»), dos que vivem ainda o processo educativo que os levará, a dada altura (e sobre esta *dada altura* falaremos mais detidamente abaixo), a obter o reconhecimento por parte da comunidade de que se conformaram às regras sob as quais esta vive, estando portanto aptos para a assunção das responsabilidades, das prerrogativas, e genericamente do acervo de direitos e deveres reservados aos adultos.

Se todas as civilizações e sociedades humanas desenvolveram tipos específicos de estrutura enquadradora, educadora, *civilizadora* dos seus adolescentes, de uma forma de lhes inculcar o seu *corpus* de valores, na Época Contemporânea essa responsabilidade foi generalizadamente assumida pelos Estados. Os motivos foram a um tempo de ordem

política e de ordem económica: por um lado, como notou Boaventura Sousa Santos, cedo se percebeu – e o surto revolucionário de 1848, a «Primavera dos Povos», foi particularmente elucidativo para esta percepção –, entre as elites burguesas, que o exercício do poder poderia ser-lhes dificultado, ou até mesmo impedido, pela movimentação revolucionária de um grupo social que já não estava completamente submetido à autoridade paterna, mas usufruía ainda de certa tolerância e condescendência por parte dos órgãos disciplinares do Estado. Esse grupo, verdadeira ‘classe perigosa’, era o dos jovens, e tinha, de acordo com o sociólogo que acima citámos, de ver a sua «energia emancipatória» transformada em «energia regulatória» (*in* Bebiano, 2003, p. 23) – de ser guiado a centros de formação que o conformassem ao cumprimento das regras sociais e ao respeito pelos valores políticos proclamadamente «normais», i.e., os do Liberalismo do seu tempo. Se, como na frase conhecida de D’Azeglio, depois de fazer a Itália tinha sido preciso fazer os italianos, em todos os Estados liberais se percebia ser preciso fazer os cidadãos depois de decretado o modelo político de que eles tomariam parte. E, evidentemente, seria preciso dispor esses cidadãos para o exercício do poder que lhes era conferido respeitando um *corpus* de valores dados como naturais, como matriciais, como norma incontornável do bom andamento da sociedade – os valores *hegemónicos*, da classe dirigente, que lhe permitiriam a perpetuação no poder.

Por outro lado, o processo escolarizador radica também em factores de ordem económica. Na análise que faz para os Estados Unidos, James Coleman indexa o desenvolvimento da escolarização ao processo de industrialização e burocratização da sociedade (Coleman, 1974, p. 18). De acordo com este autor, que escreve reportando-se a dados sócio-históricos relativos aos Estados Unidos, a ideia de uma escolarização co-extensiva com a infância a ser ministrada em instituições concentracionárias similares a asilos chamadas escolas (Coleman, 1974, p. 19) é fruto da necessidade de instruir a criança para o desempenho profissional, numa época em que a aprendizagem da prática profissional não era feita no terreno, como sucedera no tempo das comunidades estruturalmente rurais do período imediatamente posterior à independência dos EUA. Esta observação, válida para os EUA, é consabidamente igualmente válida para a generalidade dos países do Ocidente capitalista. Tornava-se portanto necessário, nesses Estados, formar o homem para a fábrica antes que este fosse operário: e o Estado assumiu esse papel educativo.

Boaventura Sousa Santos e James Coleman convergem nas suas apreciações respectivamente para os conceitos gramscianos de *hegemonia* e de *cultura interessada*. Nas palavras do pensador italiano, a função dos intelectuais (e os professores são intelectuais) é obter o «consenso “espontâneo” das grandes massas da população em torno do objectivo dado à vida social pela classe dominante» (Gramsci, 1955, p. 9). Por outras palavras, a função da educação seria fazer com que, aos olhos dos seus alunos, o *corpus* de valores da sociedade liberal e capitalista se apresentasse como *a normalidade*, como o padrão auto-evidente de como as coisas do mundo funcionam, como a referência mental de base que o jovem teria sobre o que é uma sociedade humana, quer na sua regulamentação interna, quer no seu funcionamento: e quando esta perspectiva se tivesse tornado a *concepção da normalidade* entre as populações, ter-se-ia, então, tornado na Hegemonia.

Quanto à cultura interessada, também prosseguida pelo Estado liberal, tratava-se de um modo «sordidamente judaico»², «interesseiro, mesquinho, individualista, de curta visão, imediatista e até oportunista» (Nosella, 1992, p. 18), de transmitir conhecimentos técnico-científicos ao estudantado com vista a aprimorar a aptidão da força de trabalho para o exercício das várias profissões. O Estado liberal teria, de acordo com Gramsci, sob a capa da divulgação da cultura junto das massas, da escola como transmissora da «herança cultural» de um dado povo ou de uma civilização, engendrado uma forma de as conformar às necessidades de especialização de mão-de-obra que o desenvolvimento do capitalismo tinha imposto: a massificação da escola não era um acto de divulgação benemérita da cultura, mas sim uma forma de aperfeiçoar as forças produtivas no interesse do estamento dominante.

Ante a necessidade de enquadrar institucionalmente e apurar economicamente as suas populações, os Estados liberais vão fazer com que um grupo social totalmente novo brote da escolarização. Enquanto eram «adestrados» (Bebiano, 2003, p. 25), os conscritos pela escola passavam um período de tempo progressivamente maior *inter pares*, gizando sociabilidades próprias, uma cosmovisão particular – fruto, aliás, da própria instrução e do alargamento temporal progressivo em que essa instrução era

² A expressão «sordidamente judaico» [*schmutzig jüdisch*] é uma alusão de Gramsci à obra de Karl Marx *Teses Sobre Feuerbach*, na qual o autor, ironizando, assevera que a concepção de Feuerbach sobre o papel da *praxis* no acto cognitivo enferma de um velho preconceito judaico-cristão relativamente ao trabalho manual. Gramsci pretende, recorrendo a esta expressão, demonstrar que em sua opinião a classe burguesa nutre profundo desprezo pela força de trabalho, pensa nela como numa engrenagem da produção, a ser convenientemente “oleada” pela escola. O texto de Marx pode ser conferido em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>

ministrada –, num tipo de enquadramento «de molde a pô-lo em interacção social exclusivamente com pessoas da mesma idade, e, numa perspectiva formal, com figuras de autoridade» (Coleman, 1974, p. 2). Entender esta ideia de James Coleman é axial para a compreensão do que foi a juventude no período do Pós-Guerra: tendo criado uma auto-consciência, uma caracterização grupal própria, convivendo mais consigo própria do que com os outros na acertada expressão de Adérito Sedas Nunes (*in* Bebiano, 2003, p. 26), era inevitável que a juventude entrasse num atrito progressivamente maior com o *status quo*, opondo os seus valores de grupo aos valores hegemónicos: mesmo porque, vemo-lo, todo o contacto do jovem com o adulto passa a ser contacto com figuras tutelares e de autoridade (pai, professor, padre, polícia). E isso tanto mais, quanto, no período do Pós-Guerra, a juventude se tornou o grupo social majoritário, em razão da designada Explosão Demográfica, ou *Baby Boom*. Tendo peso numérico suficiente para ter uma voz assaz importante na sociedade em que se encontrava, podendo moldar consumos, impor determinada orientação à economia, constituir-se numa força de pressão social de imensa importância, os jovens desenvolverão um processo de recusa da autoridade que lhes era imposta, e de imposição das suas ideias em matéria de valores.

2 – *Da Rebeldia Sem Causas às Causas da Rebeldia*

A divergência no terreno dos valores entre os jovens e a hegemonia dos adultos tinha causas ainda mais fundas, inconscientes, do que as referidas no ponto anterior. Recuperando uma ideia que deixámos suspensa algumas linhas acima, quando falámos da educação como forma de enquadramento e normalização do jovem até à altura em que este era reconhecido como adulto pela comunidade, é interessante referir, como James Coleman notou, que à época do *Baby Boom*, se percebeu subitamente que a sociedade contemporânea não dispunha de *rites de passage* (Coleman, 1974, p. 98) que marcassem a entrada na idade adulta. A transformação do jovem em adulto não terminava em momento nenhum especificamente determinado, nem formal nem facticamente: nenhum dos momentos simbólicos estabelecidos juridicamente como ponto de separação entre um período de menoridade e um período de responsabilidade individual pelos próprios actos (a idade para votar, a idade para consumir bebidas alcoólicas, a idade para ingressar no exército...) era perspectivado socialmente como o momento de ruptura com a menoridade. Exemplificando, ninguém considerava um

jovem apto a ter filhos ou a trabalhar em regime de *full-time* por já lhe ser legalmente possível adquirir uma arma de fogo, ou conduzir um carro. Derivava daqui que entre o momento em que legalmente impendiam sobre o indivíduo todos os deveres e lhe assistiam todos os direitos da idade adulta, e a percepção social do seu estatuto de adulto, mediava um período «líquido», indefinido, designado como *juventude*. E essa era uma época que Coleman caracterizava como sendo, por definição, um período de questionamento geral das normas sociais, de absoluto inconformismo, que se expressava de modos tanto simbólicos (excentricidade de vestuário, de gosto musical, tendência para o misticismo, etc.), como abertamente politizados, reivindicativos, radicais (Coleman, 1974, p. 112). Algo perfeitamente expectável: considerando a discrepância entre a importância *formalmente concedida* e a importância *socialmente reconhecida*, nada seria mais expectável do que a revolta contra a sociedade e as suas contradições, ainda mais alicerçada na constituição da identidade grupal juvenil de que acima falámos. O jovem opõe-se ao mundo em que vive, no qual ele é o centro de uma profundíssima contradição, e expressa essa oposição, à medida que o tempo vai passando, de uma de três formas: pelo recurso à oposição simbólica, pela reivindicação da sociedade alternativa, e, em último caso, exigindo uma alternativa de sociedade.

2.1 – A Oposição Simbólica ao ‘Status Quo’

Esta é a primeira e a menos elaborada das três formas de oposição que a juventude do Pós-Guerra expressou relativamente à sociedade em que se inseria, ao seu *corpus* de valores, e ao papel subalterno que lhe atribuía. Revolta sem nenhum motivo claramente identificado – posto que as razões que aqui vamos adiantando não eram, ao tempo, sistematicamente defendidas por ninguém –, ficaria imortalizada num seu símbolo e corpo-síntese, a figura de Jim Stark, personagem interpretada por James Dean no filme *Rebel Without a Cause*.

Surgido nos anos 50, e ligado exclusivamente aos EUA por razões conjunturais evidentes, este fenómeno juvenil pauta-se sobretudo pela recorrência dos actos de delinquência, das saídas nocturnas, da frequência de espaços de sociabilidade pela primeira vez criados em exclusivo a pensar no gosto dos jovens (restaurantes, bares, etc.), e por uma caracterização profundamente difusa dos tópicos sociais contra os quais a juventude movia oposição. Acima fizemos referência à indexação da figura do adulto à da autoridade, e com efeito, neste tempo da «rebeldia sem causas» assiste-se a uma

constante luta contra a própria condição de adulto, tal era a sua associação imediata à ideia de autoridade e de elemento constitutivo do sistema social regulamentado que agravava a vida dos jovens. Pais, polícias, professores, etc., todos são, *qua* disciplinadores, *qua* «adultos», um alvo da indisciplina, que passa por escandalizar os adultos através de um comportamento de iconoclastia e de desrespeito pela norma estabelecida: a sociedade é descrita como ignóbil, como insípida, como cerceadora, e o jovem considera-se incumbido de obter a sua liberdade, de viver sob regras que rompam com esse tradicionalismo, com o tradicionalismo dos adultos. Em última análise, o jovem preferia nem mesmo chegar a ser adulto, considerando que isso significava acomodar-se à norma – o célebre slogan *live fast, die young* é uma expressão lapidar deste posicionamento.

Pela mesma época, na Europa, surgia uma «moda intelectual» que daria aos jovens uma forma de expressar a sua rebeldia: tratava-se do existencialismo. Mas faça-se notar (e esta ideia será mais explorada quando falarmos do movimento no seu estágio de desenvolvimento político) que a concepção de existencialismo era entre os jovens bastante superficial, bastante frágil. Caetano Veloso afirmava que o existencialismo era encarado por uma sua familiar como uma escola de filósofos que faziam tudo o que queriam e só faziam o que queriam fazer (*in* Bebiano, 2003, p. 38). Tal não é uma concepção que distasse muito da da generalidade, e que, sobretudo, expressava com singular clareza um dos anseios da geração *baby boomer*: o de poder viver com liberdade, sem constrangimentos, sem as regras que a amesquinhavam e subalternizavam, no fundo, de poder viver dentro de uma sociedade renovada, e se necessário de uma sociedade nova. Entramos nos anos 60, e com isso numa forma bastante peculiar de concretização da revolta, até agora difusa, da juventude contra a sociedade – o planeamento da «sociedade alternativa».

2.2 – A Ideia da Sociedade Alternativa

Em pleno Maio de '68 foi publicado em França um estudo elaborado durante o ano de 1967 por Maurice Davranche e Georges Fouchard. Nele, a dado passo, é dito que os jovens franceses que levaram a cabo esse movimento estudantil exigiam uma alteração social de raiz, que não deixasse pedra sobre pedra da antiga sociedade francesa, que mudasse o seu sistema produtivo, o seu regime político, e sobretudo – num *topos* muito recorrente – que permitisse ao Homem «reencontrar-se com a sua essência» (Fouchard

& Davranche, 1968, p. 14). E avisavam: se os jovens estavam dispostos a aceitar o contributo dos adultos para edificar essa sociedade nova, caso verificassem que não havia, por parte destes, a disposição necessária a semelhante renovação estavam dispostos a fazer essa sociedade sós, à margem de todo o mundo (Fouchard & Davranche, 1968, p. 20). É uma asserção típica daquela que foi a segunda etapa da expressão pública da discordância da juventude com o modelo social tradicional: a tentação para a constituição de sociedades à margem da sociedade, de «utopias concretas e dinâmicas» (Bebiano, 2003, p. 39), de novos modelos que não se reduzissem aos preexistentes, que fossem tão longe quanto possível no seu radicalismo – ao ponto de propugnarem a construção *ex nihilo* de uma sociedade regrada de acordo com a concepção juvenil do mundo. Dá-se a este fenómeno o nome de *contracultura*: não se trata de uma proposta de reforma, ou sequer de alteração revolucionária do paradigma anterior, mas simplesmente do seu abandono e da criação de um novo que não tenha aquele em consideração.

O exemplo mais acabado desta expressão da rebeldia juvenil partirão do recém-criado movimento *hippie*. Em traços fundamentais, a sua caracterização passava pelo recurso vestuário exótico, pela grande liberdade sexual, pelo consumo de drogas – sobretudo de *cannabis* –, e pelo contacto com a «música estratosférica» (Rotman, 2009, p. 16).

Este movimento, que aparecerá em França na decorrência do Maio de '68, já existia nos EUA havia algum tempo, tendo ocupado bairros inteiros de S. Francisco durante 1963-64. Na Europa havia um movimento relativamente similar, na Holanda, dos chamados *provos* (expressão que deriva de provocadores) (Rotman, 2009, p. 17), celebrados por uma onda de violência que semearam em Amesterdão corria 1965-66.

O movimento *hippie* tinha imensa actividade cultural e artística, através da qual marcou fundamente a juventude do seu tempo. Era também, dados os seus ideais, bastante activo politicamente, participando em lutas pelo pacifismo, pela emancipação da mulher, pelos direitos das minorias sexuais e das minorias étnicas, pela legalização do consumo de drogas, pelo direito à liberdade sexual, à contracepção, etc. Atraindo pela arte, exporá os jovens de então à reivindicação de tipo sociopolítico: é o primeiro passo para que se comece a usar, entre os jovens, a reivindicação de tipo social e político como forma de obter alterações que melhorem a sua situação.

2.3 – As Alternativas de Sociedade

Os anos 60 são uma década fertilíssima em movimentos políticos tidos como alternativos, como constituindo uma possibilidade de renovação da sociedade por completo, de construção de um modelo político novo, livre dos erros e incorrecções dos modelos anteriores. Este é um tempo em que os jovens perdem a crença quer no regime político vigente na generalidade dos países capitalistas, quer no sistema socialista de proveniência soviética, em muito desprestigiado com as denúncias do XX Congresso do PCUS sobre os crimes do estalinismo, e com as intervenções militares na Hungria e na Checoslováquia. O resultado desta descrença nos dois modelos hegemónicos é, desde logo, uma recuperação do pensamento trotskista, como elo perdido de uma «revolução traída», ponto de onde cumpriria partir para edificar o socialismo verdadeiro (Rotman, 2009, p. 34).

Outro movimento político que obteria grande adesão na sua condição de alternativa radical de sociedade, fosse ao sistema capitalista, fosse ao socialismo soviético, foi o maoísmo. A China cindira o movimento comunista internacional em 1962, num conflito cuja causa imediata foi uma querela ideológica sobre a concepção soviética de coexistência pacífica, descrita como desvio de Direita pelos chineses, como demonstrativa da incompreensão, por parte de Moscovo, da real dimensão e importância do conceito de luta de classes (Pereira, 2008, p. 11). A isso se somavam divergências e mal-entendidos com raízes que iam até aos anos 30, sobreposição de áreas de influência, uma disputa larvar pela chefia do movimento desde 1957 (Pereira, 2008, p. 10). Não era pois de todo inesperado que os dois países cortassem relações, em meios a acusações de «revisionismo» e «dogmatismo» de parte a parte.

Em 1966 é levada a cabo a Grande Revolução Cultural Proletária, movimentação encabeçada por Mao Tsé-tung com o auxílio do Exército e das Guardas Vermelhas para regressar ao poder. Essa revolução, curiosamente, é feita contra o Partido Comunista da China, contra as suas decisões e a sua vontade expressa. Pelo que foi recebida, sobretudo na Europa, como uma poderosa demonstração de um movimento político em que as massas populares se impunham ao Partido (Rotman, 2009, p. 35). Há pois uma concepção da Revolução Cultural, como ficou conhecida, como um movimento libertário e democratizador, como movimento *anti-burocratizante*, que guiava o socialismo por um caminho que se distanciava da tentação totalitária e que permitia conferir-lhe o verdadeiro ser, desligado dos aparelhos e demais estruturas de

enquadramento. É notória a projecção da luta contra as estruturas de enquadramento nas suas sociedades para o plano mais vasto, a transformação dessa reivindicação em critério de aferição da validade e importância das revoluções.

De par com a China maoísta, também o Vietname o era, além de heroicizado como país-mártir às mãos do imperialismo. Aliás, se os movimentos juvenis dos anos 60 são acima de tudo movimentos doutrinalmente formados em torno da vulgata marxista, tal deve-se à Guerra do Vietname e ao modo como ela permitiu revitalizar o conceito leninista, cómodo e claro, de *imperialismo* (Rotman, 2009, p. 38): de uma revolta moral contra um conflito de David e Golias, a Guerra do Vietname serviu como detonador de uma consciencialização política da juventude que se fez em torno de *topoi* do marxismo-leninismo. Mas não só por isso os modelos vietnamita e chinês recebiam tão grande adesão. É parte integrante do «inconsciente intelectual» do Ocidente um fascínio pelas civilizações orientais, patente pelo menos desde as *Cartas Persas* de Rousseau: o Oriente é uma comprovação prática da possibilidade de criar civilização de um modo diverso do ocidental, e por inerência um observatório privilegiado dos defeitos e incorrecções de que a civilização ocidental enferma. Por outras palavras, melhor do que qualquer crítica feita a partir do interior pelos ocidentais, seria uma crítica feita por um observador externo, por alguém que não fosse juiz em causa própria, como eram os orientais. Esta opinião parecia tanto mais fundamentada quanto, como acima referimos, a URSS e o Pacto de Varsóvia – conjunto de países que, em última análise, eram ocidentais, *européus* – davam mostras de buscar o consenso com o capitalismo, de querer abandonar a sua dimensão revolucionária para se reconciliar com a «ordem natural das coisas». A China e o Vietname mantinham a sua condição de regimes verdadeiramente revolucionários, que não tinham cedido à pressão para se acomodarem. Por isso mesmo eram pontos privilegiados de crítica a um Ocidente onde tudo tendia para a conformação, para o apaziguamento, para tudo o que os jovens não pretendiam, para tudo o que era essencialmente contrário à sua discordância: tinham feito não só de um modo diferente do ocidental, mas também de um modo suficientemente radical e intransigente para satisfazerem as aspirações libertárias da juventude.

Pelo mesmo motivo, de resto, surgirá um imenso apreço pela revolução cubana, feita por homens particularmente jovens (à data da Revolução Cubana Fidel Castro tinha 33 anos, Ernesto Guevara tinha 31, Camilo Cienfuegos tinha 27), desenquadrados do Partido Comunista Cubano (Pereira, 2008, p. 33) – aparelho cerceador e dogmático tão duro e intolerável como qualquer estrutura de enquadramento estatal –, e que não

tinham temido arrostar com o poderio bélico norte-americano ao tempo da crise dos mísseis – crise na qual acabaram «traídos» pela política conformista e pacifista de Krushchev. Um outro aspecto muito relevante do apreço pela Revolução Cubana prendia-se com a sua acção dinamizadora de movimentos revolucionários na América Latina e no mundo, encarnada particularmente na figura mitificada do «Che» Guevara, e da acção do seu «braço libertário», como cantava certa música cubana. Revelaria o apego deste homem e deste regime ao internacionalismo, à edificação de um mundo novo, à libertação de uma América Latina oprimida pelos EUA e seu imperialismo (Rotman, 2009, p. 36). O homicídio do «Che» às mãos da CIA em Outubro de 1967 faz dele um ícone de rebeldia junto da juventude, e até mesmo intelectuais de craveira, como Jean-Paul Sartre e Marguerite Yourcenar vão tomar parte nos eventos culturais que o regime de Havana promove. Cuba é um outro exemplo de uma sociedade alternativa, e provavelmente o mais vívido de como esta podia ser edificada por jovens desenquadrados de aparelhos partidários.

Numa nota final, cumpre clarificar que não havia por parte dos jovens um esclarecimento profundo acerca das propostas ideológicas feitas pelos movimentos políticos que vimos abordando. Numa anedota bastante elucidativa do que era a relação entre a juventude e as doutrinas nesta época cumpre citar Patrick Rotman: «estudante de História na Sorbonne em Maio de '68, vivi, leia-se «participei» no movimento com todo o entusiasmo dos meus 19 anos. Tinha recentemente aderido à JCR de Krivine e Weber, organização que na altura classificávamos de «guevaro-trotskista» (...) mas devo confessar, para minha vergonha, que na altura não sabia bem o que era o trotskismo» (Rotman, 2009, p. 6). O quantitativo de estudantes que «não sabia bem o que eram» as ideologias que afirmava professar, que encarava o maoísmo, o castrismo, o trotskismo, etc., em termos de superficialidade similar à que acima verificámos ser utilizada para falar do existencialismo, não parece temerário afirmar, seria assinalável. A sua adesão aos movimentos políticos, repitamo-lo, não procede de concordância com o cerne da doutrina, mas de um aproveitamento do seu estatuto de sociedade alternativa para a contrapor àquela em que se inscreviam.

3 – O Sessentismo em Portugal

A juventude do período que vimos analisando tem, em Portugal, condicionalismos de tipo político que tornam a sua situação particularmente diferente da vivida na generalidade dos países europeus. Vivia-se à época sob a vigência de um regime ditatorial, chefiado primeiro por Salazar e, a partir de 1968, por Marcello Caetano, no qual o isolacionismo era política de Estado. Vivia-se também, a partir de 1961, uma Guerra Colonial que duraria 13 anos e que foi fundamental para a deposição do próprio regime.

É possível encontrar resistência estudantil ao Estado Novo desde o início deste regime, ou até mesmo desde a época da Ditadura Militar (Faria, 2000). Contudo, será no Pós-Guerra que essa resistência começa a fermentar e a desenvolver as formas que há-de assumir no arco temporal que estudaremos, pelos motivos que acima enunciámos ao abordar a problemática da juventude numa perspectiva de História Geral, mesclados com particularismos portugueses que vão desde a pressão dos grupos políticos progressistas até acções extemporâneas de repressão vindas do salazarismo contra o estudantado e as suas liberdades e prerrogativas tradicionais.

A primeira destas ofensas do poder às prerrogativas estudantis deu-se em 1956, com a publicação do DL 40900. Este decreto-lei estabelecia a necessidade de os dirigentes associativos estudantis verem, a despeito da sua eleição, o seu acesso ao cargo sancionado pelo Governo antes da tomada de posse, o exercício do seu mandato permanentemente vigiado pelo Director da Faculdade a que pertencessem, as ligações internacionais das várias associações autorizadas pelo Ministério da tutela, e, ainda, o poder estadonovista reservava-se o direito de substituir direcções, designar comissões administrativas, e extinguir associações de estudantes (Lourenço *et al.*, 2001, pp. 19-20).

Rui Grácio escreveu que este decreto-lei é produzido numa altura em que o Estado Novo começa a perceber que vai perdendo força junto da juventude portuguesa, nomeadamente dos estudantes universitários (*in* Estanque & Bebiano, 2007, p. 35). É, aliás, o próprio Salazar, em carta endereçada ao Presidente Craveiro Lopes, quem escreve que «a polícia tem mostrado a sua preocupação acerca da captação muito intensa de estudantes para as organizações comunistas. Rapazes e raparigas das melhores famílias tanto em bens como em fortuna moral (...) tão facciosos que toda a conversão ou esperança de conversão parecem perdidas.» (*in* Lourenço *et al.*, 2001, p.

16). E a situação tendia ao agravamento, como veio a verificar-se não só na reacção de âmbito nacional que se fez sentir a esta norma jurídica (mesmo se toda a luta se saldou na criação de um vazio legal sobre a matéria que em termos práticos era o assegurar de total liberdade de acção ao poder), como também e sobretudo por alturas da campanha presidencial de Humberto Delgado, ponto definitivo da ruptura dos universitários com o Estado Novo e início da constituição de um movimento associativo de massas.

O movimento faz-se notar logo no *annus horribilis* para o regime que foi 1961, aditando à tomada do Santa Maria por Henrique Galvão, à anexação de Goa, e ao início das operações militares em Angola e na Guiné, uma reunião em Coimbra onde se promoveu a criação da União Nacional dos Estudantes, inspirada no modelo do sindicalismo estudantil francês. Também nesse ano se celebrariam os 40 anos da «Tomada da Bastilha», assalto estudantil ao Clube dos Lentes para fundação da Associação Académica de Coimbra. O ano seguinte inicia-se com o abortado Golpe de Beja, que Humberto Delgado deveria chefiar. Nele os estudantes dariam novamente provas de vida, numa das duas grandes crises académicas por que Portugal passou nos anos 60.

A chamada crise de 1962 desencadeou-se em Lisboa em razão da proibição das celebrações do Dia do Estudante decretadas pelo Governo de Salazar. A medida era insólita, e de resto desautorizava uma permissão concedida expressamente pelo Reitor, Marcello Caetano. O aparecimento da Polícia como «força ocupante» da Cidade Universitária no dia em que deveria celebrar-se a efeméride foi um acto afrontoso da autonomia universitária (Lourenço *et al.*, 2001, p. 41), que se torna duplamente grave quando, instado pelos estudantes sobre a razão do aparato repressivo, o Reitor obtém do Governo Civil de Lisboa uma garantia da retirada das forças policiais que, no fim, não se verificará – que em rigor vai desembocar em confronto físico entre estudantes e polícias, antes e depois de Caetano, humilhado pelo poder central, ter tentado salvar o dia convidando os alunos da Universidade para um jantar comemorativo do Dia do Estudante (Lourenço *et al.*, 2001, pp. 44-45). As cargas policiais dentro da Cidade Universitária e fora desta, quando um grupo de estudantes deu gritos de «Unidade!», levariam à demissão do Reitor.

De 1963 a 1968 a actividade estudantil de oposição conhece um certo desvanecimento enquanto movimento de rua e de massas – mas isso não significa, de todo, qualquer espécie de abrandamento da oposição estudantil à ditadura vigente. Exemplo disso é o epifenómeno da crise de 1965, quando correu a indignação entre os estudantes conimbricenses pela deposição forçada, às ordens do Governo, de um dirigente da

Associação Académica tido por «oposicionista». Nos meses seguintes, uma por uma, todas as associações de estudantes de todas as Faculdades da Universidade de Coimbra foram encerradas administrativamente, por se descobrir o oposicionismo de quantos as compunham. O Estado Novo teve de criar uma comissão administrativa fantoche, composta por estudantes de confiança, que nunca teve o apoio nem o reconhecimento da comunidade estudantil de Coimbra. E não só: que em certa medida se constituiu em causa do «maior movimento estudantil de massas que se ergueu contra o Fascismo», nas palavras de Celso Cruzeiro (*in* Estanque & Bebiano, 2007, p. 36): foi a crise académica de 1969.

À escala internacional, pouco mais de um ano antes sucedera o Maio de 1968, movimento primeiramente estudantil e mais tarde latamente de massas, com epicentro em Paris, à época ainda um pólo de importância cultural ímpar para uma comunidade estudantil essencialmente francófona e francófila. À escala nacional entrara-se, no ano anterior, no período designado como Primavera Marcelista, constituído por um relativo abrandamento da acção repressiva do regime, o que conferira um pouco mais de liberdade de acção ao associativismo. Além disso, por volta de 1969 a emigração para os países da Europa Central, iniciada aquando do fim da Segunda Guerra Mundial e exponenciada nos anos 60 com as deserções à guerra, tornara-se já um factor social de grandeza assinalável – e em razão dela os emigrados traziam para Portugal ideias com que tomavam contacto nos países de acolhimento. Pondo-as a circular, muito influenciaram o desenvolvimento dos movimentos associativos. Não desprecienda foi também a cada vez maior chegada de turistas a Portugal, fruto da dinamização desta actividade económica por parte dos Governos quer de Salazar quer de Marcello Caetano ao longo de toda a década de 60: a chegada dos turistas a Portugal constituía-se em forma de estreitamento de ligações entre o Portugal isolado e a Europa transpirenaica, de diluição do *ensimesmamento* português que o Estado Novo buscara construir e/ou fomentar. A importância do turismo terá sido tão ameaçadora para esse projecto de sociedade que, em 1964, quando pela primeira vez o número de turistas excedeu o milhão, foi convocado um debate na Assembleia Nacional para equacionar as possíveis consequências que isso poderia ter para o país (Bebiano, 2003, p. 81). E de facto, a chegada dos turistas permitiu o desenvolvimento de uma idealização da viagem entre os jovens universitários, vertida numa cada vez mais recorrente aventura dos percursos à boleia pela Europa, e numa idealização do estrangeiro como espaço de liberdade, de riqueza, de prosperidade, como um lugar melhor do que Portugal. Este facto é

sumamente importante para se compreender a exacta dimensão da dissensão entre o jovem e o regime e, sobretudo, a base teórica legitimadora da deserção à guerra colonial: o que legitimava a manutenção do conflito em África por parte de Portugal era a crença, que se constituía em princípio basilar do Estado Novo, num Portugal como «reserva moral do Ocidente», como detentor de uma missão histórica de civilização em África que se constituía em marco diferencial axial da nação relativamente aos restantes países e, em bom rigor, que lhe conferia de algum modo superioridade em relação a eles, e o direito inerente de manter a guerra pelo sucesso da sua obra civilizadora. Como resulta evidente, a premissa essencial para que este raciocínio fosse aceite como procedente é a da *superioridade* moral da Nação Portuguesa, vertida no direito de manter as populações africanas sob sua tutela, não enquanto populações subjugadas mas como povos sob processo civilizador, dir-se-ia até *educativo*, da Nação Portuguesa. No momento em que se hegemonizasse a ideia de que Portugal não era um país superior aos outros, de que em bom rigor era um país mais pobre, mais atrasado, e de que a sua condição de ente «orgânico, rústico, tradicional» (Bebiano, 2003, p. 101) revelava uma condição inferior a dos povos da Europa Central, industrializados, prósperos, e consequentemente mais desenvolvidos do que Portugal, todo o edifício de legitimação da guerra haveria de aluir pela base. Acoplando-se a ideia do conforto material com a de um maior grau de desenvolvimento das instituições políticas e dos modelos sociais, o Portugal do Estado Novo estava deslegitimado até ao cerne: não constituía senão uma entidade política que mantinha uma guerra injusta em nome de um colonialismo obsoleto e que nem mesmo dispunha de cabal legitimidade para o exercício do poder, em carecendo do sufrágio popular livremente expresso.

Esta ideia estava de tal modo disseminada e feita evidente na mente estudantil que, a 17 de Abril de 1969, em Coimbra, os estudantes se sentiram no direito de desfeitear os representantes do Governo, pedindo o presidente da Associação Académica de Coimbra, Alberto Martins, para usar a palavra numa cerimónia em que estavam presentes o Presidente da República e o Ministro da Educação. Quando esta lhe foi negada, os estudantes rebelaram-se em larga escala. A resposta das autoridades, desproporcionadamente brutal, atacando até mesmo associações juvenis católicas, hipotecou por completo qualquer sorte de reconciliação com os jovens: daí por diante, e até ao 25 de Abril, a cisão não pôde senão adensar-se. Mesmo entre os movimentos católicos, com a promulgação da Encíclica *Pacem in Terrae* de João XXIII, profundamente crítica da Guerra Colonial, houve um distanciamento cada vez maior

relativamente ao Estado Novo, e a assumpção de uma postura favorável à emancipação dos povos na questão colonial, e até, em alguma medida, próxima da Teologia da Libertação.

Sobre os movimentos estudantis em contexto português abunda a bibliografia para as Universidades de Lisboa e para a Universidade de Coimbra. Contudo, para a Universidade do Porto, não existe ainda nenhum estudo que lhe dedique atenção de um modo exaustivo e exclusivo, mormente os dos anos 60, por ser esta, como vimos, a década de maior ebulição oposicionista dentro da Academia, com uma incidência que se tornará ainda mais profunda no período que medeia entre o início da Primavera Marcelista e o 25 de Abril. Admitindo que não é verosímil que não tenha havido qualquer sorte de oposição estudantil na cidade do Porto, suscitam-se as seguintes questões: que movimentos de Oposição ao Estado Novo existiram dentro da Academia Portuense? Que filiação ideológica tinham? De que modo agiam? A que Faculdades pertenciam os que neles tomaram parte? Que ligações tinham com os vários grupos de resistência organizada ao Estado Novo? E de que modo se inseriam, admitindo uma vez a inverosimilhança de não se inserirem, nos movimento juvenil que varreu o mundo, e de que fomos dando nota nos pontos iniciais deste capítulo? É com vista a dar resposta a estas perguntas que, abaixo, desenvolveremos o nosso trabalho.

Capítulo 2 – A Universidade do Porto nos anos terminais do Estado Novo

1 – O Estatuto do Contexto na História

É evidente, e talvez seja uma banalidade afirmá-lo num trabalho científico, que o contexto onde se desenrolam acontecimentos históricos é de importância capital para que esses acontecimentos sejam aquilo que são. Não que se propugne, evidentemente, a tese positivista e determinista de que os homens, se inscritos num determinado meio e num determinado momento, estão condenados a agir de um mesmo modo. Nenhuma afirmação seria mais contrafactual do que esta, e para tanto bastaria observarmos a matéria que será tratada a dado passo deste capítulo. Professores da Universidade do Porto e alunos da mesma Universidade não diferem quanto ao momento histórico em que se encontram, nem mesmo relativamente ao meio, social e académico, onde se movem. São genericamente gente do mesmo estamento social, gente com evidentes pontos de identificação, pertencentes a uma mesma instituição universitária, gente que, a admitir a tese determinista, não poderia senão *sentir* do mesmo modo, estar precisamente no mesmo lado da barricada em matérias como a filiação ideológica e a concepção do seu papel social. Verificaremos que se desenrola um processo em tudo contrário – mas será isso suficiente para que acreditemos que o contexto onde se desenrolam estas acções é irrelevante para elas? Que o facto de estes estudantes serem portugueses dos anos 60/70 pertencentes a dada classe social e estudando determinadas matérias na Universidade do Porto e não noutra é meramente incidental, indiferente para o que vamos abordar?

Esta perspectiva não é aqui colocada por um qualquer exercício de redução ao absurdo. De facto, num brilhante artigo de síntese sobre as revoltas da juventude estudantil no mundo dos anos 60 e 70 do séc. XX, é Colin Barker quem escreve que um manancial de teses a que poderíamos chamar «anticontextuais» foi posto a circular desde que as sublevações juvenis ocorreram, com a particularidade de, genericamente, todas elas obviarem quer a análise séria do que eram as asserções e reivindicações dos estudantes, quer o enquadramento dessas reivindicações no seu contexto histórico específico (Barker, 2008, p. 45). Primeira entre todas, a tese de Neil Smelser, nascida

ainda durante as movimentações da juventude de 60, procurava reduzir todo o feixe das reivindicações de carácter económico, político, cultural, moral, etc., numa só e definitiva explicação: o movimento era uma sublevação de carácter edipiano, uma revolta dos homens jovens, na flor da vida, contra os seus pais, de modo a (auto)comprovarem a sua virilidade. Evidentemente, como Barker salienta, tecnicamente as urgências de tipo edipiano são trans-históricas, universais, e nada explica por que motivo as sublevações juvenis da natureza das que vamos estudar apenas tenham emergido numa década específica de um século específico, não tendo sido presença permanente em todas as sociedades de todos os tempos: ao que acresce estarmos a tratar de jovens cujos pais efectivamente apoiavam a sua rebeldia política em boa parte dos casos e que, se pretendessem causar escândalo junto deles ou desafiar-lhes a autoridade de modo acintoso, optariam seguramente por outra via (Barker, 2008, p. 44).

Mas não é apenas Smelser quem avança uma tese anticontextual para as revoltas estudantis: o PCF, ao tempo do Maio de 68, reduzirá também a acção política da juventude da época a uma sublevação de *herdeiros*, no sentido que Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron deram ao termo, de filhos-família cuja participação na política se revestia de formas violentas por conceberem a violência política como um ritual de grupo e uma forma de divertimento, por ser esse o modo como proviam a sua realização pessoal, como demonstravam ao mundo a sua juventude, e como, ao mesmo tempo, podiam prosseguir no uso de hábitos intelectuais típicos do pensamento universitário, como o diletantismo e a conceptualização, que desembocavam na produção de novos «rótulos» políticos a grande velocidade (Prévost, 1975, pp. 74-81). Num período particularmente elucidativo do pensamento do PCF – e genericamente do comunismo ortodoxo – sobre as sublevações estudantis do Maio Francês, Claude Prévost dirá que «não se pode liquidar tudo simultaneamente, a crença na burguesia do papá e o anticomunismo (igualmente do papá). E depois, sob o domínio da «embriaguez», os velhos demónios, que julgávamos mortos e enterrados, reerguem a cabeça com uma insolência fanfarrona (...) Não é o seu terrorismo ingénuo de criança que faz birra porque lhe estragaram o brinquedo que nos desviará das nossas tarefas, em particular da que consiste em os ganhar para a luta comum, que bem precisam de retomar, uma vez acalmados» (Prévost, 1975, p. 112). O que aqui temos é um autêntico roteiro da interpretação que a ortodoxia fez do Maio de 68: acção de «filhinhos» do «papá», «fanfarrões» e «embriagados», que se convenientemente «acalmados» poderiam

integrar as fileiras do «verdadeiro comunismo» (o deles...) e desenvolver um trabalho sério, por oposição à obra «ingénua» que vinham produzindo.

Também a tese de Prévost, e pelo mesmo motivo que a de Smelser, deve ser infirmada e contrariada. O estudo de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron sobre os herdeiros data de 1964: por que motivo não eclodiram, nesse ano, sublevações estudantis da magnitude vista em 1968? E por que razão não foram elas observadas ainda antes, se efectivamente fosse *natural* nos jovens filhos-família a estudar em meio universitário este gosto pelo jogo perigoso do fabrico de etiquetas políticas sonantes e pela participação auto-realizadora em actos de violência revolucionária?

As duas perspectivas, quer a de Smelser, quer a do PCF, recendem a uma tentativa de amesquinamento paternalista do que sucedeu nos anos 60 e 70. Relativizada e «psiquiatrizada» a movimentação juvenil, indexada à irreverência «natural» do jovem, reduzida a obra de rapaziada estroina, a coisa que faz sorrir os pais e que finda a admoestação nenhum mal traz à sociedade como um todo, a revolta dos jovens fica como que normalizada, torna-se fácil de digerir e de encarar, pode ser lida como um momento de loucura e de irreflexão típicos de uma fase da vida onde ainda não se tomou completa consciência de «como funciona o mundo» e se é facilmente seduzido, até ao limite da acção violenta, pelo pensamento utópico ou revolucionário. A velha condescendência votada aos jovens pelos adultos «acabados», que como vimos tinha mostrado ser perigosa e demandara a criação da escola, tem também, como estes autores comprovam, um reverso da medalha tanto menos agradável: quando o jovem fala a sério, ninguém o leva a sério, e o valor facial das suas asserções, reivindicações, motivações, etc., é pura e simplesmente eludido para que se perscrute sob ele a sua «substância», que não raro é um distúrbio psicológico ou uma incorporação defeituosa na ordem natural das coisas.

Contra esta «psiquiatrização» da leitura de qualquer acontecimento envolvendo jovens dos anos 60 ou 70, Colin Barker deixa um apelo, assaz elementar por sinal, à objectividade. Afirmo que «uma apreciação adequada do movimento estudantil dos anos 60 e 70 deve, em poucas palavras, levar a sério aquilo que os estudantes disseram e fizeram» (Barker, 2008, p. 45). E com base naquilo que os estudantes disseram, enquadrar as asserções *num contexto epocal determinado*, e compreender por que razão elas são fruto desse contexto e não de qualquer outro. Por exemplo, nos inícios dos anos 60, em Oxford, quando um casal de estudantes foi apanhado no mesmo quarto pelas autoridades académicas, a estudante foi expulsa e o estudante admoestado. E contudo,

os restantes estudantes, se consideravam a atitude das autoridades académicas tendenciosa e sinceramente machista, não fizeram sequer uma petição como forma de protesto (Barker, 2008, p. 45). Porque motivo, então, cerca de oito anos depois, semelhante situação seria sem sombra de dúvidas uma faísca a fazer eclodir protestos longos duros e violentos entre o estudantado? É um assunto cuja explicação não se compadece com generalidades psicológicas ou sociológicas. É um assunto, uma mudança de postura em questões éticas, que se explica por razões *históricas*, e pela perscrutação do contexto histórico em que essas alterações se deram. E devemos munir-nos sempre desta cautela quando analisarmos o movimento estudantil português ou portuense: as suas movimentações, estratégias, tácticas, reivindicações, e demais actos sociais são fruto de condições históricas e de um contexto histórico. É a ele que, neste capítulo, nos vamos reportar.

2 – A Oferta Formativa da Universidade do Porto

Entre 1968 e 1974 a Universidade do Porto dispunha de seis Faculdades: eram elas Medicina, Engenharia, Ciências, Letras, Farmácia, e Economia. Saber isto é já saber bastante: o domínio das Ciências Naturais sobre as Humanidades e as Ciências Sociais é avassalador, enquadrando-se aqui, algo grosseiramente, Engenharia, Medicina, Farmácia e Ciências sob a definição de faculdades de ciências naturais, ficando Letras e Economia entre as ciências sociais e as humanidades.

Mas se analisarmos com mais finura estas faculdades, verificaremos com detalhe que Ciências Naturais vemos leccionadas na Universidade do Porto, ou seja, e com maior clareza, que tipo de ensino providencia a Universidade, que *necessidades sociais* vem ela suprir com a sua oferta formativa. Desde logo, e quase diríamos evidentemente, a Universidade fornece, por ser necessidade objectiva e insindicável das populações, formação na área da Medicina e da Farmácia, áreas relacionadas com os cuidados de saúde. A Faculdade de Medicina, aliás, era talvez a mais antiga da cidade do Porto, herdeira da Régia Escola de Cirurgia e da Escola Médico-Cirúrgica, criadas ainda sob a monarquia, em 1825 e 1835 respectivamente (Fernandes, 2007, p. 55). Quanto à Faculdade de Farmácia, criada em 1911 com a fundação da Universidade, ministrava licenciatura na área do saber que o seu nome indica.

No âmbito que designámos como das Ciências Naturais, ressaltando tratar-se de uma delimitação grosseira, mas que protestamos ter utilidade, inserimos também as escolas

de Engenharia e de Ciências. E a existência de uma Faculdade de Engenharia é certamente denotativa de uma das necessidades sociais que a Universidade do Porto buscava suprir: considerava ser sua função disponibilizar um corpo de técnicos especializados no funcionamento de áreas de alta complexidade na área das tecnologias, não sendo esse campo do saber subsumível ao das Ciências, mas merecendo autonomia própria, faculdade própria, o que, se tem fundamento histórico no facto de a Faculdade de Engenharia ser directa legatária da Academia Politécnica, é um dado objectivo a não negligenciar: a formação na área das engenharias era parte integrante do plano de ensino da Universidade, e isso, por si só, causará resistências e dissensões entre os estudantes.

Do outro lado, no das Ciências Sociais e Humanidades, e excluindo-se as Faculdades de Letras e Ciências, consideradas as duas faculdades onde se leccionava «a alta cultura» que distinguia o saber universitário (Santos, s/d, p. 306), ou seja, onde salvo pela sindicância directa dos programas leccionados se poderia entender que necessidade social diversa da divulgação do conhecimento era feita pelas faculdades – e para essa sindicância daremos voz apenas aos estudantes –, resta-nos a faculdade de Economia, cujo saber ministrado era o que o nome indica. Aquando da sua fundação ficou estabelecido que a sua função era criar «uma elite de economistas aptos a ocupar, pela sua formação científica, as situações de mais alta responsabilidade em organizações vastas e complexas» (Fernandes, 2007, p. 96). Mais uma vez temos aqui algo que já aflorámos quando se tateou a formação ministrada na Faculdade de Engenharia: há uma claríssima ligação da Universidade às necessidades objectivas da elite económica nacional, aos interesses das classes mais elevadas. Isso, repitamo-lo, será um dos motivos mais presentes nas críticas e reivindicações dos movimentos estudantis portuenses, será uma das bases da sua postura contestatária, e uma das razões da eclosão da sua resistência.

Além das faculdades que, conforme referimos, ministravam apenas uma licenciatura (Medicina, Farmácia, Economia), as três restantes ofereciam um plano formativo bastante mais alargado e abrangente. Em Engenharia eram ministrados, desde 1926, os cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Minas, Engenharia Mecânica, Engenharia Electrotécnica, Engenharia Químico-Industrial e, a partir de 1970, Engenharia Metalúrgica (Santos, s/d, p. 286). A Faculdade de Engenharia estava intimamente ligada à Faculdade de Ciências, por nesta se ministrarem os três primeiros anos das

licenciaturas nas áreas da engenharia³, anos cujo programa curricular estava mais vocacionado para as ciências naturais (Física, Química, etc.) do que, especificamente, para a dimensão prática e técnica da engenharia.

Nas restantes faculdades de oferta formativa diversificada, Ciências e Letras, encontraremos respectivamente os cursos de Matemática Pura, Matemática Aplicada, Engenharia Geográfica, Física, Química, Geologia e Biologia (Santos, s/d, 286), e em Letras, surgindo aos soluços, em 1968 os cursos de História, Filosofia, e Ciências Pedagógicas que datavam já da fundação, Filologia Românica datando desse mesmo ano, e, a partir de 1972, cursos de Filologia Germânica e Geografia (Santos, s/d, 306). Sem grande surpresa se verifica que se trata das áreas que teriam saída profissional assegurada no ensino.

Englobaremos na nossa análise, por se tratar de um estabelecimento do ensino superior que não pertencendo à Universidade teve um papel importante nos movimentos de contestação estudantil ao regime, a ESBAP, Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Nela eram ministrados cursos de Arquitectura, Escultura, e Pintura, mas cedo verificaremos que os programas desses cursos estavam eivados de matérias e mecanismos que os tornavam tendencialmente vocacionados para áreas em torno do *Marketing* e da Publicidade, por forma a assegurarem a saída profissional dos seus alunos e/ou, como os mais politizados se queixavam, a colocar os seus serviços, o seu ensino, ao serviço das necessidades de força de trabalho qualificada da classe possidente.

3 – O Parque Escolar da Universidade

A Universidade do Porto é, na época a que nos reportamos, marcada por uma enorme dispersão do seu parque escolar, comensurável com uma relativa concentração de recursos em determinados edifícios. Esta asserção poderá parecer contraditória, mas verificaremos de que modo é verdadeira, e como contribuiu (*cum grano salis*) para o movimento estudantil de resistência.

Falemos, desde logo, da forma como a concentração dos serviços da Universidade, de várias faculdades num mesmo espaço, se verificava. No edifício sito no Carmo, onde

³ A partir de 1970 passarão a ser apenas os dois primeiros (Santos, s/d, p. 269).

hoje está sedeada a Reitoria, coabitavam, a dada altura, praticamente todas as faculdades da Universidade do Porto à excepção de Farmácia e Medicina. Os cursos da Faculdade de Ciências eram lá ministrados, tradicionalmente, e aos destes se juntavam, como já foi dito, os dos três primeiros anos dos cursos de Engenharia. Não bastassem todos estes, a partir do ano lectivo de 1954/55 o mesmo edifício do Carmo passará a albergar, no sótão, a Faculdade de Economia (Fernandes, 2007, 96). A situação foi sendo mitigada pela transferência, paulatina e contrariada, de cadeiras dos cursos da Faculdade de Ciências para o edifício cercano ao Hospital de Sto. António onde, hoje, fica o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Todavia, é precisamente nesse edifício que, aquando da reabertura da Faculdade de Letras em 1962/63, serão instaladas as «duas salas» que, de acordo com o Reitor de então, bastariam ao funcionamento dos seus cursos (Fernandes, 2007, p. 74). Evidentemente, este escassíssimo número de salas jamais comportaria a demanda de cursos de Letras feita na cidade, e era agravado pelo crescendo, também, nos cursos de Ciências, sobretudo o observado no ano lectivo de 1966/67. Solucionar-se-á este problema com a repartição dos cursos de Letras por toda a cidade: no ano lectivo 1969/70 os cursos de História e Filosofia são transferidos para o Palacete Burmester, no Campo Alegre, ficando apenas o curso de Filologia Românica no edifício onde está hoje o ICBAS. Em 1972 será instalado nesse edifício o curso de Geografia, e, em 1973, o curso de Filologia Germânica será leccionado no número 76 da Rua das Taipas, hoje uma escola profissional (Fernandes, 2007, p. 77).

Esta disseminação espacial dos cursos de Letras foi, em 1971/72, considerada fruto de acção premeditada das autoridades académicas. Num panfleto da plataforma *Por Uma Universidade Popular* produzido no âmbito das eleições desse ano para a Comissão Instaladora da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras do Porto é afirmado que, com vista à preclusão da tomada de consciência por parte dos estudantes das aspirações e ideais comuns ao grupo, era política universitária – e inerentemente do Estado burguês – fomentar «a situação geográfica e dispersão» das faculdades (CD25A, 1971/72, p. 9). A verdade, verificámo-lo pela consulta de bibliografia sobre o historial do parque escolar da Universidade, é, no caso específico da Faculdade de Letras, particularmente mais prosaica: a Universidade simplesmente não dispunha de verbas com que prover as suas necessidades em termos de edifícios, tendo de haver-se com as doações que eventualmente lhe fossem feitas por beneméritos ou pelo poder público, nacional ou camarário, ou ainda, o que era o mais comum, de negociar duramente a

atribuição de edifícios desactivados às suas escolas, quando não se via na contingência de os adquirir ela mesma.

Um caso paradigmático do que acabámos de afirmar, que de resto demonstra como os problemas atinentes ao Parque Escolar não eram exclusivo de Letras e Ciências, é a história verdadeiramente rocambolesca que envolve as instalações da Faculdade de Engenharia. Instalada desde 1937 na Rua dos Bragas, num edifício onde hoje se encontra a Faculdade de Direito da Universidade do Porto, eram apenas passados dez anos desde a sua abertura quando se começam a ouvir queixas quanto à insuficiência dos meios materiais de que a escola dispunha. E o termo *insuficiência* pode, ele mesmo, ser insuficiente para o caso: os dados aventados por Maria Eugénia Matos Fernandes demonstram que, numa faculdade cujo equipamento fora delineado estimando-se um máximo de duzentos alunos, estudavam em 1947 nada menos que seiscentas e cinquenta pessoas, vindo a ser setecentas e cinquenta logo em 1948 (Fernandes, 2007, p. 62). Que equilíbrio foi feito nos treze anos ulteriores para que uma desproporção tão gritante fosse absorvida pela faculdade, não foi possível apurar. Facto é que só em 1961, após instantes rogos por parte da Reitoria, foi entregue à Faculdade de Engenharia o edifício cercano do Liceu Feminino de Carolina Michaëlis, transferido ao tempo para próximo da igreja de Cedofeita, onde ainda hoje se encontra. E todavia, em 1972, uma vez mais cerca de uma década após a redefinição das instalações, temos a Faculdade a requerer a possibilidade de impor *numerus clausus*, sob pena de se ver confrontada com a impossibilidade de leccionar, a menos que uma «mão invisível», à Adam Smith, repartisse o estudantado por Coimbra e pelos Institutos Industriais projectados pela reforma Veiga Simão (Fernandes, 2007, 64). Também Medicina se viu a braços com uma situação de explosão escolar na época que vimos estudando: e a informação que lográmos obter sobre o assunto, porque provém das actas do Conselho Escolar, permitir-nos-á, ainda neste capítulo, ilustrar a perspectiva que os docentes da Faculdade (e, arriscamo-nos a induzir, da Universidade) tinham sobre a situação estudantil portuguesa e as suas soluções. Para já, e porque nos centramos no parque escolar, cumprirá dizer que, ao longo dos anos de 1973 e 1974 as queixas sobre a insuficiência das instalações da Faculdade de Medicina são recorrentíssimas e, correlativamente, as da aplicação do *numerus clausus* à Faculdade de Medicina, aparentemente reivindicado desde 1968 (AFMUP, fl. 23). A situação de explosão escolar e o afinco votado à crença de que a única solução possível para esta era a limitação do número de alunos passíveis de ingresso no ensino superior médico chegavam tão longe que, segundo um documento

intitulado *Posição de Princípio sobre a Situação Pedagógica na FMUP*, integrado nas Actas do Conselho Escolar e presumivelmente enviado ao Ministério da Educação Nacional da época, os professores da Faculdade de Medicina, acusando impaciência e exaspero pela longa demora do Ministério em caucionar os seus pedidos relativamente à instauração de um número máximo de inscrições por ano na Faculdade, «informa virilmente» o Governo de que, caso não fossem implementadas «medidas desesperadas para desembaraçar a Faculdade da grande massa actual de alunos» teriam de «informar dolorosamente» as autoridades da impossibilidade de «assegurar o ensino» (AFMUP, fls. 20-20v). Não que se tratasse de uma ameaça de greve, apressa-se o redactor a avisar: simplesmente, mesmo «revestido da mais alta e legítima autoridade», nenhum poder estava em condições de esperar que alguém lograsse realizar o irrealizável (AFMUP, fl. 20-20v).

Estes problemas, logicamente, concorriam para o desprestígio da Universidade, desdouravam a dignidade com que o ensino nela devia ser ministrado, eram motivo de crítica por parte dos estudantes, de exaspero e de descontentamento. Todavia, é conveniente ter na devida conta o grau de influência que estes elementos tinham *de facto* nas reivindicações estudantis, no discurso das tendências associativas: e realmente, se como seria de esperar podemos ver imensas queixas sobre aulas sobrelotadas, a insuficiência de bares e cantinas, e demais questões práticas do quotidiano estudantil, é errado deixarmo-nos seduzir pela ideia, aliás comum entre os professores como veremos quando abordarmos a presunção de praticismo, de que *todas* as reivindicações eram, ao fim e ao cabo, de carácter prático, sendo a sua camada exterior de reivindicação radical nos campos social e político tão-só uma espécie de exagero retórico, de gongorismo reivindicativo do estudantado. Mais uma vez, esta posição ante os problemas suscitados pela reivindicação juvenil não é inédita: se nos reportarmos ao já referido artigo de Colin Barker, veremos que também foi aventada como hipótese explicativa das revoltas estudantis o facto de as condições materiais das Universidades terem sido largamente suplantadas pelo acesso massificado dos jovens ao ensino superior no período do pós-guerra. Referindo dados relativos às universidades italianas de Bari, Roma e Nápoles, mostra-nos que, estando desenhadas para 5000 alunos cada, contavam ao todo, em 1968, à roda de 140.000 estudantes (Barker, 2008, p. 44). Ao mesmo tempo, na Universidade de Paris, havia 500 lugares sentados na biblioteca central, quando a instituição contava ao tempo com 156.000 estudantes (Barker, 2008, p.44). É portanto um dado objectivo e indesmentível, este de que a juventude rebelde dos anos 60 e 70

vivia em condições de trabalho estudantil absolutamente inqualificáveis, e que, a partir dos dados que pudemos avançar sobre a Universidade do Porto, as diferenças poderiam ser de grau, mas não seriam de todo em todo quanto ao género de indignidade e de desconforto material em que se realizavam o trabalho do estudantado. Todavia, temos, lida a documentação da época, de acompanhar Ginsborg numa sua afirmação: «o ano de 1968 foi muito mais do que um protesto contra a precariedade das condições. Era uma revolta ética, uma tentativa notável de revolver os valores da época» (*in* Barker, 2008, pp.44-45). O que, por motivos que tentaremos expor, não era de todo a opinião dos que ao tempo regiam a Universidade portuense.

4 – A Resistência Estudantil sob o Prisma dos Órgãos da Universidade

Para podermos perscrutar a opinião das autoridades académicas sobre esta questão munimo-nos de dois tipos de fonte: as Actas de Sessões do Senado da Universidade, e, na medida do possível, das Actas dos Conselhos Escolares das faculdades. Em rigor, das seis faculdades existentes à época na Universidade só a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Letras nos franquearam acesso à sua documentação. A Faculdade de Engenharia informou-nos de que muita da documentação datando dos anos 50, 60, e 70, foi destruída durante o PREC, mas das restantes faculdades, incluindo da Faculdade de Belas-Artes (legatária do espólio da ESBAP) não obtivemos qualquer resposta acerca da possibilidade de consultar os documentos em arquivo. Esta lastimável indisponibilidade circunscreveu a nossa análise da opinião dos docentes ao que foi dito no âmbito do órgão máximo da Universidade e à análise fina de apenas duas faculdades, o que, mesmo se um dos casos é felizmente uma das instituições que teve mais exacerbada movimentação estudantil, é todavia um único exemplo de diversos que seriam possíveis e que em muito contribuiriam para o enriquecimento deste trabalho.

Bem sabemos os cuidados metodológicos inerentes ao trabalho com este tipo de fonte: numa acta fica registado tão-só aquilo que os presentes em determinada reunião desejam que se registre, ou o que o secretário, que pode estar instruído para sistematicamente suprimir alusões a dado assunto, queira dizer. Isto poderia fazer-nos duvidar e tratar com cautela a informação disponibilizada nos documentos vertentes: mas o que neles espanta sobre tudo o resto é a imensa franqueza com que o pensamento

dos vários professores, por mais profundamente horrível que nos pareça, lá se espelha em toda a sua plenitude, sem sofismas ou tergiversações que o busquem legitimar. Será certo que, se quisermos perceber o que é legítimo dizer-se numa reunião deste tipo, temos de nos posicionar no prisma ideológico e da cosmovisão geral que estes homens, necessariamente filtrados por todos os crivos de fidelidade ao regime para chegarem onde chegaram, muito provavelmente teriam. Mas que assim seja, e nem assim será possível classificar como menos do que horríveis determinadas declarações produzidas nas reuniões dos órgãos universitários e, como veremos, perpetuadas pela transcrição para as actas das reuniões.

A primeira e interessante característica da apreciação feita pelo professorado da resistência estudantil é uma certa convergência em relação à opinião dos estudantes sobre as condições materiais da Universidade. Exemplificando, são de facto recorrentes, nomeadamente por parte dos *Núcleos Sindicais*, as reivindicações de melhoria do serviço das cantinas, considerando que o atendimento prestado era deficiente e as refeições de má qualidade. Mas o enfoque que as autoridades académicas dão a este problema é desmesurado quando o cotejamos com o que os movimentos asseveram na sua propaganda. Na reunião do Senado Universitário de 24 de Novembro de 1972, quanto a nós emblemática da perspectiva que as autoridades académicas tinham das motivações dos estudantes para a luta, e da estratégia universitária para a sua eventual solução, vemos aventados como causas fundamentais da indisciplina a concentração do estudantado e a penúria de equipamentos como cantinas (ACUP, fl. 20). Isto é, implícita ou explicitamente, desmentido pela propaganda de todas as tendências associativas dentro do movimento. Claríssimo em se patentear como um movimento que não luta «por salas novas» é o *Por Um Ensino ao Serviço do Povo*: este movimento reivindica-se da luta por uma revisão radical dos pressupostos do ensino ministrado na Universidade do Porto, do carácter de classe das matérias leccionadas nos vários cursos, dos métodos de trabalho e selecção do estudantado (BPMP, 1973, p. 3). E os outros movimentos, mesmo quando não são taxativos em proscriver da sua acção reivindicativa a luta por objectivos estritamente imediatos, ilustram-no pela sua prática. Sem que sejamos minimamente exaustivos, podemos encontrar na propaganda destas três tendências associativas denúncias e posições de antagonismo relativamente a assuntos tão díspares como o imperialismo, a carestia de vida e a condição da classe trabalhadora, o saneamento de professores por motivos políticos, o carácter político das faltas, o papel social do estudante e da luta do movimento associativo, a política colonial portuguesa, a

censura, a polícia política, a face pública e a representação simbólica do estudantado através dos organismos situacionistas, em suma, de uma plêiade de assuntos que, de muito longe, distam daqueles a que as autoridades académicas assacavam responsabilidade pela movimentação estudantil de contestação. Há por parte das autoridades universitárias uma abordagem incorrecta da luta estudantil, uma interpretação errónea dos seus fundamentos expressos, que é objectiva e é deliberada.

Chamámos, acima, a esta interpretação errónea, «presunção de praticismo». Praticismo é um conceito leninista que podemos descrever, ancorando-nos num texto publicado pela tendência associativa *Por Um Ensino ao Serviço do Povo* em Novembro de 1973, uma postura de trabalho associativo que enferma de imediatismo, de incapacidade para compreender perspectivamente os problemas, de interpretar os fundamentos ideológicos e os interesses de classe subjacentes às questões concretas. Toda a luta que se deixasse enredar em queixas sobre a actuação de *um* professor, os problemas de *um* edifício, a prepotência de *um* reitor, etc., perdia de vista o fulcro, o facto de todos esses problemas derivarem da arquitectura do sistema do ensino universitário e do papel da escola numa sociedade capitalista (BPMP, 1973, p. 6).

Ora, aquilo que vemos nas asserções das autoridades académicas é a reiterada interpretação das lutas estudantis como causadas por problemas concretos da sua vida quotidiana, por questões ligadas à falta de condições e de meios materiais e humanos para a sã prossecução do estudo. Ignorando, como vimos já ser prática corrente no início deste capítulo, aquilo que os estudantes *efectivamente* diziam e reivindicavam, os órgãos da Universidade a cuja documentação lográmos aceder *presumiam* que nenhuma motivação política de fundo mobilizava a generalidade dos estudantes, excepção feita a pequenos grupos de agitadores, por vezes um homem só, como vemos ser queixa quer na Faculdade de Ciências (ACUP, fl.32), quer na de Letras (ACUP, fl. 34). Esses agitadores, a soldo de organizações políticas subversivas, tentavam carrear os estudantes para lutas cujo carácter em nada se compaginava com os seus interesses legítimos, que aliás nem sequer estavam de acordo com aqueles que eram, na interpretação transviada da autoridade, os seus motivos, nunca expressos, para a reivindicação. O «conspirador profissional» por algum motivo conseguia fazer com que o estudante visse política onde apenas estava insuficiência de recursos, desencaminhava-o, e, abusando da sua pureza e ingenuidade, fazia dele um agente subversivo.

É curioso notarmos como, salvaguardada alguma distância, este processo em muito se assemelha àquele que vimos descrito como sendo a crítica do partido comunista francês

ao Maio de 68. Também no caso do PCF vemos a acção estudantil criticada como sendo irreflectida, como sendo fruto de imaturidade e de incompreensão dos reais motivos para a luta. Claude Prévost, vimo-lo, fala na «recuperação» dos estudantes para a «luta comum», um exemplo entre muitos de como a sua obra taxa a causa comunista como verdadeira resposta para o fulcro dos problemas estudantis e se recusa a admitir procedência na linha de raciocínio específica da rebeldia juvenil. Entre nós, veremos os professores da Universidade, e em particular os da Faculdade de Medicina⁴, lutando de igual modo contra o facto de os estudantes não entenderem «os reais motivos» das suas reivindicações, os problemas de instalações e condições materiais da Universidade, e darem uma resposta ideologicamente muito reveladora para os resolver.

Não podemos ignorar, e já neste capítulo o escrevemos, que a presença e a ascensão dentro de uma estrutura como a Universidade do Porto da época sobre a qual nos debruçamos era feita de acordo com crivos de índole ideológica, muito mais do que de carácter científico. Pelo que, vemo-lo, teremos certamente entre os docentes da Universidade do Porto, no mínimo dos mínimos, homens que se dão bem com o regime, que não o hostilizam – e, no máximo, teremos defensores acérrimos da situação, ou gente ínsita à Direita do próprio Presidente do Conselho à época, Marcello Caetano⁵. Se é assim, quem se encontra na Universidade tem uma posição política relativamente aos movimentos estudantis, ideologicamente nos seus antípodas, que não pode deixar de se expressar. E tem, ao menos nalguns casos, de ser gente cujo posicionamento ideológico pró-regime, ultradireitista, fascista, ou como o quisermos considerar, fica patente nas opiniões que expressa sobre as várias matérias.

A ideologia do professorado é particularmente visível, vê-lo-emos, em matérias como a guerra colonial, de que falaremos. Para já, verificamos que quando abordavam o magno problema do movimento estudantil e tentavam fazê-lo remontar ao seu mais profundo alicerce, enveredavam sempre pelo processo a que chamámos presunção de praticismo com um motivo claro – o de defender o carácter elitista do ensino.

Esta lógica é sobretudo visível nas sessões do Conselho Escolar da Faculdade de Medicina. Foi dito que esta Faculdade chegou ao ponto de ameaçar veladamente o Governo com a eventualidade de uma greve caso não se instituísse nela o princípio do

⁴ Clarificando-se, uma segunda vez, que esta Faculdade é particularizada por ser a única a cujas actas do Conselho Escolar pudemos aceder.

⁵ Não resistimos a referir que no voto de pesar feito pela Universidade à família de António de Oliveira Salazar aquando da sua morte em 1970 é dito que o ditador «consustanciava o génio do povo português na sua mais autêntica expressão» (ACUP, 1970, fl.3).

numerus clausus. Numa das reuniões deste órgão temos um dos seus membros a dizer, taxativamente e sem reparo dos circunstantes, que o ensino da medicina devia ser «*de qualidade e não de massas*» (AFMUP, fl. 23 [sublinhado do autor]). Esta dissociação, esta tomada da antinomia entre ensino massificado e ensino de massas como um dado adquirido, não pode senão ser interpretada como sinal de que entre os que leccionavam nesta faculdade – e que levaram a sua perspectiva ao Senado Universitário sem ouvirem qualquer sorte de discordância por banda dos outros presentes –, havia a ideia de que «a culpa» das revoltas estudantis era da relativa massificação do ensino verificada desde os anos 60 (Nunes, s/d, p. 21), que ia alterando a «composição sociológica» do corpo estudantil arrastando com isso a pedagogia, impondo alterações nas próprias matérias leccionadas (AFMUP, fl. 22v). O Conselho Escolar pondera uma limitação dos alunos inscritos na Faculdade de Medicina ao número máximo de quatrocentos, a ser, mesmo este, objecto de ulteriores «reduções progressivas» (AFMUP, 1973, fl. 23v)! Dificilmente poderíamos ter uma asserção mais clara do elitismo deste ensino, que é de resto, mais ou menos ostensivamente, o elitismo do ensino superior durante o Estado Novo. Nem podia ser de outro modo: como salientou Luís Grosso Correia, «a perspectiva das autoridades [do Estado Novo] face à educação é de que esta não é um direito pessoal mas uma *doação* do Estado», a qual é feita «à luz do “conceito” sócio-político de educabilidade das autoridades do regime» (Correia, 1995, p. 72), que o mesmo é dizer dentro de um quadro que prescrevia a expulsão de grupos sociais mais desfavorecidos findo o ensino primário. As asserções do Conselho Escolar da Faculdade de Medicina são apenas um elemento ilustrativo da posição ideológica do corpo docente da Universidade, visível tanto mais na questão colonial: quando num dado momento se defende que os alunos indisciplinados sejam denunciados ao Ministério da Defesa e ulteriormente conscritos para África, um dos membros do Senado Universitário assevera nada menos do que o seguinte – «não é lícito encarar-se como punição o cumprimento de tal dever para com a pátria» (ACUP, 1974, fl.60)!

Esta advertência sobre a concepção que as autoridades académicas tinham, à época, do movimento associativo, é tanto mais necessária quanto, à falta de estudos científicos sobre esta passagem da sua História, as autoridades da Universidade do Porto nos nossos dias buscam eludir as responsabilidades que a instituição teve naquele então, os partidos que tomou, as declarações dos seus elementos e a sua estratégia de combate aos detractores do salazarismo. Um membro do Senado Universitário da época chegou a dizer, num artigo da revista dos ex-alunos da Universidade, que «[os professores de

então] só queriam trabalhar em sossego» e que «a Universidade do Porto nunca foi um feudo do Governo»⁶. A eventualidade de a Universidade ser autónoma, na medida do possível, relativamente ao Governo, é talvez comprovável com base nos registos coligidos na Faculdade de Medicina, e aqui transcritos. Mas não é de todo em todo lícito considerar a actuação das autoridades universitárias da época como um esforço para pura e simplesmente «trabalhar em sossego». A Universidade pelejou pelo modelo ideológico do regime, estava em absoluta consonância com o estrutural da política da ditadura, e é apenas tendo presentes esses pressupostos que podemos entender cabalmente o contexto em que se desenrola o movimento associativo portuense⁷.

5 – O Caso Alexandre Alves Costa⁸

O trabalho que levamos a cabo seria inexequível sem a contribuição, voluntária ou involuntária, do Prof. Alexandre Alves Costa. Não só pela disponibilidade que demonstrou ao conceder-nos a entrevista que ocupará boa parte deste ponto, mas sobretudo por ter, ao longo dos anos, prestado à História o serviço inestimável de coligir a esmagadora maioria dos materiais propagandísticos da lavra do movimento estudantil que sustentam empiricamente a nossa obra.

É curioso notar que Alexandre Alves Costa, nas suas palavras, «não se lembra» de como recolheu a imensa mole de informação legada ao Centro de Documentação 25 de Abril. Alvitra como probabilidade uma eventual predisposição para «apanhar tudo» o que o movimento estudantil produziu, dado ter sido, em 1962, uma destacada figura das movimentações juvenis decorridas por toda a academia portuguesa. Alves Costa manifestou-nos ter mantido com o movimento estudantil, durante toda a vida uma «relação afectiva» e «de interesse político», tida por ele como absolutamente natural por ter sido dirigente associativo e se manter, vários anos depois de deixar de ser estudante,

⁶ O artigo está disponível em http://sigarra.up.pt/up/web_gessi_docs.download_file?p_name=F2121564785/UPorto_Alumni_02_Seteembro_2007.pdf

⁷ Notar-se-á que, em momento nenhum da abordagem ao prisma da Universidade do Porto sobre os movimentos estudantis, se referiu qualquer nome dos que então tomavam parte nos seus órgãos. Esta nossa opção é evidentemente criticável, porquanto vários dos que então tiveram posições como as que relatámos não as assumem, e pelo contrário, vangloriam-se de terem feito o contrário do que comprovadamente fizeram. Foi contudo nosso entendimento que este trabalho não é uma denúncia pública: a informação registada é quanto basta para responder às perguntas de partida.

⁸ Todas as citações presentes no ponto 5 deste capítulo podem ser conferidas na transcrição da entrevista a Alexandre Alves Costa, no Anexo 1.

ligado à oposição ao Estado Novo, da qual o movimento era parte integrante com mérito e por direito próprio.

A despeito de um passado de resistente ao Estado Novo com elevada importância, dado Alves Costa ter sido Presidente da Pró-Associação de Estudantes da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, e mais tarde membro portuense do Secretariado Nacional eleito em 1961 em Coimbra num encontro nacional de estudantes, realizado por ocasião da comemoração da Tomada da Bastilha (e no qual a delegação portuense participou a despeito de uma rocambolesca obstrução policial que forçou os seus membros a «marchar» dez quilómetros para chegar a Coimbra), facto é que, em 1972, se tornou assistente estagiário da Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Justificou este ingresso naquela Escola com duas razões: por um lado, a relativa autonomia de que a ESBAP gozava por não pertencer à Universidade do Porto, e não responder directamente ao Ministério da Educação Nacional, mas antes à Direcção-Geral do Ensino Superior. É talvez possível que esta ausência de tutela directa da Universidade, cujo posicionamento ideológico à época tivemos oportunidade de explorar, ou do Ministério, granjeasse relativa autonomia à Escola, mas é manifestamente difícil admitir que a diferença qualitativa nos critérios de selecção ideológica do professorado fosse particularmente pronunciada. Em nosso entender, a segunda razão aventada por Alves Costa como tendo estado na base da sua escolha terá maior procedência: A época do marcelismo vigorava quando foi recrutado para a sua escola, e já Fernando Rosas dizia que o consulado de Marcello Caetano não foi «um disfarce demagógico do salazarismo», mas antes «o triunfo de uma corrente *reformista* que vinha a manifestar-se no interior do Estado Novo desde o pós-guerra» (Rosas, 1998, p. 485). A expressão «reformista» foi por nós sublinhada porque de facto, em bom rigor, cumpre ter presente que o marcelismo é isso – uma reforma do salazarismo. Uma recomposição do regime que, no essencial, procurava manter os grandes eixos políticos do sistema, desde a Guerra Colonial à estrutura ideológica que «nada tinha de democrática ou até, no rigor do termo, de liberal» (Rosas, 1998, p. 486). Marcello admitia, no âmbito dessa reforma, franquear o acesso aos aparelhos do regime a alguns confessos opositores: mas não era certamente sua ideia que essa concessão significasse uma mudança significativa nos rumos do regime. Por isso se notou cedo que era insanável a divergência entre Marcello e a oposição ao salazarismo, mesmo a não-comunista, e, lentamente, os que a «primavera» inicial tinha atraído para as fileiras do regime, os que, nas palavras de

Alves Costa, como ela aproveitaram a distensão das instituições públicas, ou saíram, ou foram formal ou informalmente repelidos dos seus lugares.

Alves Costa, na entrevista que nos concedeu, hesitou bastante quando instado sobre os motivos que levaram ao seu afastamento da Escola Superior de Belas-Artes. É ele quem, por cinco vezes, usa a palavra expulsão para falar da sua saída do quadro docente. Todavia, quando instado directamente sobre se havia motivos políticos subjacentes a essa putativa expulsão, é ele quem cautelosamente informa que, sob o ponto de vista formal, o seu contrato simplesmente acabou e não foi renovado. É porém fácil fazermos o processo de *inferência* de que nos fala Laurence Bardin para entendermos que as «condições de produção» (Bardin, 1979, p. 40) deste discurso: Alves Costa considera-se, muito provavelmente com licitude, um homem que o Estado Novo expulsou da ESBAP em Fevereiro de 1974. E isto quando era um homem de confiança do estudantado, um antigo dirigente associativo, que por isso tinha acolhimento entre os que estudavam ao tempo.

Este professor, opositorista e afortunadamente entrado no ensino superior num período de distensão, permite-nos entender com relativa segurança o que o marcelismo foi em matéria de abertura: um esforço efectivo, mas nunca uma forma de alteração essencial do que até aí tinha sido a política nacional. E se por ele acedemos a um pequeno elemento da aparente liberalização do regime, podemos, por intermédio dos estudantes e do seu movimento, confirmar de que forma ela foi sentida por quem estava mais abaixo na Universidade.

Capítulo 3 – O Movimento Nascente: da Unidade à Tripartição

A informação existente sobre o movimento estudantil portuense dificilmente permite que a liguemos, sem esforço, à generalidade dos grupos de resistência ao Estado Novo. Cumpre ter presente que as associações de estudantes eram, ao tempo, organizações com um estatuto quando muito semi-legal: o escrutínio permanente que sobre elas impendia por acção das autoridades do Estado, quer académicas quer policiais, para que à sua frente estivesse sempre um situacionista, ou no mínimo alguém «crismado» pela homologação ministerial, levava a que as eleições para esse órgão de oposicionistas fossem feitas de modo discreto, ou que, simplesmente, se optasse pelo «subterfúgio» referido por Alexandre Alves Costa no anexo 1 – a criação, à margem da lei, das Pró-Associações de Estudantes. Sendo que além do estatuto das associações não podemos ignorar o das tendências associativas organizadas – e se nada indicia que fossem liminarmente proibidas, eram contudo, evidentemente, organismos funcionando na clandestinidade, por força de uma postura ideológica radicalmente contrária ao regime vigente. Isto acarreta, numa primeira análise à documentação, algo a que poderíamos chamar um «anonimato político» das várias tendências organizadas. Não se encontra em nenhum momento a associação clara de qualquer das correntes abaixo descritas com um qualquer partido político, grupo de resistência, ou sequer com determinada ideologia. Nem, de resto, poderiam as coisas funcionar de outro modo: como refere um jornal dos «quadros» da organização *Por Um Ensino ao Serviço do Povo* datado de Outubro de 1973, a revelação do ideário político de quem tomava parte no movimento estudantil era do *interesse* exclusivo das instituições do Estado e da academia: apenas a elas interessava ver legitimada a sua intervenção repressora no seio do movimento, por dele constarem elementos anti-fascistas e/ou se fazer a propaganda de ideologias que o regime apodava de subversivas. E quando se fala em *interesse*, usa-se sem dúvida a expressão mais rigorosa: porque, segundo é relatado, não era incomum a infiltração de elementos provocadores nas reuniões de alunos, que, com base em acusações directas ou em «fanfarronadas» pretensamente eruditas (como citações de Marx, referências à revolução cultural chinesa, ou quaisquer outros expedientes similares), tentavam «extorquir» reacções de anuência entre os presentes, veiculando-as às autoridades para conseqüente punição (BPMP, 1973, p. 3). Tudo isto concorre para que não se encontre proclamada em nenhum lado a filiação partidária e ideológica dos movimentos. E temos ainda um segundo motivo – o efeito cisionista que a assunção de determinada ideologia

teria entre o estudantado. O ensejo do frentismo, i.e., da aglutinação unitária de todos os estudantes anti-fascistas num só movimento associativo que contribuísse para a luta geral dos trabalhadores pela deposição do regime ditatorial, ficava seriamente comprometido se a tendência assumisse o seu alinhamento. Uma alusão à revolução cultural poderia ser mal recebida por um estudante de algum modo ligado ao PCP, sendo igualmente mal recebida por um estudante adepto do catolicismo progressista qualquer alusão ao seu putativo comunismo. E todas estas declarações de princípios tinham uma acção repulsiva sobre os recém-chegados, durante muitos anos configurados pelo esforço escolar para uma opinião profundamente negativa sobre as doutrinas anti-fascistas, ou simplesmente temerosos de causar, pela sua adesão e/ou mera ligação elas, uma precipitada conclusão dos seus estudos por força da expulsão da Universidade e da incorporação no exército (BPMP, 1973, p. 3). Assim, dada a necessidade do secretismo, compreensível em grupos estudantis cuja acção era levada a cabo no fio da navalha, é hoje muitíssimo difícil, a não ser por referências indirectas cuja validade se tentará fundamentar, estabelecer, nas palavras de Lacan, «de onde falava» (*in* Rotman, 2009, p. 6) cada um dos movimentos que aqui trataremos.

Num outro aspecto, cumprirá salientar que as fontes utilizadas neste capítulo, genericamente apenas panfletos produzidos pelo estudantado, nos mereceram profunda cautela no processo de análise. O que nelas é dito, dependendo do produtor do texto, é contraditório, é descrito confusamente, é profundamente fragmentário e dificulta em muito a recomposição correcta do que aconteceu. Não se ignora, como causa disto, o facto de lidarmos com produtores documentais que muito beneficiam da deslegitimação do lado contrário: e isto não é visível, apenas, na relação autoridade académica – estudantado. Os diversos grupos de resistência estudantil, que rivalizavam entre si, que tinham dissensões ideológicas, que como se verá nasceram do seio uns dos outros com todas as acusações de traição e dissidência que semelhante tomada de posição acarretava, lançavam não raras vezes acusações uns contra os outros, críticas, discordâncias violentas, cujo alicerce factual é provavelmente, nalguns casos, cediço ou até nulo. Não se pode estar integralmente seguro de que nenhum movimento truncou uma citação, contorceu um facto, sofismou uma posição contrária. Assim, será sempre com prudência e espírito crítico que se irão abordar os vários documentos, tentando-se escrutinar quando disso houver necessidade.

2 – Os Grupos de Resistência Estudantil: História da Sua Formação e Caracteres Principais

Até 1970 existia na Universidade do Porto, com expressão digna de nota, apenas um grupo de resistência estudantil. A sua singularidade é tão notória que, até este ano e mesmo algum tempo depois dele, vemos que o grupo nem mesmo tem um nome: a sua propaganda é subscrita, quando o é, pela expressão «um grupo de estudantes», ou «estudantes da(s) Faculdade(s) ...», etc. A sua crença na completa identificação entre *o movimento e a resistência* era total, e por isso julgavam, aparentemente, completamente desnecessária a utilização de qualquer designação. Não é possível saber se as coisas sucediam assim conscientemente, mas de qualquer modo temos, neste pormenor aparentemente anedótico, uma escrupulosa prossecução de um dos princípios tácitos do movimento associativo: o mínimo possível de informação sobre si mesmo. O facto de nem mesmo existir um nome, de nada ser referencial sobre que ideias de fundo tinha o movimento, que projectos defendia para o ensino ou até para a generalidade da sociedade, concorria para lhe assegurar o máximo possível de margem de manobra e para não conceder às autoridades o mínimo pretexto de intervenção punitiva.

Sobre a actuação deste movimento no período anterior ao aparecimento dos restantes sabemos muito pouco. Vemos, contudo, na propaganda das organizações que emergem a partir do ano lectivo de 1969/70, uma repetida acusação de *reformismo* arremessada contra este movimento sem-nome que condensava toda a acção do movimento associativo. No jargão marxista-leninista a que estas associações recorrem, a acusação de reformismo seria, num certo sentido, equivalente à de «colaboracionismo»: o reformista, dado ter uma concepção legalista da luta, demonstra que ou ignora que as regras pelas quais a sociedade se rege estão configuradas para perpetuar a dominação de classe, ou que pretende, francamente, manter essa situação de estratificação entre dominadores e dominados, por forma a perpetuar a sua quota-parte de poder dentro da estrutura social⁹.

Semelhante acusação, a ser válida, teria necessariamente de passar pela eventualidade de o movimento tradicional transigir com os fundamentos do regime, conceber que estes poderiam ser justos, e que haveria licitude em os manter, desde que agissem de outro modo, ou noutros termos. ME, manifestamente, não é aceitável dar a esta acusação

⁹ Esta definição de reformismo é retirada do site <http://www.marxists.org/glossary/terms/r/e.htm>, consultado a 28 de Fevereiro de 2010.

validade total, se nos reportarmos à documentação produzida pelo movimento antes de 1969/70. Por exemplo, em 1968 há registo de uma manifestação contra o embaixador dos Estados Unidos, que então visitava a Universidade do Porto, exigindo-lhe a retirada norte-americana do Vietname (CD25A, 1968)¹⁰. Dela qual foi feito um panfleto «comemorativo» da adesão obtida, cifrada em quinhentos estudantes, e do qual consta informação sobre as causas da manifestação e sobre a estrutura e o pensamento da FLN vietnamita. Ora, neste último caso, vemos diversas alusões às políticas de repartição de terras e de liberalização política empreendidas pelo movimento de guerrilha, que se não são defendidas como projecto para Portugal pelos seus signatários, são pelo menos, e muito claramente, coonestadas por quem produziu o escrito. É portanto algo difícil de conceber que quem se coloca do lado das liberdades civis e até da reconfiguração da estrutura produtiva no Vietname, e que, podemos supor, veria com bons olhos a implementação de algo de similar em Portugal, fosse cabalmente um reformista no sentido acima citado, alguém que busca perpetuar o tipo de regra em vigor na sociedade onde se insere para que o seu poder fáctico não desvanecesse. A resposta para a razão de ser das acusações contra o movimento «tradicional» podem relevar da sua postura tibia na defesa dos princípios que o movimento reclamava como seus, de uma ausência de posições categóricas a despeito da eventualidade da repressão, que, de resto, o documento que acima citamos de algum modo comprova, por não se ver nele uma adesão explícita. Mas têm também de ser perscrutadas nas condições de emergência dos movimentos nascidos em 1969/70, que se ligam à conjuntura política nacional e internacional daquele tempo.

Em 1969, com o movimento de massas desencadeado em Coimbra pela prisão de Alberto Martins, é bastante crível que tenha emergido entre o estudantado português um fenómeno já registado em França ao tempo do Maio de '68. Segundo fez notar um militante do PCF numa obra duríssima de crítica a esse movimento, alicerçando-se em escritos de Lenine, uma das mais comuns consequências da súbita politização era a inversão brusca da perspectiva, e uma passagem de um estado de amorfia e resignação relativamente ao *status quo*, de sobrestimação do poder da classe dominante, para uma postura temerária, impaciente, que subestima o real poder do Estado burguês e acredita que à violência revolucionária tudo é possível (Prévost, 1975, p. 106). É este

¹⁰ Um problema com a reprodução dos documentos constantes do Centro de Documentação 25 de Abril e sua ulterior expedição para a FLUP fez com que não seja possível citar, convenientemente, a proveniência de cada fonte. Adverte-se que as referências bibliográficas ligadas a este centro de documentação podem ter ligeiras imprecisões.

movimento, que Lenine classificava como «esquerdismo» ou «oportunismo de esquerda» (Prévost, 1975, p. 7), que muito provavelmente se faz sentir entre os estudantes portuenses dos finais dos anos 70: abruptamente, «inspirados» pelo acto inaugural da revolta conimbricense, tomaram consciência inexperientemente das virtualidades da acção política de massas, da capacidade que o movimento grupal poderia vir a ter na reordenação da Universidade e do próprio país. Assim surgem, primeiro, os Comités de Base, que mais tarde serão conhecidos como *Núcleos Sindicais*. Falho de um quadro teórico concreto, este movimento caracterizava-se, diz-nos a propaganda dos seus detractores do *Por Um Ensino ao Serviço do Povo*, pela defesa de uma linha de actuação liquidacionista, ou seja, que promovesse o desaparecimento das associações de estudantes semi-legais – encarando-se a organização como equivalente a reformismo e a transigência –, e encaminhasse a luta de massas para o confronto directo e violento com as autoridades académicas, ou, alternativamente, para as acções de reivindicação «barulhentas» ou publicamente marcantes (BPMP, 1972, p. 5). Um exemplo concreto desta conduta é noticiado em Março de 1973: tinha havido no Liceu António Nobre um *meeting* de solidariedade com um grupo de alunos expulsos pelo Reitor, convocado pelos *Núcleos Sindicais*. Nele, em meio a uma massa estudantil largamente despolitizada, membros dos núcleos tinham proposto que se saísse para a rua numa manifestação pública pela liberdade. A proposta acabou chumbada, mas, claramente, semelhante acção teria tido como únicas consequências atemorizar os estudantes menos politizados com a possibilidade de se envolverem com um grupo que os poria em risco de prisão ou represália escolar, e ao mesmo tempo lançar para as mãos da polícia os estudantes mais abnegados e voluntariosos (BPMP, 1973, p. 2). Esta acção nos comprova o impreparo dos *Núcleos Sindicais* para entender a real significação das propostas que apresentavam, e o exacto grau de consequências que elas acarretariam para o movimento, entre prisões de membros politizados e repulsão de possíveis aderentes. Lenine afirmava que as coisas são assim e rigorosamente não podem deixar de ser assim quando um movimento revolucionário está na sua fase embrionária: o «esquerdismo» era, nas suas palavras, a «doença infantil do comunismo».

Outros factores passíveis de serem adiantados para o surgimento destes *Núcleos Sindicais* prendem-se com a conjuntura internacional que então se vivia. Como afirmámos no Capítulo 1, os anos 60 marcam o declínio de importância da URSS dentro do movimento revolucionário, por um lado pela denúncia dos crimes do estalinismo e pela política de ingerência militar nos países do Pacto de Varsóvia visível em '56 e '68,

mas também, e sobretudo nos casos em que nos reportamos a movimentos revolucionários, pela teorização da lavra de Krushchev de uma doutrina da coexistência pacífica, conseqüente à *mutual assured destruction*, mas muito contestada em alguns partidos comunistas, mormente no da China, por constituir em última análise uma defesa da cooperação de classes, contrária ao princípio marxista da luta de classes. No Ocidente, o descrédito da URSS entre alguns estamentos sociais particularmente atreitos à acção revolucionária, como era o caso dos jovens, fez com que os partidos comunistas ligados a Moscovo vissem nascer, a partir de si mesmos ou ao seu lado, organizações de cariz mais violento (quanto mais não fosse menos na retórica), que os hostilizavam. Era o caso português, também: e, embora não haja, como acima dissemos, quaisquer referências directas à ligação do movimento associativo tradicional da Universidade do Porto ao Partido Comunista Português, veremos, nos anos subsequentes à primeira cisão, quando este finalmente passar a ter nome – chamando-se daí por diante *Pela Unidade* –, um apego constante a causas que claramente o ligam ao PCP, como sejam a luta pelo regresso dos exilados políticos e pela reintegração dos professores exonerados por motivos ideológicos, mormente de Ruy Luís Gomes, militante consabido do partido comunista (BPMP, 1973a). Portanto, temos nos *Núcleos Sindicais* um grupo estudantil nascido da brusca inversão de perspectivas sobre a capacidade dos jovens para a acção política que 1969 despoletara, e, por outro lado, um grupo visceralmente contrário ao PCP e ao *Pela Unidade*, que considerava goches e tendentes ao compromisso à «coexistência pacífica» com as autoridades académicas e latamente estatais.

O modo como deste segundo grupo emerge uma terceira tendência, a do *Por Um Ensino ao Serviço do Povo*, não é facilmente perscrutável com base na documentação. Os homens desta tendência estudantil apresentam-se, numa resenha histórica do movimento datada de 1972/73, como herdeiros de uma reorganização levada a cabo no ano lectivo anterior e condensada no programa do movimento *Por Uma Universidade Popular*, descrito como uma plataforma unitária de todas as tendências anti-reformistas. Dizer isto pode significar que, por dezenas de motivos indiscerníveis com base na documentação, temos de 1969/70 para 1971/72 uma «heterogeneização» dos *Núcleos Sindicais*, ou pelo menos a emergência dentro da Universidade de círculos estudantis desavindos com os procedimentos do movimento tradicional, mas também discordantes relativamente ao radicalismo esquerdista dos *Núcleos Sindicais*. Esta segunda perspectiva é tanto menos estranha dada a fundação em 1970 do PCP (M-L) – partido político que veio a ter influência comprovada na academia portuense –, e dado ser

assegurado por J. Pacheco Pereira, ex-militante do PCP (M-L) e estudante na FLUP à data dos acontecimentos, que o *Por Um Ensino ao Serviço do Povo* era a face visível da UEC (M-L) no Porto (Pereira, 2007). Esta tendência associativa podia, como podemos inferir, ter sido o fruto do trabalho desse partido político junto da comunidade académica portuense. De qualquer forma, o que verificamos é que de algum modo a existência de elementos contrários quer aos antigos processos de luta associativa, quer aos novos e mais extremistas, desembocou na criação de uma nova tendência associativa na Universidade do Porto, conotada ideologicamente com o maoísmo do PCP (M-L). O PCP (M-L), recordemo-lo, era um movimento legatário da primeira cisão de tipo maoísta a decorrer no seio do Partido Comunista Português – em 1965, por acção de Francisco Martins Rodrigues, nasce à margem do PCP um movimento dissidente alinhado com as teses chinesas, o Comité Marxista-Leninista Português. Posteriormente destroçado pelas investidas da PIDE, virá, em 1970, a reorganizar-se em Paris, no «V Congresso (reconstitutivo)» (Cardina, 2010, p. 44). Em rigor, a única extensão deste partido dentro e Portugal era a UEC-ML, União dos Estudantes Comunistas Marxistas-Leninistas: o que significava que em termos práticos, o PCP (M-L) era um partido *estudiantil* de carácter maoísta. Esse seu carácter estudantil, juvenil, e em verdade sessentista, está patente na sigla usada aquando da sua formação para as tendências associativas semilegais através das quais se apresentava a eleições para associações e pró-associações de estudantes – era a sigla *POP*, derivada de *Por um Ensino Popular*.

Uma última nota pode ser feita a propósito da filiação ideológica dos *Núcleos Sindicais*. Nenhuma referência na sua propaganda nos permite asseverar com o mínimo de clareza em qual das inúmeras correntes ideológicas da extrema-esquerda se pode filiar este movimento, embora seja notório o uso do jargão típico desse quadrante ideológico, a crítica às características da sociedade capitalista e até mesmo patriarcal. Mas todos esses pontos de vista ideológicos aparecem algo amontoados, confusos, decorrentes de uma formação ideológica deficitária ou possivelmente ecléctica e diletante. Este fenómeno ideológico, de filo-esquerdismo tendencial mas pouco consistente e sobretudo profundamente heterogéneo, até mesmo heteróclito, talvez se enquadre, com especificidades portuguesas, num modelo que P. Bourdieu e J-C Passeron desenharam para a França dos anos 60. Segundo estes sociólogos, o número de «etiquetas» políticas absolutamente aberrantes era imensurável entre os estudantes franceses: «trotskismo renovado», «anarquismo construtivo», «ecocomunismo

revolucionário», são só algumas das ideologias «fabricadas» pelo estudantado parisiense que estes estudiosos descobriram e reportaram (Bourdieu & Passeron, 1975, p. 69). Este processo releva não só de um velho hábito académico, a *disputatio de omne res scibili*, que desembocava numa tendência para a dispersão e para a manta de retalhos ideológica, mas também de uma necessidade, muito verificada nos anos 60, de ruptura inclusivamente simbólica com o passado, com os quadros mentais e sociais dos mais velhos, e com a edificação de um mundo onde o jovem tivesse um lugar conforme ao seu desenvolvimento, conforme explicitámos na caracterização do «nascimento» da juventude de 60. Bourdieu e Passeron diziam que este tipo de dissensão simbólica pela criação de uma etiqueta ideológica que de algum modo condensasse o tipo de sociedade onde o estamento etário da juventude se veria realizado era, em França, aquela que simultaneamente era a «menos onerosa e a mais escandalosa», porquanto assombrava a família mas não recebia particular sanção social ou pública (Bourdieu & Passeron, 1975, p. 71). No contexto português, consabidamente, este tipo de dissensão era igualmente escandalosa mas teoricamente muito mais onerosa. Muito mais, mas em todo caso, como veremos abaixo quando analisarmos as consequências do incidente dos Coros em Abril de 1973, não tão onerosa como a existência de um regime ditatorial e repressor poderia fazer crer. Veremos que para além da imposição de algumas multas a repressão pública não teve a dureza que se poderia esperar, tratando-se de um claríssimo acto de insubordinação e de uma acção comprovadamente participada por estudantes anti-fascistas e defensores de ideologias subversivas. A que podemos atribuir esta brandura do regime? Não é forçar a nota, certamente, crer que ela decorreu do facto de estarmos em presença de «herdeiros», de filhos de pessoas influentes, de jovens que, pertencendo à Universidade numa época em que esta exercia um terrível esforço de selecção social, eram perfeitamente sabedores do meio social de onde vinham e das possibilidades que seus pais teriam em lograr uma vitória em tribunal ou em dilair indefinidamente uma sentença que valesse ao filho uma passagem longa pela cadeia ou pela frente de batalha. Os jovens da Academia Portuense na época que trabalhamos talvez percebessem que o «custo» fáctico da sua resistência não era incomportável, por estarem escudados na influência e no dinheiro dos pais. E isso dar-lhes-ia, sem dúvida, arrebanho suficiente para arrostarem o regime e quebrarem as suas regras, mesmo se estas eram em Portugal muito mais repressivas em relação à extrema-esquerda do que em França.

Alexandre Alves Costa, como vemos na entrevista que nos concedeu, fez-nos notar que os Núcleos Sindicais estavam ligados à FEC M-L. O quadro de Miguel Cardina sobre a origem e o historial das associações maoístas portuguesas faz-nos ver que essa organização surgiu apenas em 1975, para lá do nosso escopo temporal. Considerando que a FEC M-L é uma cisão da OCMLP, Organização Comunista Marxista-Leninista de Portugal, consideramos que Alexandre Alves Costa compreensivelmente, à distância de mais de 35 anos, se equivocou, e admitiremos como procedente a hipótese de ter sido a OCMLP a instituição de origem dos Núcleos Sindicais: e podemos verificar que esta organização, existente desde 1972 por força da fusão entre dois grupos, ligados respectivamente ao jornal *Comunista* de Lisboa e *O Grito do Povo* do Porto (Cardina, 2010, pp. 45-46), terá, também ele, importância relevante no meio estudantil, através dos CRECs, Comités de Resistência dos Estudantes Comunistas, vocacionando a sua actuação política para o aliciamento de soldados e de marinheiros para o levantamento de rancho e a fuga com armas para onde pudessem iniciar uma acção violenta em demanda da tomada do poder (Cardina, 2010, p. 50). Mesmo depois do 25 de Abril, o grupo prosseguirá uma política de defesa das acções guerrilheiras, com vista, sempre ao assalto ao poder (Cardina, 2010, p. 51). Não consideramos que seja forçar particularmente a nota entrever nesta generalizada predisposição da OCMLP para as acções de violência revolucionária a origem do comportamento esquerdista e aventureirista dos *Núcleos Sindicais*, seus epígonos.

3 – *Antagonismo ou Convergência?*

Não é difícil discernir uma ironia sob o discurso do estudantado português dos anos 60/70: não se podia pôr maior insistência no tema da unidade e, todavia, a fragmentação do movimento associativo parecia fatal. Espelhava certamente o que, por todo o mundo, ia acontecendo no movimento operário desde o «cisma» sino-soviético, como movimentos de refundação, renovação, reconstituição, e demais formas de relançamento do modelo ideológico da extrema-esquerda, da ideia da revolução que detonasse o capitalismo. Mas haverá, sob esta patente divisão do movimento, algum rasgo comum, algo traço ou característica que fosse transversal aos vários movimentos?

Seria por demais óbvio referir a filiação de todos eles na extrema-esquerda, mais ou menos declarada. Fruto do ar do tempo e maximamente do «microclima» político português, a filiação ideológica em modelos mais ou menos próximos dos do marxismo-

leninismo¹¹ é mais ou menos clara em todos os movimentos estudantis do Porto. Talvez seja uma banalidade dizê-lo, mas não o é se pensarmos na absoluta inexistência de, por outro lado, movimentos de católicos progressistas, ou de opositores não-filiados nesta larga perspectiva ideológica do que é o marxismo-leninismo. Inexistiriam, verdadeiramente, dentro da Academia portuense, quaisquer militantes anti-fascistas que não fossem em concomitância «mais ou menos marxistas-leninistas»? É manifestamente impossível. Em todo caso, note-se a forma como estes grupos de opositores ao fascismo não aparece congregado num qualquer núcleo, não tem uma tendência organizada, em suma, não emerge como unidade com força e autonomia organizativa dentro a comunidade estudantil. É talvez certo que, exceção feita ao partido comunista e aos grupos de extrema-esquerda que de um modo ou outro lhe são todos filiáveis, a restante oposição ao fascismo teve sempre bastante menos influência social e política antes do 25 de Abril do que gostaria – mas em todo caso, a influência da extrema-esquerda no Porto é reduzida historicamente, e, a avaliar pelos resultados para a Assembleia Constituinte, praticamente coevos mesmo se conjunturalmente alterados, não há um peso sociológico da extrema-esquerda que justifique a sua magnitude dentro da Universidade. É talvez um efeito do mecanismo que acima vimos referido por P. Bourdieu e J-C. Passeron, com as especificidades nacionais que se referiram.

Um outro aspecto convergente deste movimento, além do fundamento ideológico, é, no caso sobretudo dos *Núcleos Sindicais* e do *Por Um Ensino ao Serviço do Povo*, a sua grande crítica da cultura interessada, no sentido gramsciano do conceito, já sistematizado no capítulo 1. A percepção da Universidade como um organismo praticamente fabril com a função social de construir os ideólogos e os «tecnólogos» que haveriam de enquadrar a indústria, racionalizar a produção, desenvolver nova maquinaria, trabalhar nas áreas da propaganda e da publicidade, e em suma aprimorar o funcionamento do sistema capitalista por forma a exponenciar tanto quanto possível o rendimento da classe possidente – essa percepção era muito aguda nesta época. Tal como escreveu o PCF num declaração pública datando de 12 de Maio de 1968, a luta

¹¹ Nenhum dos movimentos, por razões compreensíveis, se reclama explicitamente do marxismo-leninismo em nenhum momento. Mas se essa não-reivindicação é contudo impreclusiva de, indirectamente, chegarmos ao conhecimento de que essa era a ideologia vigente quer no *Pela Unidade* quer no *Por Um Ensino ao Serviço do Povo*, na documentação dos *Núcleos Sindicais* nem ao menos indirectamente isso é retirável. As críticas ao sistema de ensino denotam conhecimento dos rudimentos do método e da gíria marxista, mas nenhuma forma de filiar-mos o seu pensamento a uma das correntes clássicas do marxismo-leninismo (a tradição soviética, o trotskismo, o maoísmo, eventualmente o «castrismo»). A conclusão a que chegamos é a de que, provavelmente, o seu grau de formação ideológica era escasso demais para que tivessem um *corpus* doutrinário sólido.

dos estudantes era com vista a não serem «integrados contra a sua vontade num sistema cujo fim e cujo sentido lhes estava interdito discutir» (in Prévost, 1975, p. 128). Tanto mais real era essa interdição em Portugal, onde não só a integração da força de trabalho no sistema produtiva era, como dizia o PCF, feita sem que esta pudesse tomar a palavra e dar a sua opinião sobre o sentido que lhe pretendia dar, como qualquer alusão pública a esse ensejo seria reprimida. Em todo o caso, o que para aqui importa é o facto de o estudantado resistente ter, no Porto, uma posição clara de discordância com aquele que seria, tendencialmente, o seu ulterior papel social. Recusa-o, considerando-se «objector de consciência», se quisermos, nessa matéria, e expressa discordância quanto a proporcionar por suas mãos um melhoramento do sistema de extorsão do trabalho para lucro do possidente. E isto em áreas de conhecimento que teoricamente nem sequer andariam perto de poder estar relacionadas com a cultura interessada. Vê-se, em textos produzidos na ESBAP, o modo como o «treino» para a produção de *design* publicitário é pessimamente recebido por alguns alunos de Pintura ou de Arquitectura: vêem nele a instrumentalização da Universidade pelo poder económico, ou antes, uma expressão de como a Universidade, instituição de um Estado sob hegemonia burguesa, contribuía para o modo de produção que mantinha o carácter hegemónico desta classe. É notável o modo como esta preocupação se revela aguda, e nem mesmo poderia ser de outro modo: a vocação técnica da Universidade do Porto, patente em qualquer análise superficial da oferta formativa existente à época, se aliada à ideologia que vogava no ar do tempo pelas razões históricas conhecidas, dificilmente poderia ter tido outra consequência sobre os que dentro da Universidade tinham comprometimento político. E esta concepção da Universidade como aparelho de formação profissional, de aperfeiçoamento dos estudantes para a sua função dentro do sistema económico, é vertida para a concepção que dois destes movimentos – *Núcleos Sindicais* e *Por Um Ensino ao Serviço do Povo* –, demonstram ter do que seja a luta dos estudantes. Para eles, essa luta é de carácter sindical, tendo o movimento associativo o mesmo carácter e a mesma função que qualquer associação de classe. Esta ideia será esmiuçada com mais detalhe noutro lugar, mas para já, vemos a que ponto a dimensão económica do ensino ministrado na Universidade estava assimilada pelos estudantes. De tal forma que, força de trabalho em construção que eram, exigiam e desenvolviam formas de actuação junto das autoridades em tudo equivalentes às dos outros grupos socioprofissionais.

Um terceiro aspecto de convergência dos movimentos mais à esquerda era a crítica aos conteúdos programáticos reaccionários de várias disciplinas, mesmo, por vezes,

aquelas que menos evidentemente poderiam ter algo de criticável. Na ESBAP, a disciplina de História de Arte é amplamente criticada num panfleto (CD25A, 1972, pp.3-4), por nela não se discutir o modo como a alteração das condições de produção se reflectia no desenvolvimento de novas escolas artísticas, e este é apenas um caso anedótico. A reivindicação estudantil de uma explicação perspectiva dos problemas sociais, de cursos que lhes permitissem a compreensão do mundo em que viviam com base num método – geralmente o método dialéctico – de análise que lhes permitisse entender que função social tinha o conhecimento que lhes era ministrado, se era neutro ou se servia objectivamente a alguém, e quem era esse alguém que em última análise usufruía do seu conhecimento, acabava beneficiado por esse conhecimento. Em última análise, também o conteúdo reaccionário do ensino era enquadrável no conspecto da crítica à cultura interessada, no sentido em que o conhecimento ministrado nas Universidades tinha um conteúdo amplamente reaccionário porquanto era necessário à classe que o fazia chegar às salas de aula que os tecnólogos que concebiam não viessem a ser elementos críticos do seu estatuto social, o considerassem normal, e contribuíssem acriticamente para a sua perpetuação.

Em suma, e a despeito de todas as tensões cisionistas, de todas as críticas de parte a parte, de todas as querelas em matéria de tática e de estratégia, de princípios gerais para a luta e a organização do movimento associativo, vemos que, em grande medida, não há diferenças de substância entre as três tendências do movimento, ou, pelo menos, que estas são quanto à essência muito próximas umas das outras. Conseguimos discernir um fulcro ideológico comum entre os *Núcleos Sindicais* e o *Por Um Ensino ao Serviço do Povo*, pouco mais ou menos próximo das correntes clássicas do marxismo-leninismo, que se verte quer no jargão dos textos, quer no método utilizado, que se não é explícito no *Pela Unidade*, existiria também seguramente, dada a muito provável filiação deste no PCP. E, subsidiária desta base ideológica e ainda do carácter profundamente técnico da Universidade do Porto do seu tempo, vemos como segundo traço de união entre os dois movimentos mais à esquerda a luta contra a escola feita fábrica de operários especializados, transformada em veículo de conformação da força de trabalho às necessidades dos detentores de meios de produção. A luta dos estudantes do Porto aparece-nos como uma recusa do papel que a sociedade lhes reserva.

Capítulo 4 – As Principais Acções de Resistência dos Estudantes do Porto

1 – Critérios de Selecção dos Acontecimentos Relatados

O título deste capítulo coloca-nos perante um obstáculo semântico, conceptual: o que se entende por *principais acções de resistência*? O que confere a determinada acção de resistência por parte dos estudantes o estatuto de estar entre «as principais», e o que secundariza outras, o que as torna «acções menores», as faz menos dignas de referência?

Tomar em linha de conta esta dificuldade é ter presente um dos principais entraves que o senso comum coloca à produção de conhecimento histórico: a confusão entre um *dado* e um *facto*. Os factos não são objectivos, no sentido em que não se desprendem naturalmente da História, não se impõem ao investigador porque são *históricos*, porque são inapelavelmente necessários para a reconstituição da narrativa do que foi determinada época. Pelo contrário, os factos são subjectivos – a atribuição de valor de facto a determinado dado histórico é feita pelo historiador. Cumpre entender ao que nos referimos quando falamos de conferir o valor de facto a um dado: não pretendemos dizer que é a acção subjectiva do historiador que produz a verdade histórica, que, por hipótese absurda, seria possível dizer que Cristóvão Colombo chegou às Américas de helicóptero. Do que aqui falamos não é da subjectividade da verdade do facto, mas da subjectividade da escolha do facto: cada historiador escolhe os factos que considera pertinentes para a construção da sua narrativa, para a resposta às suas questionações, para a sua prossecução do seu trabalho historiográfico.

E todavia, como escreveu Carl Becker, «a partir do momento em que alguém fala de “factos”, solidarizamo-nos imediatamente com ele. (...) Falamos muito de “factos duros” e de “factos frios”, dizemos muitas vezes que “não podemos passar por cima dos factos”, ou ainda que é indispensável construir a nossa narração “sobre o fundamento sólido dos factos”. À força de falar assim, os factos históricos parecem-nos uma coisa tão sólida, tão substancial como a matéria física» (*in* Schaff, 2000, p. 169). Repitamo-lo: é o peso do senso comum que, neste tipo de enunciado, se finca sobre o raciocínio do historiador menos avisado em matéria teórica e epistemológica. Porque rigorosamente «os factos históricos são manifestações da vida dos indivíduos e das sociedades, que são escolhidas de entre muitas outras manifestações pertencentes a uma mesma categoria,

devido às suas relações de causa e efeito e da sua acção no quadro das maiores totalidades. O critério da escolha é aqui a importância, a significação do acontecimento dado, do processo ou dos seus produtos» (Schaff, 2000, p. 173). Não é necessário muito mais do que a pura intuição para discernir a profunda equivocidade e subjectividade de termos como «importância» e «significação». Pelo que a escolha do facto, a conferência de relevância factual a determinado acontecimento do passado, a concepção desse acontecimento como significativo e importante para a produção da narrativa, repitamo-lo, é um trabalho do historiador, feito pelos critérios do historiador, para fins e objectivos delineados pelo historiador. É um esforço subjectivo, e como tal um esforço cujos critérios devem ser convenientemente explanados para que se entenda a lógica subsequente do trabalho.

No estudo que estamos a realizar reportar-nos-emos às acções de resistência e de sublevação do estudantado do Porto na medida em que estas contribuam para dois princípios orientadores: em primeiro lugar, sejam ilustrativas da magnitude do movimento associativo na Universidade de então, demonstrem a sua importância numérica ou, alternativamente, o seu impacto junto das autoridades académicas; e, num segundo aspecto, permitam reconstituir, tanto quanto possível, a cronologia dos episódios de resistência, de certa forma traçar a narrativa do que foi, no arco temporal que vimos tratando, o movimento associativo dentro da Universidade do Porto. A função do primeiro critério, bem o vemos, é uma avaliação do peso relativo que o movimento associativo tinha no interior da Universidade do seu tempo. Cumpre entender se estamos a tratar da acção de um número restrito de indivíduos, se assistimos a um fenómeno de massas importante, enfim, entender que influência tinham as tendências associativas dentro da Universidade, que capacidade de mobilização. Isto nos dará uma dupla noção: não só a do *quantum* de alunos politizados na academia portuense de então, mas também, e sobretudo, a capacidade de mobilização relativa de cada uma das tendência associativas – e, logo, pelo menos tendencialmente, o peso relativo de cada ideologia e/ou formação partidária entre o estudantado.

Quanto ao segundo critério, o da reconstituição cronológica dos episódios de resistência e sublevação estudantil no Porto de finais de 60 e inícios de 70, pode certamente ser acusado de redutor e de transigir com um certo «descritivismo» pouco interessante, relativamente positivista, historicizante, em suma, pode ser acusado de lançar mão de um tipo de discurso e de prática historiográfica que em certa medida não é reconhecido pelo nosso tempo, que talvez fosse mais próprio de uma outra época.

Protestamos contudo a relevância desse esforço descritivo, desse trabalho de reconstituição cronológica dos acontecimentos e dos episódios relevantes pelo impacto público e o número de estudantes envolvidos. Como foi dito em capítulo anterior, a História do movimento associativo portuense no período anterior ao 25 de Abril está ainda totalmente incontada, salvo em notas esparsas e livremente «rectificadas», no sentido orwelliano do termo, da lavra dos próprios actores da época. É evidente que este trabalho não dispõe de superioridade, moral ou outra, cotejado com as notas de tipo memorialístico que eventualmente estejam publicadas por esta altura. Terá no entanto o compromisso de tentar situar-se no plano da objectividade, de apresentar as várias perspectivas em confronto, de trazer à colação os registos da época, de, em suma, desenvolver o trabalho de composição polifónica que é o trabalho do historiador – e que, manifestamente, não é minimamente intentado nas notas memorialísticas, de que demos conta, a título de exemplo, no capítulo 2.

2 – Primeiras Acções de Resistência

Como já antes verificámos, no período anterior a 1969/70 o movimento associativo portuense era pautado por uma certa falta de vigor na sua postura reivindicativa, ou, dito de um modo talvez mais anódino, por uma estratégia não tanto de confrontação aberta com as autoridades académicas, de acção de massas pública e violenta, preferindo-se as acções que, sem a espectacularidade, a visibilidade pública, e o radicalismo que mais tarde se verão, teriam certamente como fundamento táctico o explorarem as vias legais e semilegais franqueadas pelo Estado fascista. Não dispomos de documentação ou de qualquer tipo de registo que nos permita asseverar que esta postura se inscrevia numa *estratégia* do movimento associativo pré-1969/70. Sabemos contudo que, sendo ele dominado em exclusivo, até essa data, pelo Partido Comunista Português, estava sob a influência de um partido político cuja postura, diz-nos Fernando Rosas, era de «letargia organizativa e política e de crispação ideológica e táctica perante o que chama “esquerdismo radical pequeno-burguês”» (Rosas, 1998, p. 484): o que significava uma relação com o Estado Novo de uma certa apatia, uma oposição cordata, ou, se quisermos, uma oposição feita no fio da navalha da legalidade e da semilegalidade, enjeitando a postura esquerdista de movimento pelo movimento e de recurso à violência revolucionária sem conveniente consciencialização das massas. Essa apatia expressava-

se, repitamo-lo, na inexistência de episódios espectaculares de reivindicação, mas de modo nenhum significava inexistência de reivindicação e oposição. Bastará que se recorde o que foi dito no capítulo anterior a propósito da manifestação pública contra a guerra do Vietname em meio à presença do embaixador norte-americano em visita à Universidade do Porto, ou, saindo um pouco do arco cronológico do nosso trabalho, vendo que já em 1963 os estudantes da Faculdade de Letras tinham organizado uma «Semana de Recepção aos Novos Alunos» cujo *slogan* era, premonitoriamente, «A Associação é o Caminho para a Unidade» (Araújo, 2008, p. 339). Nele pela primeira vez na Faculdade de Letras se discutiram as vantagens da luta pelo direito à associação como forma de, por seu intermédio, assegurar e pelejar pelos direitos do estudantado. Não é necessário, parece-nos, uma explanação muito maior do que era, antes de 1968, o movimento estudantil, para entendermos que andaria longe da modorra, da paralisia, ou da inutilidade, como por vezes parece indiciar a leitura dos documentos de movimentos posteriores. Menos ainda, certamente, como com ainda maior afinco pretendem esses movimentos posteriores, é lícito crer que antes de 1968 o movimento fosse colaboracionista, aliado objectivo do Estado Novo, em terminologia da época «reformista» ou «oportunista de Direita».

O ano lectivo em que aparentemente se assiste à eclosão do movimento associativo portuense é, sem dúvida, o de 1969/70, quase de certeza em razão das sublevações conimbricenses. Recorde-se que é neste ano que surgem os *Núcleos Sindicais*, tendência associativa de cariz esquerdista, elemento de ruptura com o oposicionismo «tradicional» do PCP e de impressão de uma certa dinâmica combativa ao movimento do Porto. Não será por casualidade que, precisamente em 1970, a eventual inclusão da participação dos discentes na gestão das faculdades e na gestão central da Universidade do Porto é vista pelos membros do Senado como um elemento de tendencial «anarquia» e «explosão estudantil» (ACUP, fl. 145v). É nesta época que o movimento começa a sentir um vigor novo, a tomar nova forma, a desenvolver uma estratégia reivindicativa diferente, e, por isso, a causar temor junto das autoridades universitárias. Um temor tal que, volvidos poucos meses, um membro do Senado é repreendido por se considerarem «inoportunas» determinadas «asserções reaccionárias» que este inscrevera numa sua obra, a propósito da participação estudantil na gestão da Universidade (ACUP, fl.2). É notório que os homens que tomavam assento neste órgão universitário receberam os acontecimentos de Coimbra como uma situação profundamente traumática, e lidam com a questão estudantil, na sua Universidade, com mil e um cuidados, de modo que nenhuma sua

acção pudesse ser causadora de escândalo, distúrbio, de detonador da acção indisciplinada dos estudantes, entre os quais, pelo menos na Faculdade de Ciências – cuja importância, verificámos já, era elevada –, já pululavam «elementos de má-fé», promovendo a indisciplina e a agitação (ACUP, fl. 146).

Os primeiros actos de agitação que vemos claramente descritos nos registos da Universidade datam de 1971. Ano do centenário da Comuna de Paris e da fundação da Célula Comuna de Paris, que viria a culminar no *Por Um Ensino ao Serviço do Povo* como vimos em capítulo anterior, nele vemos descritas as primeiras acções de reivindicação: na Faculdade de Economia, é dito, um grupo de alunos «buscava a agitação» brandindo as bandeiras da penúria de aulas práticas e do preço a que eram disponibilizadas as sebatas (ACUP, fl. 16). Não sendo de enjeitar que eventualmente houvesse queixas relativamente a estes dois aspectos da vida quotidiana do estudantado da Faculdade de Economia, a resposta que o Senado propõe choca pela desproporção absoluta – proibição da distribuição de quaisquer panfletos no interior do parque escolar da Universidade, sendo que o representante de uma das faculdades reivindica inclusivamente «decisões mais amplas» que a mera proibição (ACUP, fl. 16), o que indicia claramente a sugestão de que a Universidade devia aprofundar ou criar um arsenal de medidas punitivas para acções relacionadas com a «indisciplina académica», conceito que veremos emprestado, de um modo cada vez mais recorrente, à medida que formos avançando no tempo.

O que pode estar subjacente a esta proposta? Não se ignora que à época a resposta à dissensão relativamente ao regime fosse tratada de forma brutal, mas não se consegue evitar a perplexidade com a brusquidão de que se revestiu a alteração de posições, entre o temor relativamente à força do gigante adormecido que era o estudantado, e o vertente voluntarismo a proibir qualquer tipo de panfleto, mesmo que um anódino trabalho de publicidade ou anúncio de festa. Alves Costa, na entrevista constante do Anexo 1, refere como os anos de 1968 a 1972, pelo menos, foram do ponto de vista da repressão aos estudantes provavelmente ainda mais duros do que o início da década de 60. E contudo, esta não é uma época diferente do período de «distensão» que lhe permitiu aceder à docência universitária na ESBAP. Era um tempo de situações paradoxais, ou pelo menos com essa aparência. Já noutra capítulo falámos com relativo desenvolvimento do que foi o marcelismo em Portugal, e de como o facto de ter constituído uma vitória de uma corrente reformista dentro da nomenclatura do regime fascista espoletou aspirações em alguns, temores nos sectores mais à Direita, e genericamente a sensação de que o

país chegara a uma encruzilhada histórica, a partir da qual não era claro se viriam tempos de evolução ou de continuidade. Tal paradoxo político, tal mescla inicial de liberdade possível com repressão necessária, viria a resultar, cremos, numa postura hesitante entre as autoridades académicas, apanhadas desprevenidas e sem saber de que modo proceder para com alunos revoltosos que o regime podia estar em vias de reconhecer como livres de expressar as suas opiniões políticas. Quando se tornou evidente a irreversibilidade do carácter ditatorial do Estado Novo, quando o sistema político de que a Universidade fazia parte e com cujos quadros ideológicos estava, vimo-lo, totalmente coordenada, clarificou perante o seu aparelho repressivo e ideológico que a prossecução do fulcro autoritário do regime seria política, a Universidade, se assim nos podemos exprimir, «encurtou a rédea» concedida ao estudantado em matéria de participação política dissidente. Só isso parece explicar a súbita inflexão entre a postura timorata de 1970, à qual nem mesmo faltam repreensões ao carácter reaccionário dos escritos de determinado docente, para o extremo oposto, o da integral intransigência relativamente à simples existência de propaganda, no sentido lato do termo e não estritamente da propaganda política, dentro do *campus* da Universidade. Tanto mais evidente se torna isto quando fica definido, na reunião de 25 de Novembro de 1971, que a Universidade terá o desvelado cuidado de informar o Ministério da Educação Nacional de todas as ocorrências que considere contrárias à disciplina académica ou indiciadoras da existência de elementos subversivos entre o estudantado (ACUP, fl. 16v). Patenteia-se assim, escusando prova maior, o alinhamento da Universidade com o regime e a adopção, absolutamente evidente, de um novo paradigma de actuação face ao estudantado revoltoso, assente numa postura punitiva, persecutória, numa palavra, numa postura de todo em todo denotativa de que os fundamentos autoritários do regime fascista tinham pervivido à alteração do seu chefe.

Entrados no ano de 1972, verificamos que, como abaixo diremos, estamos a entrar nos chamados «anos de brasa» do movimento associativo pré-25 de Abril no Porto. Reportando-nos ao capítulo referente à formação das várias tendências associativas, vemos que é neste então que ficam definidas, por uma vez, as várias facções que hão-de operar no interior da Universidade, que hão-de encaminhar o estudantado, que hão-de travar a sua luta contra as autoridades académicas. 1972 é um ano de particular ebulição no interior dentro da Universidade, onde se assiste à produção de material propagandístico onde a qualidade da reflexão ideológica atinge uma profundidade até então inaudita, onde questões que em muito distam do praticismo presumido pelo

Senado e pelos Conselhos Escolares são afloradas e feitas bandeiras de luta. É evidentemente desnecessário explorar com grande profundidade o que foi a época para entender que a ebulição política dentro da Universidade se erguia a níveis nunca antes vistos, se voltava contra o regime com um radicalismo crítico totalmente novo, e que não podemos dissociar da fragmentação da extrema-esquerda, em processo desde 1965 e acelerada a partir de 1970, como notou José Pacheco Pereira (Pereira, 2008, p. 179). O Estado Novo não podia deixar de considerar este revigoramento da acção política tendencialmente perigoso, mesmo se feito por um amontoado de grupúsculos políticos cujo poder seria bastante escasso – a sua acção tinha necessariamente o potencial para causar moessa no regime, e estava instalada num elemento particularmente sensível do seu aparelho ideológico: o instrumento que, como disse Francisco Miguel Araújo, servia a um tempo a manutenção do *status quo* salazarista em política e capitalista na economia, o validava ideologicamente pela produção cultural, o mantinha em funcionamento pela participação dos seus formados na economia como técnicos superiores e como intelectuais inculcadores do pensamento dominante (Araújo, 2008, p. 332). Era ponderoso retirar a subversão de uma zona onde podia causar um estrago tão grande, tanto mais que, por ser em alguns casos uma subversão esquerdista, na acepção leninista do termo, era igualmente aguerrida e violenta, constituindo perigo para a ordem pública. É por isso proposto pelo Ministério da Educação Nacional, segundo nos é dado conta numa reunião do Senado da Universidade datando de Junho de 1972, que se crie um «corpo de guardas» para «vigilância da acção subversiva» do estudantado (ACUP, fl. 21). Mesmo se o Senado da Universidade considera a postura repressiva passível de ser rejeitada em favor de uma actuação acima de tudo preventiva; mesmo se é explicitamente dito, mais uma vez, que toda a luta estudantil é uma luta por questões logísticas facilmente sanáveis; mesmo se se aventam medidas de carácter preventivo relativamente pouco punitivas como a criação de cartões identificativos que os estudantes exibissem obrigatoriamente para acederem às instalações da Universidade, e de um Livro do Estudante onde fosse registado, a par e passo, o seu percurso em matéria disciplinar (ACUP, fl. 21) – a realidade é que, como verificaremos pelos acontecimentos subsequentes, 1972 não é um ano onde se inicie um processo de prevenção da subversão escolar. Ela já estava, bem o vimos, profundamente enraizada na Universidade do Porto, já tinha eclodido em várias tendências associativas, já se expressava publicamente, já realizava reuniões públicas: em 1971, segundo um panfleto do *Pela Unidade*, tinham havido jornadas de luta contra a Queima das Fitas e o

encerramento arbitrário da Associação de Estudantes de Medicina. Em Fevereiro de 1972, numa RIA, Reunião Inter-Associações, realizada na Faculdade de Engenharia, o *Pela Unidade* tinha ganho seu nome ante a dissidência expressa de elementos das Faculdades de Economia e Ciências, evidentemente ligados às outras tendências associativas, sem ligação ao PCP (BPMP, s/d, p. 2). No fundo, e salvaguardadas as intransponíveis distâncias, a situação com que a Universidade se viu a braços nos finais dos anos 60 era análoga à que Botelho Moniz, em 1961, descrevia, a propósito da deflagração da Guerra Colonial: «à mercê de um ataque frontal com forças dispersas por quatro continentes sem meios bastantes e com uma missão de suicídio da qual não seremos capazes de sair» (in Rosas, 1998, p. 477). A Universidade do Porto teve um período de incipiência, até de modorra de processos como vimos, no seu movimento associativo, que não aproveitou para, em devido tempo, esvaziar a contestação. O caminho foi inclusivamente aventado numa reunião do Senado Universitário, quando um dos presentes propôs, lucidamente, que subversão discente poderia ser mitigada pela clarificação do seu papel institucional (ACUP, fl. 16). A Universidade não pôde, ou não soube, libertar-se da postura hesitante que a minou aquando da distensão marcelista, e, com isso, enovelou-se numa complicação sobre o destino a dar aos estudantes subversivos da qual, quando se desemaranhou, saiu para um mundo onde a subversão já não era passível de ser mitigada – era já um «ataque frontal» com «forças dispersas» por três tendências associativas, para a qual teve de municiar-se de meios à pressa e de lançar uma missão que não podia ser preventiva: teria de ser repressiva, e muito, como se viu no biénio seguinte.

3 – Os Anos de Brasa

O ano lectivo de 1972/73 inicia-se sob o signo da contestação. Na primeira reunião do Senado realizada após o início das aulas, a 24 de Novembro de 1972, é-nos dada notícia de que não se tinha realizado a cerimónia solene de abertura do ano lectivo, a «oração de sapiência», por motivos relacionados com o «clima de disciplina académica». E a acta dessa reunião torna-se tanto mais clara quando refere que estava em marcha um plano de agitação organizada, tendencialmente conducente ao agravamento da situação de indisciplina estudantil (ACUP, fl. 28).

O que legitimava a crença neste «plano concertado», nesta «organização» trans-universitária da insurreição? Manifestamente, o pulular de acções de resistência e várias faculdades, indissociáveis da emergência das novas tendência associativas. As queixas surgem provindo dos representantes de Letras, de Ciências, de Engenharia, de Medicina, de virtualmente toda a Universidade. O movimento, isto é, as tendências associativas na sua acção de enquadramento e mobilização para a luta estudantil, mesmo se desarmoniosamente distribuído, está em toda a instituição, e por toda a parte se faz sentir e ouvir, não podendo ser simplesmente ignorado pelas autoridades académicas, sofismado, remetido para segundo plano, ou sequer «prevenido» – a Universidade entende, nesta altura, para retomarmos a analogia de há pouco, que o conflito aberto em várias frentes só pode ser enfrentado pelo recurso à punição e à força. A força será, nesta reunião, um tópico forte das discussões. A Universidade começa por lastimar não poder fazer mais do que «repreensões» aos alunos incumpridores dos seus regulamentos, mesmo porque os alunos tomavam por «risíveis» as penas que lhes eram aplicadas, coisa que, evidentemente, em muito descredibilizava a acção disciplinar da Universidade, e acicatava a insolência estudantil em ulteriores acções de insurreição (ACUP, fl. 28). De par com isto, a Universidade, dirá um dos membros do Senado, não se mostrava capacitada para lidar com «a subversão organizada», não dispondo nem «de instalações nem [de] possibilidades de identificação» (ACUP, fl.28) em caso de detecção de um aluno problemático, ou de acontecimentos concertados de rebelião. A conclusão a que se chegue em razão disto é mais uma vez ilustrativa da já antes referida postura elitista dos docentes da Universidades, e da sua autêntica obsessão pela redução do contingente de alunos da Universidade, acto que significaria, evidentemente, um estreitamento do número de estudantes provindos das classes médias e da classe trabalhadora. Se a Universidade não tinha pessoal nem instalações para identificar os alunos subversores, era preciso, dir-se-ia, adaptar o efectivo de alunos às possibilidades logísticas e de pessoal do aparelho disciplinar universitário: para isso dever-se-ia descomprimir os edifícios, redistribuir os estudantes, mas, diz-se de imediato, melhor seria a compreensão de que «não se pode fazer ensino de massas» em contexto universitário (ACUP, fl. 28). Pelo que a instauração de *numerus clausus* deveria acompanhar a distribuição dos estudantes por novos edifícios, a reclamar junto do poder central (e essas reclamações serão constantes até 1974, com os avanços e recuos de que demos conta aquando do tratamento do parque escolar da Universidade do Porto), sendo estas duas acções complementadas com a proibição do uso de salas de aula com vista à

reunião de alunos e com a expulsão limiar dos «elementos perturbadores» (ACUP, fl. 28). Escusamo-nos de repetir o que dissemos no final do ponto anterior sobre o papel que a repressão passou a assumir na Universidade desta época, compreendida que estava a impossibilidade de as autoridades académicas prevenirem a politização «subversiva» dos estudantes.

O ano civil seguinte, de 1973, ficará marcado pelo maior e mais importante incidente do movimento estudantil portuense: o chamado Caso dos Coros, ou o *meeting* do Festival dos Coros.

Estava prevista para o ano de 1973 a realização de um Festival de Coros na cidade do Porto, do qual participariam corais universitários provenientes, de acordo com um panfleto do *Por Um Ensino ao Serviço do Povo*, do Japão, das Filipinas, da Rodésia, da África do Sul, do Brasil, e de Espanha (BPMP, 1973, s/d, p.1). É desde logo interessante – se não for sintomático – que, além do Japão, todos os restantes países fossem ditaduras à época, sendo que duas delas, a Rodésia de e a África do Sul, eram, salvaguardando as distâncias, tivessem uma postura, no contexto da África austral, que no mínimo as constituía em aliadas objectivas do Estado Novo, porquanto a derrota do colonialismo português significaria (significou...) um impulso na luta emancipadora das suas comunidades africanas e miscigenadas. Não parece ser uma interpretação estranha a de que, neste Festival, *les beaux esprits se rencontrent*: uma série de regimes políticos por um motivo ou outro proscritos pela comunidade internacional enviam para Portugal, também ele malquisto no concerto das nações, orfeões de estudantes para que por lá se realize um certame musical. É uma manifesta forma de legitimação dos vários regimes pelo contacto entre si, pela comprovação que fazem, deste modo, da sua existência e do seu não-isolamento. Ora, o facto de para o fazerem recorrerem a estudantes será profundamente mal recebido entre os que, na Universidade do Porto, tomavam parte do movimento associativo e resistiam ao Estado Novo. Nos termos do *Por Um Ensino ao Serviço do Povo* com este Festival o regime buscava «vender a ideia de que a “maioria silenciosa” dos estudantes se dedica a actividades lúdicas, sendo os politizados uma minoria de agitadores políticos isolados do corpo são» (BPMP, s/d, p. 2). E não era este o único motivo de indignação entre o estudantado politicamente activo relativamente à feitura deste festival: tanto mais revoltante era o facto de dele participarem estudantes portugueses, oriundos do Orfeão de Coimbra. A postura relativamente a esta instituição da academia conimbricense, descrita pelos *Núcleos Sindicais* com o seu colorido habitual como «o grupelho de traidores e fura-greves de Coimbra-69» (CD25A-

MEESUP,1973, p. 1) é transversalmente muito negativa: o Orfeão é considerado um órgão corporizador da imagem que o Estado Novo *pretende dar* dos estudantes, jovens respeitadores da tradição, entretidos com actividades lúdicas, bons conservadores, que em nada questionam o regime em vigor, e, seguramente, se encaminham com firmeza e gosto para o momento em que será sua função tomar em mãos as alavancas do funcionamento do regime e da sua normalização social por via do doutrinação. A interpretação é unânime entre as três tendências associativas sobre o fundamento deste Festival – era «uma provocação», isto é, uma tentativa de exibir uma imagem do estudantado contrária à *real*, à do estudantado em luta pela reconfiguração do regime, pelo fim da guerra, em suma, pela transformação radical da sua sociedade. É por isso convocado, para 4 de Abril de 1973, por todas as tendências associativas ao mesmo tempo, um *meeting*, a realizar-se no átrio do edifício da Reitoria, no qual se discutiria a posição a tomar pelos estudantes em face daquele acontecimento. Aqui chegados, torna-se particularmente confuso entender o que realmente sucedeu à época: se nos guiarmos pelas Actas de Sessões do Senado, verificamos que, ante o *meeting* instalado no átrio do actual edifício da Reitoria foi posta a polícia de prevenção «a bem da disciplina académica» e do regular funcionamento das actividades escolares (ACUP, fl. 31). Em sendo essa uma reunião decorrida em «desrespeito pela autoridade académica», os alunos presentes são informados pelo Reitor, através de uma nota escrita, que a sua é uma reunião ilegal e que pode ser requerida a intervenção policial. É informado o Governo Civil sobre a presença dos estudantes numa reunião ilegal, e enviada força policial a cercar o actual edifício da Reitoria, acção de força perante a qual os estudantes ripostam «vingando-se» nas instalações escolares: invadem o Salão Nobre, destroem cadeiras, apliques de parede, e outros ornamentos da sala, e nas paredes escrevem os *slogans* «Viva a Revolução Operária», «Viva Mao Tsé-tung», «Abaixo a Guerra Colonial», «Abaixo a Dominação Capitalista», «Abaixo os Coros» (ACUP, fl. 31). Um segundo grupo de estudantes terá tentado arrombar a porta do gabinete do Reitor, que a mandou abrir para mitigar a danificação do edifício, sendo com isso insultado. Estes acontecimentos iniciam-se pelas 15h30 do dia 4 de Abril de 1973 – e até às 19h30 desenvolver-se-á um processo de lenta mas firme captura dos estudantes sublevados pelas forças policiais instaladas no exterior do edifício, que os terão levado para a esquadra após uma «intervenção».

Esta perspectiva dos factos, diríamos quase «evidentemente», não é acompanhada pelos estudantes. E felizmente, podemos aceder a um documento de importância capital

para compreender, literalmente, a *defesa* dos estudantes relativamente à sua actuação nesta matéria: Raul Castro, que defendeu em tribunal (quer no Tribunal de Polícia quer no Tribunal da Relação) 90 estudantes envolvidos nesta acção de indisciplina académica, começa por desmontar a tese posta a circular pelas autoridades policiais em meio ao inquérito judicial, de que a acção policial tinha tido o intuito de persuadir os estudantes a abandonar o local e a seguirem para o Comando da PSP onde seriam identificados. Raul Castro, com humor, diz-nos que «se não fosse do *conhecimento público* como a PSP «*persuade*» as pessoas a saírem dum qualquer local, ou a seguirem para o «Comando», bastaria recordar a morte do estudante João Martins Branco (...) [quando] a invasão e repressão desencadeada pela PSP provocou a queda de um grupo de estudantes, vindo João Martins Branco (...) a não resistir aos ferimentos» (Castro, 1974, pp.5-6). Pelo que cumpria não ser ingénuo e ter presente, à partida, a recorrente utilização de força desproporcionada pelos agentes policiais no exercício da sua função. E que tinha realmente sucedido, de acordo com Raul Castro, que se reporta a peças processuais constantes deste inquérito judicial? Em primeiro lugar, um grupo de dezenas de agentes policiais, armado e que distribuiu «algumas bastonadas» entrou quer pela porta da frente quer pela porta das traseiras do edifício da Reitoria, enquanto um grupo não menor, e do qual fazia parte inclusivamente uma «equipa de lançamento de gases», criava no exterior um «cordão de agentes a bloquear as principais saídas» (Castro, 1974, p. 7). Tratava-se, é óbvio, de muito mais do que «persuasão», deduz Raul Castro: tratava-se de exercício desproporcionado da força contra estudantes desarmados. De tal modo que alguns estudantes tinham sido «lançados de roldão para a rua» e outros forçados a fugir para o Salão Nobre. Alguns terão, credulamente, recorrido ao Reitor para requerer que mandasse embora a Polícia, em sendo inédito o uso da força para reprimir um *meeting* (Castro, 1974, p. 12), e de resto recorrentes as reuniões de estudantes, sem que por conta delas resultasse a chamada da Polícia e o exercício, de resto tão ostensivamente desproporcionado, de violência repressiva (Castro, 1974, p. 20).

Raul Castro não se detém em considerações sobre a veracidade das acusações movidas contra os seus clientes relativamente à danificação do Salão Nobre da Reitoria. Vemo-lo deter-se em formalidades jurídicas, em minudências, vemo-lo tergiversar, e somos como que obrigados a concluir que esse acto de violência, talvez o de maior magnitude em todo o período que analisamos, tenha decorrido por, nos termos de uma pergunta proferida por um juiz em meio ao processo judicial desencadeado pelo

meeting, a reunião ter sido levada a cabo «animada de propósitos agressivos» (Castro, 1974, p.17). Pelo menos os elementos mais predispostos ao uso da violência como forma de reivindicação ou de expressão de descontentamento político, ter-se-ão lançado à destruição do equipamento da Universidade não só como desforra pela violência policial, mas talvez como descompressão da sua predisposição ideológica para o recurso a esse expediente. Os *Núcleos Sindicais*, grupo esquerdista a que nos referimos, tinham, logo num seu panfleto apelando à participação no *meeting*, reivindicado legitimidade para o apedrejamento de bancos em Lisboa por parte de estudantes cuja reunião fora interrompida por intervenção policial (CD25A-MEESUP, [1973]). Isto é uma óbvia declaração da predisposição do grupo para o uso da violência como forma de expressão a sua discordância com as autoridades académicas e com o regime. Não é crível que as restantes tendências associativas, pelo *modus operandi* que lhes é próprio, tivessem o mesmo almejo à partida para o *meeting*: quer na documentação anterior ou posterior aos acontecimentos produzida pelo *Pela Unidade* ou pelo *Por Um Ensino ao Serviço do Povo* jamais entrevemos qualquer declaração pública de predisposição à arruaça ou de apreço pelo uso da violência em meio à reunião. Evidentemente, bem sabemos que trabalhamos com a face pública do movimento, e que estas duas tendências associativas denotavam um preparo ideológico e estratégico manifestamente superior ao dos *Núcleos Sindicais*, evidentemente traduzido num grande exercício de tacto e precaução quanto à assunção pública de qualquer acção que pudesse perigar o prestígio da sua organização e constituir elemento de repulsão de futuros membros. Mas ainda assim, facto é que temos pelo menos um grupo de estudantes que cauciona o uso da força e que se apresenta na reunião: as condições para que nela estivesse presente um certo *animus* de recurso à força estão comprovadamente verificadas, e não é de excluir que a intervenção policial os tenha precipitado para a efectivação das suas pulsões violentas.

A despeito das interpretações que possamos fazer sobre os acontecimentos, eles espantam pela quantidade de estudantes que neles tomam parte. Um documento dos núcleos sindicais refere a presença de 800 estudantes no *meeting*, o que, do que sabemos sobre este movimento, pode ser um exagero manifesto. As relações de autuados da Polícia, remetidas à Universidade do Porto e citadas na reunião de 11 de Abril de 1973 do Senado, referem 122 alunos capturados enquanto tentavam arrombar o gabinete do Reitor, e 91 presos no Salão Nobre (ACUP, fl. 33). Não temos conhecimento de quantos «fugiram de roldão» para a rua com a carga da Polícia, quantos estiveram na reunião e não nestes dois grupos, em suma, não é possível entrever quanta gente não foi

identificada pela Polícia. Mas o mais interessante dos dados destas relações é verificar-se como o movimento associativo estava amplamente disseminado pela cidade. Vejamos a distribuição, desde logo, dos estudantes que tentavam forçar a entrada no gabinete do Reitor (ACUP, fl. 33):

Instituições Escolares	Nº de Participantes
Universidade do Porto	84
Liceus	22
Escola Superior de Belas-Artes	7
Escolas Técnicas	2
ISCAP	1
Não-identificados	6

A predominância óbvia da Universidade do Porto não obsta, vemo-lo, à verificação de que o movimento associativo dos estudantes, pelas suas características sindicais, englobava gente da mais variada proveniência, e, o que é tanto mais interessante, nem mesmo se circunscrevia aos estudantes do ensino superior. O mesmo poderemos verificar analisando a relação dos alunos presos por terem danificado o Salão Nobre (ACUP, fl. 33):

Instituição Escolar	Nº de Estudantes
Universidade do Porto	60
Liceus	17
Escola Superior de Belas-Artes	5
Escolas Técnicas	2
ISCAP	1
Instituto Teológico	1
Colégio Alemão	1
Não-identificados	2

Mais uma vez observamos um predomínio da Universidade, e uma participação de diversos estudantes de instituições que nem mesmo estavam relacionadas com o ensino superior. Estas tabelas são claramente elucidativas da, maior ou menor, disseminação

por praticamente toda a cidade e pela generalidade dos estabelecimentos de ensino do movimento associativo estudantil. Trata-se de um dado ilustrativo do vigor da acção reivindicativa do estudantado, vigor esse que o restante tempo dos anos de chumbo virá a comprovar à saciedade com uma plêiade de acções de reivindicação, de violência, de, em duas palavras, «indisciplina académica», o conceito interminavelmente repetido ao longo das Actas de Sessões do Senado, descrevendo simultaneamente um caminho ascensional na sua posição na ordem de trabalhos dessas reuniões.

Seria fastidioso e inconforme à economia deste trabalho procedermos ao arrolamento das inúmeras e desgarradas acções de resistência que se verificaram no período posterior ao Caso dos Coros. Trataremos de referir aqui apenas um outro acontecimento, que consideramos cumprir os critérios de magnitude e impacto público acima referidos como seminiais na selecção dos dados, por ser ilustrativo da dimensão do movimento associativo.

Em Medicina, que como refere Alves Costa estava um dos principais núcleos de resistência às autoridades académicas e de fermentação do movimento associativo portuense, onde este era mais activo e tinha um maior número de elementos. Faculdade situada numa zona razoavelmente isolada, onde os que a frequentavam tinham em comum aspirações profissionais pouco dissemelhantes e se deparavam, cedo ou tarde, com os mesmos dilemas e as mesmas questionações relativas aos estudos que empreendiam, Medicina dispunha de condições excepcionais para ser, como foi, um centro nevrálgico da acção subversiva do estudantado. A tudo isso acrescia a penúria de instalações e um problema recorrente com a qualidade e o suprimento de instalações e equipamentos que assegurassem a prossecução condigna dos estudos naquela Faculdade: e essa carência tornava-se, a espaços, tanto mais agravada quando a utilização de determinados equipamentos era feita pelos estudantes com fins políticos e era norma da instituição retaliar pelo encerramento, liminar, desses equipamentos, a despeito das consequências que essa atitude tivesse no regular funcionamento da escola. Era o caso do bar: usado regularmente pelos estudantes como local de encontro para reuniões subversivas, foi emanada uma decisão da direcção da Faculdade que cingia a sua abertura às horas em que fossem servidas refeições. A 6 de Dezembro de 1973 os alunos tiveram uma posição de força: arrombaram a porta do bar para nele se reunirem (AFMUP, fl. 45). Nessa reunião é decretada uma greve às aulas no dia seguinte, sendo a Polícia posta de prevenção na faculdade. Nada sucede no dia 7, mas a 11 de Dezembro verifica-se novo arrombamento do bar, nova reunião, nova marcação de greve, dessa

feita para o dia seguinte. A Polícia volta à faculdade, tenta permitir o regular funcionamento das aulas, o que fará com que, à terceira tentativa, os estudantes decidam criar piquetes que permitam o funcionamento da greve. Foi a 13 de Dezembro, e a Polícia, chamada, capturou seis alunos e levou-os para a secretaria da Faculdade, enquanto o Director se fechava à chave numa sala do 3º andar (AFMUP, fl. 45). Um aluno tê-lo-á visto, disse «está ali», e a porta da sala foi rebentada por um grupo de estudantes, que o manietou, impedindo-o de se servir do telefone para chamar a Polícia. Uma estudante, inclusivamente, ter-lhe-á batido. A Polícia acorreu ao local, alertada pela algazarra, mas só conseguiu deter dois alunos, que remeteu à DGS (AFMUP, fl. 45v).

Em Janeiro de 1974, depois de novamente ter sido instituída a política de abertura do bar apenas no horário das refeições, voltarão os arrombamentos e as cenas de violência. Num grau tal que é instalado um rádio na Faculdade, com acesso directo às forças policiais, para que fossem chamadas em qualquer eventualidade (AFMUP, fl. 46). São criadas regras estritas de impedimento do acesso da Faculdade ao Hospital de S. João, e prescrito que, findas as aulas, a permanência dentro da Faculdade seja proibida para lá da livraria, sita à entrada. A Faculdade decide-se pela contratação de «uma firma de guardas» que auxilie o trabalho policial de vigilância (AFMUP, fl. 46v.). O último registo de descatos nesta Faculdade antes do 25 de Abril diz respeito ao apedrejamento de um carro de polícia pelos alunos que, no mesmo dia, exigiram a reabertura do bar (AFMUP, fl. 49v).

Conclusão

Esta incursão pela História do movimento associativo portuense abre-nos perspectivas novas sobre a História dos movimentos estudantis portugueses, permite-nos infirmar determinados preconceitos e até mesmo certas tentativas de reescrita do que foi a luta estudantil dos anos 60 e 70, e até, a despeito da evidente complexidade de que se revestirá um exercício dessa natureza, buscar interpretar as motivações subjacentes à hodierna tentativa, ou tentação, de escamotear, amesquinhar, ou dulcificar paternalistamente as acções de resistência e de revolta ético-política envidadas ao tempo pela juventude estudantil. Não é seguramente um exagero da nossa parte dizer que se vive hoje um tempo de *revisionismo* do que foram as sublevações estudantis dos anos 60 e 70: a chegada a postos cimeiros da hierarquia política nacional e internacional de antigos líderes do movimento estudantil hoje «convertidos» ao *status quo* acarreta uma necessidade, cuja origem tentaremos verificar, de exorcizar ou domesticar o seu passado, de o tornar aceitável à luz de paradigmas que não invalidem o modelo de pensamento dominante. Se para tanto houver necessidade de *rectificar* o seu passado, de reinterpretar à luz da sua situação presente aquilo que outrora fizeram, tratam de o fazer na mais absoluta inobservância do que ficou registado sobre o movimento. Perceberemos que há absoluto sentido nesta postura, e tentaremos indicar aquele que, em nosso entender é o motivo ou o conjunto de motivos que subjaz a essa postura.

1 – A Importância do Movimento Estudantil Portuense

A inexistência de trabalhos historiográfico sérios, ou minimamente de fôlego, versando sobre o movimento estudantil portuense dos anos 60 e 70 era, podemos observá-lo, tudo menos justificada. O movimento teve evidente importância na vida da cidade, foi publicamente visível, esteve articulado com outras fontes de resistência ao regime do Estado Novo, teve suficiente importância no conspecto da academia para dela receber aturada atenção sobretudo naquilo que designámos por «Anos de Brasa», e envolveu-se num processo judicial de que tomaram parte várias centenas de alunos e em consequência do qual foram feitas diversas manifestações de rua, algumas das quais bastante violentas. Por todos estes motivos, é manifestamente injusto que até hoje nunca

tenha havido quem dedicasse a merecida atenção a este movimento, que cremos ter sido modicamente suprida por este trabalho: o movimento estudantil portuense existiu e teve peso, e teve sobretudo, entre os que deles tomaram parte, gente com uma preparação sob o ponto de vista tático e ideológico muito assinalável. É impossível ler determinadas análises sobre o papel da escola na sociedade capitalista, sobre a tendência da economia portuguesa para a integração numa entidade de integração político-económica à escala europeia, sobre a doutrinação feita pelos programas de ensino e pelos sistemas escolares, e não nos surpreendermos com a profundidade da análise, a capacidade de prever o que por aí viria, de compreender, radical e criticamente, o que era o Estado Novo, como funcionava, a quem servia, e qual o exacto papel do estudante no seu interior, quais as expectativas que lhe estavam reservadas, em suma, qual a necessidade social que a sua construção, como trabalhador ou técnico especializado, em meio escolar, deveria vir a colmatar. A lucidez analítica dos estudantes, nos textos que analisámos feitos pela sua mão, é nada menos que espantosa, e só isso já seria bastamente justificativo de que se dedicasse ao movimento estudantil portuense a necessária importância.

Num segundo aspecto, como já antes referimos quando tratámos a emergência dos vários grupos no seio do movimento associativo, o estudo da História dos estudantes portuenses é de certo modo o estudo da História da extrema-esquerda no Porto. É absolutamente evidente que a extrema-esquerda teve, na cidade e latamente na região Norte, um impacto reduzido entre a população, verificado, desde logo, nos resultados eleitorais para a assembleia constituinte de 1975 – o que gera tanto maior perplexidade quando nos cruzamos com a omnipresença da extrema-esquerda na Universidade do Porto. Aliás: com a omnipresença da extrema-esquerda em meio à ausência absoluta de todos os outros quadrantes ideológicos, ao menos na posição de tendência associativa minoritária. Não ignoramos que os factores históricos da época, da cisão sino-soviética à guerra do Vietname e à revolução cubana tinham revigorado o pensamento e a aceitação pública das posições ideológicas da extrema-esquerda, nomeada e mormente as que melhor se associavam à prática da acção revolucionária violenta – mas a tradição republicana, demoliberal, anti-fascista mas nem por isso (mas longe disso!) marxista-leninista ou anarquizante da cidade do Porto, pareceu-nos, quando partimos para este trabalho, deveria ter certamente uma expressão visível no interior da academia. Não a teve: e isto faz com que o estudantado portuense se constituísse, se quisermos, num *microcosmos* extremo-esquerdista em meio a uma vasta região do território nacional

onde o peso sociológico da sua postura ideológica era reduzidíssimo, quando sequer existente. As razões que formaram na Universidade do Porto esta «ecologia» propiciatória do surgimento de movimentos políticos com esta natureza mereceria certamente estudo próprio, a ter presente a origem de classe dos estudantes presentes nas várias faculdades, as suas redes de contactos políticos com o exterior da academia, e genericamente um aprofundado – e segundo sabemos inexistente – trabalho de recomposição da História da extrema-esquerda no Norte de Portugal, da sua influência, das correntes ideológicas cuja importância foi mais vincada, e em suma todos os condicionalismos de carácter político e partidário que constituíram a ambiência em meio à qual o movimento associativo portuense se desenvolveu, modo único de cabalmente entendermos o que fez com que se tornasse numa ilha da extrema-esquerda num contexto social manifestamente avesso a essa corrente ideológica.

Ainda num terceiro aspecto, o estudo do movimento associativo portuense infirma a tese da importância reduzida do movimento no contexto da Universidade e do aparelho escolar portuense do seu tempo. Não que se queira transpor para a historiografia a ideia salazarista sobre a política de que «o que parece, é»: mas talvez não seja totalmente falso dizer-se que a não-referência ao movimento, a inexistência de estudos sobre a sua História, a falta até mesmo de memorialística dos protagonistas da época, ao contrário do que sucede em Coimbra e Lisboa e a despeito das tentações «rectificativas» de que por várias vezes demos conta, tudo concorreu contra a credibilização do movimento e a tomada a sério da sua existência e importância. E importância essa visível mesmo antes, bastante antes do arco temporal que circunscreve a nossa investigação – como ignorar a importância de Alexandre Alves, a nível nacional, nos inícios da década de 60 do séc XX? Como desmerecer o trabalho de constituição das Pró-Associações nas várias faculdades da cidade do Porto, cadinho organizativo do qual saiu o movimento associativo de 60 – o movimento associativo que foi o nosso objecto de estudo? Esse «subterfúgio», para recuperar a expressão do nosso entrevistado, denota uma importante capacidade táctica, uma experiência prática de acção organizativa e resistente muito grande, é ilustrativa da criatividade e da capacidade de adaptação do estudantado portuense mesmo às condições mais adversas que lhe foram antepostas pelo regime fascista, e sob as quais soube porfiar, prosseguir na luta, continuar o recrutamento dos seus elementos e, o que é sobremodo extraordinário, ser sempre uma escola de *democracia*, no sentido em que, e isto é visível em todas as tendências associativas e vinha já do tempo em que Alves Costa era dirigente associativo, jamais foi incontestada

uma opinião ou se laborou com ostensiva falta de lisura nos processos eleitorais. Bem sabemos as limitações eventuais que se patenteariam a essa lisura e a essa liberdade de expressão: mas tomamos nota de que esses princípios existiam, não se vislumbrava uma tentativa de sobreposição ou de superioridade arrogada por parte de uma qualquer ideologia. Na Universidade do Porto, decerto como noutros lugares, o movimento associativo foi uma escola de democracia e de cidadania – e essa sua característica nesta cidade é, também ela, digna de registo.

2 – Um Movimento Renegado

É talvez irresistível tentarmos perceber o que subjaz aos esquemas de amesquinamento ou patologização do movimento estudantil, quando abordado retrospectivamente. Não nos parece inscrito na ordem natural das coisas que adultos feitos olhem condescendentemente para o que fizeram na juventude, ou que exista um processo generalizado de descarada predisposição para ignorar o que objectivamente foi defendido por determinado movimento contestatário, focando-se o intérprete tão-só na perscrutação, sob o evidente, das motivações «a sério» para aquela luta, desde a influência nefasta de conspiradores profissionais aos distúrbios psíquicos e à ingenuidade romântica da juventude. Ninguém de boa mente reduz a pressão patronal à ganância; ninguém de boa fé circunscreve a luta operária à inveja; ninguém consentiria que se arriscasse sequer que a luta feminista deriva de uma incompreensão sobre o seu «natural» lugar na hierarquia da sociedade, ou que provém de um qualquer problema psiquiátrico, hormonal, ou o que se entendesse. É doutrina assente para todos os movimentos sociais que quando os escutamos podemos perscrutar o que subjaz, do ponto de vista psicossociológico, às suas reivindicações – mas não é do nosso conhecimento nenhum movimento social cujas reivindicações tenham sido liminarmente tidas por despiciendas pelo simples facto de provirem de onde provinham. E todavia, assim sucede com os jovens: quem com eles contacta ao nível da produção historiográfica ou das ciências sociais de um modo geral, como vimos quando acompanhámos os textos de Colin Barker e Claude Prévost, fá-lo sem jamais atender ao expressamente reivindicado, fá-lo transformando o expressamente reivindicado em algo

que não é para levar a sério e procedendo a imediata «análise do conteúdo» das suas reivindicações, «inferindo» invariavelmente as causas de que acima demos conta.

A tradição na costuma inscrever os estudantes universitários entre os grupos sociais mais atreitos à acção revolucionária. De facto, e retomando o texto de Colin Barker que já antes acompanhámos, podemos recordar que já no séc. XIX, em meio à revolução de 1848, em França, os estudantes inscrevem-se as mais das vezes nas fileiras da reacção, e quando tomam partido pelos liberais são, invariavelmente, tidos por aliados volúveis e de pouca confiança (Barker, 2008, p. 46). Nos inícios do séc. XX, ao tempo das sublevações revolucionárias que varrerão a Europa no período compreendido entre 1917 e 1919, sensivelmente, também não teremos neles um elemento particularmente activo da acção revolucionária, e ao tempo daquela que foi uma das maiores greves da História, a greve geral inglesa de 1926, os estudantes universitários ficaram conhecidos no meio operário pela sua predisposição constante para furar greves (Barker, 2008, p. 46). O caso português não difere de modo particularmente grave: numa obra conjunta de cariz histórico e sociológico sobre o activismo do estudantado coimbricense, o único existente em boa parte da época contemporânea, Rui Bebiano e Elísio Estanque, dando conta da irrupção esporádica de grupos de estudantes contestatários no séc. XIX, nomeadamente batalhões académicos que tomaram armas pelo liberalismo ou que assassinaram lentes miguelistas, referem todavia o carácter «mais simbólico do que real» da sua importância operacional (Estanque & Bebiano, 2007, p. 28). No período de tempo a que Barker se refere, *grosso modo* a partir da Primavera dos Povos, cuja reverberação portuguesa será a Regeneração de 1851, e até 1869, a Universidade de Coimbra será um espaço de mansa obediência ao poder instalado, entrecortado por episódios de contestação política e académica por parte de estudantes, como a Sociedade do Raio e o estágio embrionário da Geração de 70, mas estas manifestações, além de epifenómenos, estão ligadas à boémia coimbrã, integram-se no mesmo espírito das rixas com *futricas* e outros «ritos» a meio caminho entre a prepotência e o abuso da condescendência social para com eles levados a cabo pela juventude estudantil de Coimbra (Estanque & Bebiano, 2007, 31). O início do séc. XX é marcado por uma adesão clara de uma parte do estudantado ao republicanismo, que há-de chocar com o conservadorismo dos lentes da Universidade e se há-de saldar, em 1921, na chamada «Tomada da Bastilha», apropriação pela Associação Académica de Coimbra do Clube dos Lentes, que virá a ser feito sua sede. E mais tarde, ao tempo da Ditadura Militar e das primeiras décadas do Estado Novo, talvez mesmo até ao DL 40900 ou ao

quadragésimo aniversário da «Tomada da Bastilha», continuaremos a ter sublevações estudantis esporádicas e numericamente importantes: mas, como dizem os autores da obra que vimos seguindo, quer ao tempo da I República, quer da Ditadura quer do Estado Novo, «o essencial das movimentações estudantis até 1960 prendeu-se sobretudo com a defesa do associativismo, não tanto com um questionamento do sistema universitário em si e menos ainda com o enfrentamento directo do regime» (Estanque & Bebiano, 2007, p. 34). Ou seja, as acções de amotinamento, ou até de resistência se como tal as quisermos considerar, decorridas na primeira metade do séc. XX pouco terão que ver com uma pretensão estudantil à reformulação política do país, ou à renovação pedagógica ou organizacional da(s) sua(s) Universidade(s): não-de ser lutas pela manutenção de prerrogativas em matéria de organização da sua estrutura associativa, de autonomia dentro da Universidade, da posse de um «território» e de um «foro», por assim dizer, do estudantado, relativamente livre da ingerência estatal ou universitária. Não é negável, manifestamente, como se verificaria pela indagação sobre os líderes de organismos estudantis como a JUC, a Associação Académica de Coimbra, diversas associações de estudantes de faculdades quer de Lisboa quer de Coimbra, que a oposição ao Estado Novo tivesse um lugar de destaque mesmo em postos cimeiros do regime: mas o fundamento da luta académica dessa época, como antes, não era uma subversão do regime ou uma reivindicação da generalizada democratização ou socialização do Estado – os motivos da luta eram estritamente estudantis, quase diríamos *consuetudinários*, sem incorrer em anacronismo particularmente vincado.

Os acontecimentos dos anos 60 na Europa e no Mundo tiveram um condão: o de fazer esquecer momentaneamente, quando se abordam questões relacionadas com a questão estudantil, qual é o comportamento esperado do estudante, o comportamento para o qual a própria instituição escolar que, o integra, o prepara ao longo de vários anos e com inegável desvelo e sucesso. Ora, uma Universidade é uma instituição deste tipo – cumprirá nunca esquecer que o seu papel social é o mesmo que o de qualquer outra escola, acrescido do facto de estar a criar os tecnólogos e ideólogos que não-de desempenhar as funções de maior responsabilidade para que o sistema social, político e económico, se perpetue com a configuração que lhe é dada num determinado momento histórico: no caso concreto, deveria a Universidade criar os técnicos do capitalismo e os ideólogos do fascismo: homens e mulheres para os quais não só o fascismo estivesse naturalizado como também estivessem predispostos a contribuir, abertamente, no processo de naturalização do *status quo* entre a população através do seu labor

intelectual. Se «todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais» (Gramsci, 1955, p. p. 6), estes homens tinham-na – e deviam tê-la exercido como «comissários do grupo dominante para as funções subalternas da hegemonia» (Gramsci, 1955, p.9), ou seja, para a obtenção do consenso geral dentro da comunidade, consenso «espontâneo» e naturalizado, em torno quer do modo de produção vigente quer do sistema político. Uma sociedade onde estudantes universitários se tornam detractores dos esquemas de dominação política e económica, uma sociedade onde quem está já no período final de uma longa formação escolar teoricamente vocacionada para a naturalização da ordem vigente, para a hegemonização, uma sociedade em quem em princípio está já na fase do seu percurso formativo em que aprenderá a ser um agente activo da hegemonia, um «comissário» do poder encarregue de granjear «o prestígio (e portanto a confiança [popular])» (Gramsci, 1955, p. 9) no grupo dominante se volta *contra* esse grupo e propõe a *subversão* do sistema económico e do sistema político é uma sociedade onde os aparelhos ideológicos do Estado com a escola e a Universidade à cabeça, denotam claríssima falibilidade. Por razões históricas claramente identificadas, por factores sociais, demográficos, económicos, e outros, absolutamente óbvios, por força de uma conjuntura particularmente propiciatória para a sua sublevação quer em Portugal ou no mundo – tudo isso é claro. Mas não há como negar que, no período temporal que analisamos, a juventude universitária rompeu com a sua função «natural», adoptou procedimentos que não lhe eram esperados, que eram o oposto absoluto daquilo que lhe era pedido e que lhe fora inculcado. O esforço do aparelho escolar não tivera força suficiente para a conter e a tornar «incorrupível» pela acção do mundo exterior. E entre as muitas consequências que este dado histórico teve, entre as primeiras conta-se a crença, patente na obra de Herbert Marcuse, de que «comprada» a classe trabalhadora pelo Estado social e pela sociedade de consumo, *unidimensionalizada* pelo esforço dos aparelhos ideológicos para a impedir de conceber a possibilidade de transcendência do modelo político-económico vigente, isto é, de alteração radical do seu modo de viver, sobravam «a mais avançada consciência da humanidade e a sua força mais explorada» (Marcuse, 2007, p. 261). Marcuse acreditava que a Grande Recusa, basicamente uma revolução que aboliria a democracia formal que entendia vigorar no Ocidente e o sistema de produção capitalista, adviria de uma acção concertada dos intelectuais – entre os quais se contavam, desde logo, os estudantes – e aquilo a que chamaríamos o lumpenproletariado, «o substrato dos proscritos e dos excluídos, dos perseguidos de

outras raças e cores, dos não-empregados e dos não-empregáveis (*the unemployed and the unemployable*)» (Marcuse, 2007, p. 260). E efectivamente, os hábitos de reflexão e o preparo ideológico denotado nos estudantes do Porto, sobretudo entre os pertencentes à tendência *Por Um Ensino ao Serviço do Povo*, ilustra claramente que poderíamos integrá-los na «mais avançada consciência» do processo de exploração vigente dentro do modo de produção em que viviam¹². E isto a despeito da força em contrário exercida pela escola: manifestamente, eram uma classe perigosa, com o tempo suficiente para se educar lendo trabalhos «perigosos» e a protecção suficiente assegurada pelo seu estatuto social para com isso não sofrer consequências particularmente gravosas por parte da perseguição policial. Com isso, tornava-se a prazo uma classe perigosa, tornou-se nisso efectivamente, veio a ser um perigo para o regime, evidentemente sem força suficiente para o depor pelos seus próprios meios, mas constituindo-se em foco irreduzível de resistência, de instabilidade, de reivindicação. E esta experiência histórica é absolutamente terrível para os Estados ocidentais, estruturalmente ainda os mesmos da época, funcionando nos mesmos moldes, e tendo, todos, a mesma infra-estrutura económica: o seu sistema de ensino, cujo sentido e função era hegemonizar os jovens, é falível, foi provado falível por um acontecimento histórico, pela onda de sublevações dos anos 60. Se é assim, se, existe a possibilidade de o sistema educativo falhar na sua missão de aparelho ideológico do Estado, a naturalização do sistema pode não se efectivar e põem eclodir manifestações contrárias ao seu funcionamento – e até mesmo emergirem movimentos com vista à sua dissolução radical. Em razão disso, fez-se necessária a relativização do que sucedeu nos anos 60, foi precisa a luta para que o que então se passou pudesse ser encarado como um acontecimento banal de juventude, como algo que determinada faixa etária, independentemente do seu tempo e lugar, está necessariamente, por pulsões psicológicas que lhe são próprias, predisposta a fazer, com vista à ilustração pública da sua adultícia ou por conta da sua ingenuidade e predisposição pueril a aceitar acriticamente o pensamento romântico, utópico, sedutor revolucionário. Que esta psiquiatrização da revolta seja liminarmente contrafactual parece ser irrelevante: a grande preocupação subjacente à postura que vimos denunciada em Colin Barker aparenta ser esta: faz-se necessário minorizar a importância dos acontecimentos dos anos 60, para que não se compreenda quão grave este problema

¹² Talvez não seja despidendo notar que, genericamente, o carácter fascista do regime não é particularmente criticado, mas tomado como uma excrescência do capitalismo, como uma sua expressão política em nada tida por particularmente mais torpe, à partida, do que as democracias ocidentais.

foi¹³. E se para tanto for necessário contrariar factos e dados históricos, se for preciso ignorar tudo o que foi a vida e o posicionamento ideológico do estudantado através de séculos, há claramente disposição para o fazer.

3 – Pistas de Investigação Prospectiva

Talvez seja uma banalidade asseverar que findo este trabalho muito ficará ainda por dizer sobre o movimento estudantil portuense no arco temporal em análise. O que perscrutámos sobre as suas origens, as suas acções, a sua relação com a resistência ao fascismo em sentido mais lato, enferma de várias limitações à investigação, ditadas por opções do investigador, por constrangimentos de tempo, por dificuldades metodológicas, e sobretudo pelo acesso a um manancial de fontes que, tendo sido evidentemente precioso para a consecução do presente trabalho, impôs restrições à exploração de outros caminhos. Pela sua própria dimensão, circunscreveu o trabalho ao seu tratamento – que se mostrou profícuo, consideramos, mas que evidentemente não encerrava toda a informação sobre o movimento da época. Desde logo, como já antes foi escrito, os panfletos, principal base documental deste trabalho, são a expressão pública das tendências associativas: os meandros das tendências, as suas reuniões de quadros ou de membros sem estatuto dirigente, os aspectos «privados», do domínio interno das tendências, não nos são revelados nestas fontes. Determinados aspectos do pensamento das tendências, certos objectivos políticos, certos traços ideológicos, podem ser patenteados na imprensa destinada à publicação de um modo que, ao fim de contas, não é o modo de pensar dos que a produzem. Bem como podemos entender melhor a escolha de determinados temas em detrimento de outros. Falámos em capítulos anteriores das referências, em dados panfletos de algumas tendências associativas, às questões da ecologia: o que fazia com que, naquela época, se considerasse esse um tema relevante para discussão pública? Em meio a um regime fascista, a uma guerra colonial, à reconversão do sistema económico português pelo incremento da indústria, entre tantas outras modificações de fundo na sociedade portuguesa, o que levava a que a

¹³ E esta análise circunscreve-se à política: mas de um modo geral, nos anos 60, as práticas sociais, da sexualidade à música e ao vestuário, serão completamente revolvidas pela juventude. É um caso, que embora tenha o seu contexto já suficientemente explicado nesta obra, que ilustra a incapacidade de «adestrar» a juventude pela sociedade, e demonstra que a subversão é possível.

ecologia se tornasse um assunto premente? Obedeceria isso a uma estratégia? Limitamo-nos a especular sobre isso, evidentemente, e a constatar que as fontes que recolhemos não patenteiam informação suficiente para respondermos a esta questão. Poderíamos obtê-la na eventualidade de dessas reuniões terem ficado registos como actas, memorandos, planos, estratégias, documentação de algum tipo. Mas, presumimos, a forma mais rica de obter informação sobre essa época e sobre esse movimento seria indubitavelmente o contacto com os protagonistas e a recolha de informação oral. Dela obteríamos não apenas esclarecimentos sobre os sobreditos meandros das tendências associativas, mesmo por ser pouco provável a subsistência de registos organizados das operações de tais grupos clandestinos, mas dados para constituirmos a memória do movimento associativo portuense, também esse um tema totalmente inexplorado até hoje: que fazem hoje os que, entre 1968 e 1974, se integraram nas fileiras dos estudantes resistentes do Porto? Que participação política ulterior tiveram? Que variações ideológicas sofreram, se as sofreram? Como concebem o movimento estudantil portuense do seu tempo? Que relação têm com as acções, por vezes violentas, de resistência às autoridades académicas e ao Estado Novo? Como encaram a desapareção histórica dos regimes que implantaram os modelos ideológicos que à época preconizaram, e a geral condenação desses regimes? E estas questões ligadas à dimensão ideológica do movimento e dos seus protagonistas são, sendo muitas e complexas, apenas um pequeno exemplo da grande quantidade de informação que estes informantes poderiam fornecer: deles saberíamos como obtinham e quais eram as suas leituras clandestinas; deles saberemos onde fizeram a sua formação ideológica e de que forma; deles poderemos partir à descoberta das relações entre o movimento estudantil e os partidos clandestinos, sabendo o real impacto e a real importância do movimento estudantil portuense à escala nacional; deles poderemos recolher informação sobre a acima afluída História da extrema-esquerda no Porto ou no Norte de Portugal anterior ao 25 de Abril, em suma, teremos um longo e proveitoso filão de informação sobre uma parte da História até hoje totalmente inexplorada.

Bem sabemos as reticências que tradicionalmente são antepostas à utilização de fontes orais para construção do conhecimento histórico. São reputadas de falhas de objectividade, de tendenciosismo, de terem memória selectiva, de poderem por opção não revelar um facto, ou truncá-lo, ou insuflá-lo, etc. Todavia, não cremos que uma fonte escrita não padeça precisamente dos mesmos problemas: é porventura crível que o autor de um texto escrito é mais objectivo que um informante diante de um gravador? É

minimamente admissível que o tendenciosismo de um narrador coevo seja inferior ao de alguém que fala a alguns anos de distância? Não o cremos. Nem isso, nem que haja maior predisposição numa fonte oral do que numa fonte da época para truncar, insuflar, ou não revelar um facto. Mesmo um argumento com maior substância, o de que à distância de alguns anos uma fonte oral pode sofismar ou omitir um acontecimento que o tempo tornou condenável, não é nada que não pudéssemos encontrar numa fonte escrita, se os seus autores estivessem instruídos no sentido de sistematicamente sonegar informação em torno de determinados aspectos ou tópicos. É evidente que há diferenças qualitativas entre uma fonte oral e uma fonte escrita: mas essas diferenças são do domínio das virtualidades que cada um destes tipos de fonte oferece ao investigador, não é uma diferença «hierárquica» entre a fiabilidade da informação da segunda, tida por superior à da primeira. Reforcemos a ideia: é sem sombra de dúvida uma boa pista de investigação, a recolha de documentação oral, elemento que é de recomposição da memória do movimento e de esclarecimento de aspectos da vida interna das tendências associativas que a documentação escrita «sobrevivente» só elucida de forma lacunar ou não elucida por completo.

Outros elementos podem ainda ser explorados para que se acrescente informação à já obtida e se complete o quadro da época e da resistência estudantil. Desde logo, cumprirá que não esqueçamos que sendo este um período ditatorial, e tendo entre os principais dispositivos de repressão e perseguição dos elementos subversivos do regime a polícia política, trate-se da PIDE ou da DGS, esta era e é conhecida pela minúcia aterradora – pela minúcia totalitária – dos dossiês que criou para registar, detidamente, a vida e a acção política daqueles que tinha sob mira. É de uma evidência que escusa prova o facto de uma parte não despicienda dos estudantes desta época estarem sob vigilância da polícia política, tendo por inerência extensa ficha a que nos podemos reportar não apenas como fonte de informação mas, pensando já na reconstrução da memória do movimento, como utensílio para o cruzamento de fontes, entre o depoimento oral e elementos escritos. Esse labor permitiria ora fundamentar as declarações dos protagonistas da época onde estas tenham eventuais hesitações, imprecisões, alguma sorte de falta de consistência por esquecimento ou memória difusa, em suma, estas fontes podem complementar o que nos tenha sido dito pelo protagonista. E podem também, é óbvio, infirmar o que este nos disse, adiantar dados novos, patentear-nos com uma versão diferente dos factos, constituir-se em elemento informativo que nos leve a reflectir sobre os acontecimentos e a encontrar, talvez, incorrecções e «rectificações» no

discurso dos entrevistados. É evidente que todas estas hipóteses são completamente efabulatórias: não contactámos com nenhuma destas fontes, não podemos se não presumir o que delas viria em matéria informativa quer de obstáculo investigativo demandando supressão metodológica através do cruzamento de informação. O que aqui explanamos são virtualidades, são elementos possivelmente passíveis de serem extraídos das fontes que ficam por analisar, mas que, cumprirá advertir, não podemos saber se obteremos. Em todo caso, parece-nos que procurar quer no arquivo da PIDE quer junto dos protagonistas da época informação sobre os acontecimentos do movimento seria sempre, e inapelavelmente, uma forma de continuar o trabalho até aqui empreendido.

Uma última nota sobre o modo como poderíamos obter informação sobre um outro aspecto, algo lateral neste trabalho, mas que no decorrer da investigação se tornou uma questão bastante aliciante: a relação das instituições de poder e de repressão com estes estudantes subitamente foragidos ao conspecto ideológico e às práticas sociais que a comunidade e sobretudo a elite dominante esperava deles. Desde logo, poderíamos ver os processos disciplinares instruídos contra estudantes incumpridores da «disciplina académica», que segundo sabemos foram bastantes ao longo dos Anos de Brasa de 1972 a 1974. Dele constarão não só as acusações deduzidas pela Universidade contra os estudantes, a justificação aventada por esta para a instauração desses processos, e inevitavelmente as apreciações que o instrutor, nomeado pela Universidade e evidentemente comprometido com a regulamentação que nesta vigorava, haverá de tecer sobre os factos, os protagonistas, e as suas posições ideológicas. Considerando o que é dito nas actas quer do Conselho Escolar de Medicina quer do Senado Universitário, é provável que verifiquemos nos processos a presença aguda de uma postura sintonizada com o fundamental da ideologia do regime, até mesmo à sua direita. Mas, insista-se, estamos a colocar hipóteses. Não há, até agora, à falta de consulta às fontes em questão, qualquer elemento que nos assegure que encontraremos este tipo de dados, que façamos este tipo de inferência e de conclusões. É contudo certo que delas retiraremos informação sobre a postura do poder relativamente ao movimento associativo – já patente nos documentos do arquivo da PIDE, como podemos prever –, tendo ainda várias outras pistas possíveis se quisermos seguir esta pista: desde logo, os processos que foram lavrados contra os estudantes sublevados nos tribunais portuenses, quer o Tribunal de Polícia, quer o Tribunal da Relação. Neles veremos as alegações do Ministério Público contra os estudantes revoltosos e bem assim a sustentação legal e

sobretudo o tipo de raciocínio construído à época para legitimar a condenação ou absolvição dos estudantes. Não nos parece minimamente forçar a nota dizer que, com esses dados na mão, estaremos em condições de verdadeiramente recriar a *mentalidade* dos que então exerciam a Justiça, ou se quisermos, também isto sem forçar a nota, dos que eram supostos pôr gente como os estudantes que vimos estudando atrás das grades.

Também estas duas fontes nos colocam problemas, sobretudo relacionados com a sua classificação e inacessibilidade. As hipóteses de este tipo de documentação estar adstrito a legislação que impede a sua divulgação é elevada e de resto compreensível, por dele fazerem parte elementos que invadem a sua privacidade e que podem estar relacionados com práticas de tortura, com denúncias de membros da sua tendência associativa ou do seu partido, em suma, por estarmos a lidar com material que em muito adentra a esfera privada do envolvido. Contudo, na eventualidade de podermos aceder a este tipo de documento, os trabalhos que poderíamos operar com base nele seriam de grande riqueza e permitiriam sem dúvida um melhor conhecimento da relação das autoridades do Estado Novo, no sentido mais lato do termo, com os opositores, e concretamente com os opositores oriundos dos meios estudantis.

Concluindo, há ainda uma miríade de questões por tratar referentes ao movimento associativo portuense no arco temporal que investigámos, e um conjunto de fontes que não tratámos e das quais, a despeito de dificuldades metodológicas que evidentemente colocarão, é possível retirar informação que em muito ajudará a aperfeiçoar o retrato que hoje temos do que foi a resistência dos estudantes do Porto ao Estado Novo. Que este trabalho, com as suas imperfeições inevitáveis e os méritos que não nos escusamos de crer que tem, possa constituir-se em ponto de partida para ulteriores investigações nesta matéria, sempre sujeito a revisão, a crítica, e a todos os processos pelos quais comumente o conhecimento histórico se constrói no âmbito deste período histórico e desta temática, tão pouco conhecidos e contudo tão fecundos.

Anexo 1 – Transcrição da Entrevista a Alexandre Alves Costa

O Professor esteve envolvido na crise académica de '62. Podia dizer-me em que medida esteve relacionado com essa crise? Qual era o seu papel nessa circunstância?

A crise académica de '62 foi uma crise em que eu estive realmente envolvido. Na crise académica de 1968/69 eu já não era estudante, e a minha relação com essa crise foi puramente de simpatia, porque tinha amigos que participavam, etc. Em '62 não: em '62 eu fui actor, com uma certa importância, na Escola [Superior] de Belas-Artes, onde eu era estudante, pertencia à direcção da Pró-Associação de Estudantes... Não se chamavam Associações, porque não era possível criar associações. Só havia uma associação no Porto, que era [da Faculdade de] Farmácia. As outras tinham sido extintas, os dirigentes presos, e tinha saído uma lei que obrigava a que as direcções das associações de estudantes fossem homologadas pelo Ministério da Educação. O subterfúgio que se usava para evitar essa homologação, que nós normalmente não aceitávamos [por sermos] dirigentes eleitos... eram analisadas as fichas da PIDE, e normalmente não éramos aceites, e eles nomeavam uma comissão administrativa... para fugir a essa situação os estudantes do Porto de quase todas as faculdades organizaram-se numa coisa a que chamavam Pró-Associações. A Pró-Associação permitia que nós nos libertássemos dessa tutela e, por outro lado, tivéssemos uma organização puramente democrática: tínhamos uma direcção, tínhamos uma assembleia geral, tínhamos um conselho fiscal, funcionávamos tal qual como se fosse uma Associação, mas chamava-se Pró-Associação. Isto para explicar que eu fui Presidente da Pró-Associação de Estudantes de Belas-Artes, durante os anos da crise académica. A crise académica começou em '61 com um encontro de estudantes realizado em Coimbra, no dia daquilo a que em Coimbra se chama a Tomada da Bastilha, com uma assembleia geral onde nós tivemos uma participação activa. Os estudantes do Porto foram, e devo dizer que a maior participação que houve nesse encontro foi de Belas-Artes. De facto, Belas-Artes, e Medicina também, tinha bastante gente.

Nós alugámos uma camioneta e fomos a esse encontro. Houve um acidente pelo caminho, a PIDE não nos deixou chegar a Coimbra, parou a camioneta 10 km antes da cidade, obrigou-nos a todos a identificarmo-nos, e disse que a camioneta não podia seguir viagem. Nós abandonámos a camioneta e decidimos ir a pé. Felizmente passou

um carro de um colega de Coimbra, que viu uma data de malta pela estrada fora e parou a perguntar o que se tinha passado. Nós dissemos a esse colega que avisasse lá na reunião que nós estávamos atrasados, mas que íamos. A pé. E portanto, íamos chegar uma hora depois. Chegámos e fomos muito aplaudidos, foi uma cena engraçada. Esse encontro marcou o início das relações inter-universitárias, elegeu um secretariado nacional, do qual eu fiz parte. Esse secretariado nacional de estudantes era constituído por um representante das associações de Coimbra, da RIA, Reunião Inter-Associações, um representante das Pró-Associações do Porto... Em Lisboa foi o Dr. Jorge Sampaio, em Coimbra foi o António Taborda, e no Porto fui eu. Nós constituímos uma espécie de direcção nacional do movimento estudantil.

A nossa participação no movimento, no dia do estudante, foi uma participação com alguma relevância. Fomos muitos a Lisboa em Março de '62. A situação política em Portugal não era uma situação muito pacífica: em '61 tinha havido lutas importantes, seja na classe operária, seja nos trabalhadores do Alentejo, por exemplo, houve greves, houve pela primeira vez manifestações importantes no 1º de Maio, havia uma certa afirmação política em Portugal, nessa altura. Foi nesse contexto de uma agitação política, de um certo revigoramento da acção política, que se realizou o Dia do Estudante de '62. O Dia do Estudante, na altura, foi proibido em cima da hora, houve discussão, o Reitor nessa altura era o Marcello Caetano, demitiu-se, considerou que tinha sido abusiva a proibição de um Dia do Estudante que tinha sido autorizada por ele, os estudantes manifestaram-se, houve cargas policiais, apanharam pancada, etc. etc. E o Dia do Estudante foi adiado para outra data, foi realizado em condições muito precárias... Houve uma greve a seguir a essa proibição do Dia do Estudante, uma greve nacional, foi decretado o luto académico, a nossa participação aqui no Porto foi grande... e a nossa participação depois disso foi normal, em todas as acções... Tudo isto acabou com uma violenta repressão, muita gente foi presa, houve gente que teve de se refugiar noutras casas, eu tive de ir viver para um sítio mais ou menos escondido... Aí, tive eu e os meus colegas da minha idade, da minha geração, uma acção muito importante. E o Porto, que era considerado uma cidade relativamente afastada porque não havia associações de estudantes, como entretanto tinha desencadeado esse processo de organização das Pró-Associações... foi surpreendente o modo como as pessoas aderiram à luta académica, e tiveram a capacidade de, ao nível das outras academias, sem diferença nenhuma, ter uma participação muito grande de estudantes.

O Professor esteve portanto envolvido a fundo nesta crise. Foi membro de um órgão nacional que surge desta crise de '62. E, segundo me informei, em '72 tornou-se professor da Escola Superior de Belas-Artes...

Sim, sim.

Era bastante claro para as autoridades académicas da altura que o Professor era um opositor. E ingressou na ESBAP como professor? Isso era comum?

Não, não era comum. Apesar de tudo, devo dizer que em '72 a minha escola tinha uma certa independência em relação à política nacional, porque não dependia directamente do Ministério da Educação, dependia da Direcção-Geral do Ensino Superior. E portanto, não estava integrada na Universidade, gozava de uma certa autonomia. O director da escola foi sempre um homem que apoiou muito os estudantes, e na altura em que eu fui convidado para a docência, em '72, isso não levantou problemas em relação à PIDE. É preciso lembrar que nessa altura estávamos na Primavera Marcelista, e portanto havia uma certa distensão ao nível da Universidade. Quem tinha a relação com a Universidade foi, durante algum tempo, o Veiga Simão, e houve uma certa distensão dentro da Universidade. Inclusivamente, o Prof. Veiga Simão defendia a participação dos estudantes na gestão da Universidade... Portanto, eu, no fundo, e os meus colegas que entraram nessa altura, era tudo gente que estava ligada ao movimento associativo, ao movimento estudantil, e não levantaram problemas. Devo dizer que eu entrei em '72 e em '74 fui expulso. Fui expulso em Fevereiro de '74, e reingressei no dia 25 de Abril de '74.

Foi afastado por motivos políticos?

Fui afastado... não eram claros os motivos. Eu terminava o meu contrato como Assistente Estagiário e não me renovaram o contrato, pura e simplesmente. Vim para a rua, e os meus colegas que entraram comigo em '72 provavelmente ir-lhes-ia acontecer a mesma coisa à medida que fossem terminando os seus próprios contratos. Nós tínhamos entrado aproveitando uma situação de uma certa distensão no controlo político, mas dois anos depois fomos postos a andar. Eu fui expulso juntamente com alguns estudantes, foram expulsos sete ou oito estudantes da minha escola nessa altura.

Eu fui expulso... Eu não fui expulso, não me renovaram o contrato... É como se tivesse sido expulso, de qualquer maneira: deixaram chegar o contrato até ao fim e não o renovaram. Entretanto, evidentemente, esta distensão que tinha havido era muito aparente, não era real, e com isso da guerra colonial as coisas tornaram-se muito mais duras e muito mais violentas. Como sabe, as questões da guerra colonial tornaram claro, tornaram claríssimo que o regime não se tinha modificado, que no fundo o regime mantinha esta questão fundamental que era a questão das colónias, e portanto essa renovação não era possível porque levaria a uma democratização, que levaria seguramente à independência das colónias, e portanto nessa altura houve aperto do cerco político, no tempo do Marcello Caetano, e houve uma repressão muito forte sobre os estudantes, nos finais dos anos 60, '68, '69, '70, até '72 houve uma repressão muito forte dos estudantes, foram colocados vigilantes nas escolas, parte dos contínuos foram aliciados para a PIDE, e portanto nós estávamos, estudantes e docentes, num regime de vigilância muito apertado. Como a situação política também era uma situação de um certo movimento, a repressão sobre as escolas foi grande, foi maior do que se podia imaginar. Até se dizia na altura que era pior... no nosso ponto de vista, na minha escola, foi pior do que no princípio de 60. Houve uma maior vigilância e uma maior repressão sobretudo sobre os estudantes. Os estudantes viviam num regime de medo, medo de ir para a guerra, gozavam de um adiamento da ida à tropa enquanto estudassem, mas tinham de passar de ano. O aluno que reprovasse perdia o direito de adiamento da tropa. Imagine o que era em '72, quando eu entrei para a escola, a pressão que existia sobre nós em relação à avaliação dos estudantes! Eu se chumbasse um aluno sabia que o estava a mandar para a guerra! Era uma situação muito complicada, a avaliação não era só científica, era uma avaliação também política: sabia que qualquer problema que se levantasse na carreira daquele estudante levava ao seu recrutamento. Nessa altura muita gente fugiu para fora de Portugal, é uma altura de uma emigração política muito grande... Por isso, a minha admissão na escola foi uma admissão que, enfim... passou... mas não durou muito tempo. De facto, em '74... felizmente fiquei só três meses fora.

Como é que recolheu a massa documental doada ao Centro de Documentação 25 de Abril? Como é que acedeu àquela documentação?

Para lhe dizer a verdade, eu não sei como. Nem me lembrava que tinha documentação sobre a crise académica de '69, cerca de '69... Mas como fui muito activo, dirigente

associativo em '62, nunca me deixei de interessar pelas questões do movimento estudantil. E portanto, tudo o que acontecia no movimento estudantil me interessava muito e, em certo sentido, como tinha amigos em Coimbra quando foi a crise académica de '69, aquela crise do Alberto Martins, o célebre discurso, provavelmente o que aconteceu é que eu apanhava tudo, tudo o que era o que do movimento estudantil, e guardava, porque me interessava manter uma relação com essas questões. Ainda para mais como eu estive em estágio em Lisboa, para acabar o curso, e depois como Assistente tinha uma ligação muito forte aos estudantes da minha escola, uma relação muito boa, eu era o homem de confiança dos estudantes, como é normal porque eu próprio tinha sido dirigente associativo, é perfeitamente natural que eu tenha mantido uma relação afectiva, quando mais não seja, e de interesse político pelo movimento estudantil, e devia guardar tudo o que me aparecia. E portanto toda a documentação que eu tinha foi informação que eu recolhi na minha própria escola, porque a minha escola foi sempre muito activa do ponto de vista do movimento estudantil. Não foi uma recolha sistemática, nem tinha uma natureza de historiador, de documentalista, não é nada disso. Era mais o interesse político pela questão, e uma relação afectiva que eu tinha com o movimento estudantil, e que mantive toda a minha vida.

Dos documentos que eu consegui encontrar, vejo que há três tendências associativas dentro da Universidade do Porto na altura. Há o movimento *Pela Unidade*, o movimento *Por Um Ensino ao Serviço do Povo*, e os *Núcleos Sindicais*. Sabe-me dizer a que partidos políticos cada um deles estava ligado?

Olhe, eu penso que um deles estava ligado ao PC, gente ligada ao partido comunista e à frente do partido comunista... Dever ser essa da Unidade... Depois, os Núcleos Sindicais eram ligados à FEC-ML... A partir de meados de 60, houve uma cisão muito importante no movimento comunista, a cisão entre a União Soviética e a China. E aí houve uma polarização muito grande dos movimentos políticos de extrema-esquerda, comunistas, de origem, de raiz comum comunista, e houve uma divisão muito grande entre a esquerda, e a principal divisão, mais forte, era entre a gente ligada ao partido comunista, que era pró-União Soviética, e toda a gente que nessa altura saiu do partido comunista, por muitas razões, eu próprio pertenci ao partido comunista, em '62 eu era membro do partido comunista, e em '68 saí, logo a seguir... durante Maio de 68, logo a seguir à intervenção na Checoslováquia... enfim, são coisas insuportáveis, que não permitiam

que a gente continuasse ligado a essa organização... E portanto, eu próprio saí, e saiu muita gente, e essa gente reorganizou-se à esquerda do partido comunista em muitos movimentos muito diferentes. Um desses era a FEC-ML, ML de marxista-leninista, começaram a chamar-se marxistas-leninistas... O outro, devia estar ligado à OCMLP, não consigo lembrar-me bem... Mas de facto, essas três tendências, uma delas era ligada ao partido comunista, penso que essa da Unidade, e as outras duas eram dois movimentos de extrema-esquerda, marxistas-leninistas, isto é, pró-chineses, que existiam clandestinamente. Um deles era a FEC-ML, que editava um jornal chamado *Grito do Povo*, mas eu não me lembro, havia quarenta formações políticas diferentes... Quando saí do partido comunista não voltei a militar em nenhuma organização, a participar institucionalmente, mas de facto apoiei bastante algumas organizações políticas à esquerda do partido comunista. Desde que cindi com o partido comunista liguei-me mais, do ponto de vista afectivo, do ponto de vista político, e do ponto de vista da minha acção, aos movimentos mais à esquerda do partido comunista, então chamados marxistas-leninistas, pró-chineses, etc., e outros que não eram pró-chineses, eram de natureza mais situacionista, mais de raiz anarquista, por exemplo, que me interessavam bastante mais. Tiveram uma importância muito grande durante a crise de Maio de '68, e estive muito ligado a essa gente situacionista. Mas o apoio era genérico, eu fui sempre, na medida do possível, apoiando o pessoal que precisava de apoio, dando-lhes guarida, roupa, fatos, apoiando-os quando iam para a clandestinidade, mantive uma relação grande com essa gente, principalmente com as pessoas mais à esquerda do partido comunista.

Como lhe disse, eu descobri estas três tendências associativas. Sabe dizer-me se haveria mais algumas e quais as suas características?

Não, acho que essas três são as fundamentais. Haveria depois gente muito dispersa, que não era de nenhuma organização política - e eram organizações relativamente pequenas, não com muita gente-, e havia uma massa de pessoas que não pertencia a nenhuma organização mas que ia apoiando, conforme as circunstâncias. Mas julgo que tendências organizadas não havia mais, que eu me lembre.

Anexo 2

Excerto de um documento-tipo do Por Um Ensino ao Serviço do Povo

TEXTO II

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO E A LUTA POR UM ENSINO AO SERVIÇO DO POVO

O QUE É O MOVIMENTO ASSOCIATIVO SUAS FINALIDADES E OBJECTIVOS

1. A luta por um ensino ao serviço do povo, a luta contra a univ-
ersidade de classe da burguesia, é um objectivo do Movimento Estudan-
til que tem uma expressão sindical e uma expressão política: a expres-
são sindical, e por assim dizer, uma concretização, uma forma inferior
de exprimir os objectivos do Movimento Estudantil, cuja expressão su-
perior é a forma política.

Assim, a luta sindical dos estudantes é apenas um aspecto, o sin-
dical, da luta por um ensino ao serviço do povo. Enquanto tal, está li-
mitada pelo seu carácter sindical e neste sentido constitui uma luta
com características próprias, tendo uma base de massas, e englobando
em princípio a totalidade dos estudantes.

2. O que é o movimento sindical, o movimento associativo dos es-
tudentes? O movimento associativo dos estudantes é o movimento orga-
nizado de defesa dos seus interesses dentro do cumprimento de certos
objectivos gerais de luta.

3. Movimento organizado, porque as razões de luta dos estudantes
são inerentes ao ensino em que estão inseridos e como tal são sistema-
ticas e permanentes. Lutar espontaneamente, confiar apenas na reacção
cega, mesmo que violenta, é sem duvida alguma fracassar, ter que co-
meçar sempre de novo, andar as cegas. A organização é uma necessidade
vital do movimento dos estudantes. Sem organização não há luta conse-
quente, com organização assegura-se a continuidade do movimento, o seu
fortalecimento sistemático, a sua capacidade para evoluir, superando
os erros cometidos e enriquecendo-se a partir dessa experiência.

4. DEFESA DOS INTERESSES DOS ESTUDANTES -mas a partir de que pon-
tos de vista?

Ac falarmos dos "interesses dos estudantes" colocamo-nos num ponto
de vista restrito, mesquinho, de isolamento em relação a sociedade, is-
to é, corporativo? Não. Entendemos os interesses dentro de uma deter-
minada sociedade e em função da luta e dos antagonismos que a dividem,
dentro de uma nova perspectiva sindical, não corporativa.

a) Na perspectiva corporativa, os interesses do grupo social
estudantil seriam formulados dentro de uma concepção egoísta, centrada
sobre si mesma, independentemente dos interesses do povo português, in-
clusivamente contra eles. Os estudantes "lutariam" apenas pela defesa

Anexo 3

Documento-tipo dos Núcleos Sindicais

EXPULSEMOS OS VIGILANTES!

Alguns dias atrás, afixou-se no átrio da Fac. de Ciências um cartaz com notícias de Lisboa visavam sobretudo as lutas estudantis contra as forças burguesas repressivas e militaristas que em diversas escolas existem.

Fiscalizou aquele cartaz, veio um vigilante com intenções de arrancar o cartaz. Alguns estudantes disseram que não o tiraria dali. Venho a que se viu não se conseguiu foi chamar os "companheiros de ofício". Enquanto por uma parte se tiravam-se algumas informações de lutas do Porto.

Pouco depois, os vigilantes foram juntos com um ar de que aqui se ia a fazer o mesmo. Um dos guardas foi, pois, enquanto um desses pides perguntou de quem era o cartaz e os estudantes lhe responderam dizendo que era deles, deitou-lhe o olho e ameaçou-o. Imediatamente alguns estudantes afixaram-se sobre ele, impedindo-o de fazer isso "em paz e sossego"; tiraram-lhe os olhos e fugiram.

Em frente a esta situação alguns estudantes deram nas trombas destes "venenosos", tendo outros corrido imediatamente.

Os bufos ventaram em um outro estudante e que os obrigou a sair para a rua. Os vigilantes foram para dentro pondo-se à porta enquanto que cá fora se gritava: "morte aos cães", "assassinos".

Porque é que os vigilantes não permitem que se afixem cartazes que nos informam das lutas de Lisboa? Porque é que eles reagem assim?

Eles procedem desta forma porque estão ali para garantirem aos seus patrões que na Faculdade um clima "de brandagem e de estudo". Para impedirem que os estudantes, face aos problemas que todos os dias lhes surgem, comecem a pensar, a analisar quais as razões porque existe um ensino com estas características, toquem o pulso da questão e isto...era o fim!...

Todo este medo que eles sentem accentua-se ao verem que são cada vez mais estudantes a não "comerem a sopinha toda" e a lutar contra um ensino que serve uma minoria de parasitas, a quererem um ENSINO AO SERVIÇO DO POVO numa sociedade transformada e dirigida por ele.

Se examinarmos ainda a situação repressiva nas escolas, até no Porto, verificamos que Ciências está no topo da lista. Este estado de coisas não é só lá dentro pois, cá fora em frente da fac, as coisas não estão melhor. Nos dias seguintes vimos a polícia observar os "passos dos estudantes". Inclusive no 5º Feiras foi vista o capitão Braga, à paisana, no interior dela.

"IRRA! Porque é que somos tão perseguidos?!..."

Não é por acaso que eles fazem isto. A Fac de Ciências é para a burguesia (patrões do ensino) pasta etapa de desenvolvimento económico, um "cofre do ouro". Tais é aí que se preparam técnicos e licenciados que tentam fortificar a sua posição.

"mas, cá fora, não era preciso tanto vigilante e tanta polícia!"
"Ai não, dizem os burgueses. Lembrem-se que no Técnico, em Lisboa as coisas não andam bem, que as minorias agitadoras fazem muito rebuliço espalhando as ideias dos mais fracos, as ideias do povo, esse canalha que não tem respeito por nós. Se não segurarmos bem o Porto lá vai a nossa requintada educação e a nossa planificação económica. E já não se recordam de que no ano passado lá sucedeu a fôrça os diversos meetings que lá se fizeram sobretudo o dos Coros..."

Qual deve ser a nossa atitude face aos nossos problemas em geral e quanto aos vigilantes em particular?

Devemos discutir os nossos problemas, analisarmos as suas causas,

Anexo 4

Documento-tipo do *Pela Unidade*

'A POPULAÇÃO

Abri 73

Realiza-se no Porto de 5 a 8 de Abril e ainda em Coimbra e Lisboa nos dias seguintes o largamente difundido e divulgado o "1º Festival dos Coros Universitários".

Este "Festival", organizado pelo Orfeão Académico de Coimbra, conhecido organismo fascista que em 59 tomou posições contra os estudantes na altura da chamada "crise", conta com o apoio activo do governo, nomeadamente dos Ministérios da Educação e do "ultramar" que contribuíram com milhares de contos para a sua realização.

Nela tomam parte os poucos coros portugueses que não recusaram a sua participação, de Angola, de Moçambique e de alguns países com quem Portugal "mantém laços especiais de amizade".

O "Festival" diz-se ser realizado em nome dos estudantes e numa altura em que todos ou quase todos estão em férias; propõe-se difundir a cultura para toda a gente e realiza-se em recintos fechados, cuja entrada é pouco acessível à maioria do povo dado o preço dos bilhetes; diz-se "universitário" mas os estudantes do Porto recusam-se a aceitá-lo, como tal e lutam contra ele, informando a população das suas razões, porque já sabem que a imprensa que largamente dá difusão não se cansará de agitar os estudantes que o recusam como um grupo de desordeiros, e os membros do coro como os bons estudantes, aqueles que se portam bem.

PORQUE SE ENFREIAM TANTO AS AUTORIDADES?

Desde maio do ano passado que os estudantes portugueses têm lutado e manifestado vivamente contra a guerra que o governo português prossegue em África. Disso, os jornais, a rádio e a Tv que o governo controla têm dado notícias, por não poderem ocultar mais os factos. Só não falam das razões dessa luta e têm sido fundamentalmente dirigida contra a guerra, nem fizeram nada sobre as investidas sobre eles e que em Outubro último culminaram com o assassinato pelo PIDE, de J. Ribeiro dos Santos.

Este assassinato, invasões de facultades com cães e espancamentos, rajadas de metralhadora como aconteceu em 29 de Março em Lisboa, e tiros de pistola como foram disparados numa manifestação de protesto no dia seguinte, tal é a realidade, tal o estado para o qual o "Festival" pede "paz e tréguas".

Tal é o nosso governo: com uma mão afaga, com a outra chicoteia.

O que o governo pretende é mostrar-nos como desordeiros por profissão e arte: oculta as razões da nossa luta e tenta fazer às pessoas que os estudantes se fizeram foi pra estudar, mas não diz que o ensino é declaradamente anti-popular, servindo apenas a burguesia do país, que assim vai formando os seus administradores, os seus banqueiros, economistas, técnicos, etc.

O que o governo pretende é dizer que os estudantes são os outros, os que fazem palhaçada como a "Queima das Fitas" e agora cantam de mãos dadas a sua alegria que é o seu orgulho de mais tarde ou mais cedo serem os futuros exploradores do povo.

Quem apoia o "festival"? As autoridades e empresas como a TAP em cujas aviação se passeiam os ricos do nosso país.

QUAL A VERDADEIRA FACE DESTES FESTIVAL?

Numa altura em que os estudantes lutam, são presos e torturados nas masmorras da PIDE por onde passaram já e passam centenas de trabalhadores portugueses; numa altura em que são mortos e assassinados; numa altura em que a sua luta é fundamentalmente contra a guerra que tanto tem custado ao povo português, vêm dar-

Bibliografia

- Althusser, Louis, 1980 - *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença.
- Araújo, Francisco Miguel 2008 - *Faculdade(s) de Letras do Porto: da (Re)Criação à Revolução*. Porto. FLUP
- Bardin, Laurence, 1979 - *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70
- Barker, Colin - «Student Movements of the 1960s and the Early 1970s», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 81, 2008
- Bebiano, Rui, 2003 - *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Editora Angelus Novus
- Bebiano, Rui & Estanque, Elísio, 2007 - *Do Activismo à Indiferença: Movimentos Estudantis em Coimbra*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- Bourdieu, Pierre & Passeron, Jean-Claude, 1975 - *Les Héritiers: Les Étudiants et La Culture*. Paris: Les Éditions de Minuit
- Bourdieu, Pierre, 1994. - *O Poder Simbólico*. Linda-a-Velha: Difel Difusão Editorial
- Bourdieu, Pierre, 1996 - *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Campinas, Papyrus Editora.
- Cardina, Miguel, 2005 - «Tradição, Sociabilidades, Compromisso: Mutações na Auto-Imagem Estudantil durante o Período Final do Estado Novo». In *Vértice*, II Série, nº 123, 2005
- Cardina, Miguel, 2008 - *A Tradição da Contestação*. Coimbra: Editora Angelus Novus.
- Cardina, Miguel, 2010 - *A Esquerda Radical*. Coimbra: Editora Angelus Novus
- Careiro, Teresa, 2004 - *Viver Numa República de Estudantes de Coimbra: Real República Palácio da Loucura 1969/70*. Porto: Campo das Letras.
- Castro, Raul, s/d. - *Estudantes do Porto no Tribunal de Polícia*. Porto: Edição de Autor
- Castro, Raul, s/d - *Reunião Ilegal ou Acusação Irreal?* Porto: Edição de Autor
- Chartier, Roger, 1992 - *El Mundo Como Representación*. Barcelona: Editorial Gedisa.

- Coelho, Mário Brochado , 2010 - *Confronto: Memória de Uma Cooperativa Cultural (Porto 1966-1972)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Coleman, James, 1974 - *Youth: Transition to Adulthood*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Correia, Luís Grosso - «O Sistema Educativo no Estado Novo» in *LER História*, nº 35, 1998.
- Correia, Luís Grosso, 2002. - *Récita do Liceu Rodrigues de Freitas/D. Manuel II*. Porto: FLUP.
- Costa, Fernando & Correia, Luís Grosso - «Do Uníssonos à Polifonia? Os Livros de Canto Coral», in *Manuais Escolares da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, 2008.
- Cunhal, Álvaro, 1971 - *O Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista*. S/l: Edições Avante!
- Faria, Cristina, 2000 - *As Lutas Estudantis Contra a Ditadura Militar (1926-32)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Fauré, Christine, 1998 - *Mai 68: Jour et Nuit*. Paris: Gallimard.
- Fernandes, Maria Eugénia Matos, 2007 - *A Universidade do Porto e a Cidade: Edifícios ao Longo da História*. Porto: Universidade do Porto - Arquivo Central da Reitoria.
- Gramsci, Antonio, 1955 - *Gli Intellettuali e l'Organizzazione della Cultura*. Turim: Giulio Einaudi Editore.
- Lenine, 1966 - *Que Faire?* Paris: Éditions du Seuil,.
- Lenine, 1975 - *Juventude e Revolução*. Porto: s/c,
- Lourenço, Gabriela, *et al.*, 2002- *Grandes Planos: Oposição Estudantil à Ditadura (1956-1974)*. Lisboa: Âncora Editora.
- Marcuse, Herbert, 2007- *One-Dimensional Man*. Londres: Routledge.
- Marx, Karl - *Teses Sobre Feuerbach*. In <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>, consultado a 31/8/2010.
- Nosella, Paolo - *A Escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.
- Nunes, Adérito Sedas - *A Situação Universitária Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d.

- Pereira, José Pacheco, 2008 - *O Um Dividiu-se Em Dois: Origens e Enquadramento Internacional dos Movimentos Pró-Chineses e Albaneses nos Países Ocidentais e em Portugal*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Prévost, Claude, 1975 - *Os Estudantes e o Esquerdismo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando, 1998 - «O Estado Novo», in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 7. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rotman, Patrick, 2008 - *Maió de 68 Explicado Àqueles Que o Não Viveram*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Santos, Cândido dos, 1996 - *Universidade do Porto: Raízes e Memórias da Instituição*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.
- Schaff, Adam, 2000 - *História e Verdade*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Veyne, Paul, 2008 - *Como Se Escreve a História*. Lisboa: Edições 70.
- Vilaça, Alberto, 1998 - *O MUD Juvenil em Coimbra: História e Estórias*. Porto: Campo das Letras.

Fontes

- Arquivos Centrais da Universidade do Porto, (ACUP) - *Actas de Sessões do Senado*, vols. III e IV.
- Arquivo da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (AFMUP) - *Actas dos Conselhos Escolares, 1968-1974*.
- Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) -Reservados - *Eleições para a Delegação: Que Significam?*, s/d.
- BPMP-Reservados, - *Ir Para As Massas, Trabalhar Junto das Massas e Organizá-las*, 1972a.
- BPMP-Reservados - *Lista A: Programa de Candidatura às Eleições para a CPAELP 1972/73*, 1972b.
- BPMP-Reservados - *O Meeting de Quinta-Feira e as Suas Lições*, 1973a
- BPMP-Reservados, *Não Cantarão!*, 1973b.
- BPMP-Reservados - *Pela Unidade 1*, s/d.
- BPMP-Reservados - *Pela Unidade 2*, 1972c.

- BPMP-Reservados - *Pela Unidade: Boletim Federado formado na RIA de 23/2/1972, s/d-A*
- BPMP-Reservados - *Pela Unidade: Boletim Federado formado na RIA de 23/2/1972, s/d-B*
- BPMP-Reservados - *Pela Unidade, 1973d*
- BPMP-Reservados - *Pela Unidade 1973e*
- BPMP-Reservados - *Pela Unidade, 1973f*
- BPMP-Reservados - *Por Um Ensino ao Serviço do Povo, 1973g*
- BPMP-Reservados - *Que Fazer? Por Um Ensino ao Serviço do Povo, 1972d*
- BPMP-Reservados - *Que Fazer? Por Um Ensino ao Serviço do Povo, 1973h*
- BPMP-Reservados - *Que Fazer? Por Um Ensino ao Serviço do Povo, 1973i*
-
-
- CD25A-MEESUP, caixa 1.
- CD25A-MEESUP, caixa 2.
- STAPE - http://www.stape.pt/resultrel/res_ar75.htm

Índice

Agradecimentos.....	p. 5
Introdução.....	p. 7
1 - Do Nascimento da Juventude ao Sessentismo em Portugal.....	p. 23
1.1 - <i>A Construção Social da Juventude</i>	p.23
1.2 - <i>Da Rebeldia Sem Causas às Causas da Rebeldia</i>	p.27
1.2.1 - <i>A Oposição Simbólica ao 'Status Quo'</i>	p. 28
1.2.2 - <i>A Ideia da Sociedade Alternativa</i>	p.29
1.2.3 - <i>As Alternativas de Sociedade</i>	p. 30
1.3 - <i>O Sessentismo em Portugal</i>	p. 33
2 - A Universidade do Porto nos Anos Terminais do Estado Novo.....	p. 39
2.1 - <i>A Oferta Formativa da Universidade do Porto</i>	p. 42
2.2 - <i>O Parque Escolar da Universidade</i>	p. 45
2.3 - <i>A Resistência Estudantil sob o Prisma dos Órgãos da Universidade</i>	p.49
2.4 - <i>O Caso Alexandre Alves Costa</i>	p. 55
3 - Da Unidade à Tripartição.....	p.58
3.1 - <i>Os Grupos de Resistência Estudantil: História da Sua Formação e Caracteres Principais</i>	p.60
3.2 - <i>Antagonismo ou Convergência?</i>	p.66
4 - O Movimento em Acção.....	p.72
4.1 - <i>Crítérios de Selecção</i>	p. 72
4.2 - <i>Primeiras Acções de Resistência</i>	p.74
4.3 - <i>Os Anos de Brasa</i>	p. 79
Conclusão	p.89
Um Movimento Renegado.....	p.92

Resumo

Neste trabalho procurámos reconstituir o movimento estudantil na Universidade do Porto de 1968 a 1974, na sua dimensão de parte integrante da resistência nacional ao Estado Novo. Deu-se particular relevância à identificação das tendências associativas do movimento, da sua filiação ideológico-partidária, e das principais acções de sublevação e resistência de que foi protagonista.

Abstract

In this work we searched to reconstitute the students' contestation movement within the University of Porto from 1968 to 1974, as a part of the national resistance to the *Estado Novo*. Special relevance was given to the identification of the various associative tendencies within the movement, to its ideological/partisan affiliations, and to the main acts of rebellion and resistance undertaken by the movement.

Resumé

Au présent travail nous avons poursuivi la reconstitution du mouvement étudiant à l'Université de Porto aux années 1968 à 1974, alors que parti de la résistance nationale à l'*Estado Novo*. On donnait relevance particulière à l'identification des tendances associatives du mouvement, de ses filiations idéologiques et partiaires, et des principaux actes de rébellion et résistance qu'il entreprit.